

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Junho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1069 • Director: Carlos Brito

Revisão Constitucional à moda do PS

João Amaral

Págs. 18 e 19

Votar CDU

No dia 12, o voto na CDU faz falta porque é o voto mais combativo para mudar o presente e mais carregado de esperança num futuro melhor (Carvalhas na Baixa da Banheira) Reportagens nas págs. 4 a 11



Joaquim Miranda ao «Avante!»

VOTAR PARA MUDAR DE RUMO

Em entrevista
por Anabela Fino
Centrais



ALENTEJO

A Reforma Agrária e os 20 anos de Abril

Pág. 22

*

Pela regionalização e o desenvolvimento

Pág. 23



CDU prossegue campanha eleitoral privilegiando o contacto directo com as populações

RESUMO

1 Quarta-feira

Estudantes do ensino secundário marcam nova greve nacional às aulas em protesto contra as provas globais ■ A CGTP-IN manifesta-se contra as agressões a cinco trabalhadores portugueses em Leipzig, na Alemanha ■ Uma portaria actualiza o abono de família em 120 escudos ■ Quinhentos desempregados do concelho de Serpa cortam a estrada que liga Beja à fronteira com Espanha, em Vila Verde de Ficalho, em protesto contra a sua situação ■ Fidel Ramos, presidente das Filipinas, admite ter cedido a pressões indonésias no que se refere à realização da Conferência de Manila sobre Timor-Leste ■ O presidente ucraniano, Leonid Kravtchuk, acusa a Crimeia de "violiar grosseiramente a Constituição" ■ Um general do exército espanhol é abatido em Madrid.

2 Quinta-feira

D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, afirma em entrevista a um matutino que "votar é uma forma de iludir a participação na vida pública e que há quem não queira falar da área social" ■ É anunciado o aumento em 50 por cento da portagem na Ponte 25 de Abril ■ Em comunicado subscrito pelas empresas responsáveis pela sua co-produção e emissão do serviço radiofónico, a TSF anuncia a dispensa de vários jornalistas e técnicos ■ Israel lança um violento ataque contra uma base do Hezbollah, no Líbano, provocando 45 mortos e cem feridos ■ A Justiça alemã recusa-se a julgar três polícias, acusados de não prestarem apoio a um angolano espancado por extremistas de direita.

3 Sexta-feira

Dados do inquérito ao emprego, do Instituto Nacional de Estatística, revelam que a indústria têxtil perdeu mil trabalhadores por mês nos últimos quatro anos ■ Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, denuncia nova vaga de repressão ■ Governo filipino volta atrás na decisão de deportar os delegados estrangeiros à Conferência de Manila sobre Timor-Leste ■ A China aconselha calma a todas as partes envolvidas na polémica sobre o alegado programa nuclear da Coreia do Norte ■ Israel concentra tropa na fronteira com o Líbano ■ Forças de segurança entram em alerta máximo em Madrid, temendo novos atentados da ETA.

4 Sábado

Associações de agricultores manifestam-se contra a legalização do vinho feito com a adição de sacarose, afirmando que uma tal medida traria "resultados catastróficos para Portugal" ■ Serviços Sociais da Universidade do Minho revelam que 44 por cento dos estudantes não pagaram as

propinas relativas ao ano de 1993/94 ■ Colóquio na Universidade Nova conclui que a Segurança Social "rebenta pelas costuras" ■ Dirigentes do Lémen do Sul ameaçam pedir a intervenção saudita para sustar os ataques das tropas nortistas ■ Milhares de iranianos assinalam o quinto aniversário da morte do Ayatollah Khomeini ■ Últimos soldados sérvios abandonam a zona de exclusão em redor do enclave de Gorazde.

5 Domingo

A Associação Nacional de Sargentos considera que os projectos sobre justiça e disciplina militar e regulamentação do acesso ao Provedor de Justiça apontam para a inconstitucionalidade e para a discriminação ■ Sporting e Porto empatam, no Jamor, na final da Taça de Portugal ■ Demitem-se as direcções dos dois principais partidos que sofreram uma pesada derrota nas últimas eleições húngaras, ganhas pelos ex-comunistas ■ Redundam em fracasso as negociações para pôr fim às hostilidades na Bósnia ■ A polícia do Bangladesh lança uma operação para prender a romancista Taslima Nasreen, acusada de ter proferido blasfémias contra o Corão ■ Voltam a registar-se sucessivos abalos na costa mediterrânica de Marrocos ■ Uma vasta operação antimáfia executa mais de 200 mandados de captura na Sicília.

6 Segunda-feira

Luís Sá, em resposta a acusações feitas, na véspera, por Cavaco Silva, afirma que quem "destrói a segurança e os bens das pessoas, incluindo a propriedade de quem quer produzir, é o Governo" ■ Assinalam-se as comemorações dos 50 anos do desembarque aliado na Normandia ■ No Lémen, forças nortistas anunciam tréguas "ilimitadas" ■ Forças fiéis ao Governo do Ruanda passam pela primeira vez à contra-ofensiva contra posições da Frente Patriótica do Ruanda ■ Gyula Horn, dirigente do Partido Socialista Húngaro, é encarregue de formar novo governo.

7 Terça

Carlos Carvalhas e Luís Sá participam num grande comício em Almada ■ Bombeiros municipais manifestam-se em Lisboa frente ao Ministério das Finanças ■ A OCDE divulga um duro relatório sobre o desemprego apontando Portugal como um dos países que perdeu uma maior percentagem de postos de trabalho na agricultura ■ Assinalam-se os 500 anos do Tratado de Tordesilhas, através do qual Portugal e Espanha dividiram o mundo ■ Os 55 arguidos do caso Aveiro Connection saem em liberdade do tribunal ■ Um desastre ecológico com causas ainda por apurar ocorre nas águas do rio Dão provocando a morte de milhares de peixes.

O voto de esquerda na CDU

A expressão "queridos inimigos" que o moderador do debate entre António Vitorino e Eurico de Melo, na SIC, usou para sintetizar aquilo a que acabava de assistir, bem se pode aplicar, de uma maneira geral, ao que se passou entre o PSD e o PS, ao longo de toda a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu.

Por detrás das acusações, das recriminações, dos ataques, e dos insultos até, tudo em torno de questões secundárias e periféricas, o PSD e o PS coincidem, praticamente sem brecha, em todas as grandes questões tanto no plano da política comunitária, como da política interna.

Percebe-se que esta constatação seja particularmente incómoda para os dirigentes do PS. Foi o que se ouviu do cabeça de lista socialista, no debate com Luís Sá, pretendendo que ao salientá-lo o PCP fazia do PS o seu principal adversário eleitoral, mas não sendo capaz de apresentar provas de que os comunistas não têm razão.

Pelo contrário, nas suas falas carreeu novos argumentos para provar a coincidência de posições com o PSD, como, por exemplo, quando sustentou que não há alternativa para a integração que não seja a União Europeia, no modelo de Maastricht, com uma política externa comum e tudo o mais que ouvimos, também, Cavaco Silva sustentar, há dias, na conferência dos Altos Estudos Militares.

O que afirmou em relação às políticas sociais e ao emprego, ousando afirmar que sem União Europeia a situação ainda seria pior, prova que o PS não se distingue dos seus parceiros do Partido Socialista Europeu, o PSOE e o PS francês (enquanto governou) que se tornaram responsáveis pelos mais altos índices de desemprego de toda a Europa.

No que toca à política interna, as críticas do PS feitas com muito barulho não vão além do escudo (numa polémica que revela pouco sentido de Estado, tanto da parte do Primeiro-Ministro, como da parte do Secretário-Geral socialista), das taxas de juro (mais ou menos ponto percentual) e depois de muito pressionados pelos acontecimentos, em relação às actividades ilegais dos SIS. Evita, no entanto, grandes questões como a concentração da riqueza, as privatizações, a repartição do produto, os direitos dos trabalhadores e avança irresponsavelmente com a defesa de uma revisão da Constituição, englobando uma chamada "reforma do

Estado", que vai ao encontro, em larga medida, do que o PSD tem reivindicado, como reconhecem insuspeitos observadores.

Aliás, a semelhança das posições laranja e rosa tem sido publicamente reconhecida desde há muito, pelo porta-voz socialista para Economia e Finanças e é-o, mais recentemente, pelo porta-voz para a Saúde que ainda recentemente afirmava que o PSD e o PS "entendem-se no fundamental e isso é muito bom porque os dois partidos farão a alternância democrática."

Como podem então os líderes do PS ficar molestados quando de fora se aponta aquilo que os de dentro tão explicitamente reconhecem?

A política do PS pode ser muito interessante para disputar o eleitoral central, que é o objectivo confessado do seu Secretário-geral, mas a

Para a contenção de todos estes planos da ofensiva antipopular e antidemocrática da direita, não basta, no entanto, a severa penalização do PSD; é preciso que ela seja acompanhada por um bom resultado eleitoral da CDU.

nova inflexão à direita, que para isso a direcção socialista tem vindo a fazer, retira-lhe toda a credibilidade para apelar ao voto da esquerda.

A severa penalização do PSD nas eleições de 12 de Dezembro é da maior importância para conter a ofensiva da direita contra os trabalhadores e toda a população laboriosa e contra o próprio regime democrático.

O que está em causa tem que ver com o emprego, com os salários, com os direitos laborais, com a segurança social, com a saúde, com o ensino, com a habitação.

Em todas estas áreas há planos governamentais que se forem para a frente se transformarão em novos agravamentos das condições de vida das camadas populares.

O que está em causa tem que ver com o policiamento da vida política e social do país, com o papel dos serviços de informações, com a revisão da Constituição, com alteração da legislação eleitoral e autárquica, com a governamentalização e a bipolarização.

Em todas estas áreas o Governo tem planos (e em alguns casos em coincidência com o PS) que se forem por diante representarão novas distorções e perversões no regime democrático e novos avanços do autoritarismo.

Para a contenção de todos estes planos da ofensiva antipopular e antidemocrática da direita, não basta, no entanto, a severa penalização do PSD; é preciso que ela seja acompanhada por um bom resultado eleitoral da CDU.

Um êxito excessivo do PS, nestas eleições, dar-lhe-ia asas não para trabalhar para uma alternativa consistente, mas para acentuar o manobristo, intensificar a bipolarização e se lançar em novos entendimentos com o PSD, em torno designadamente da revisão da Constituição. Ora o cavaquismo com a maioria de deputados de que dispõe sempre controlará o processo de revisão e dele saberá tirar dividendos para as legislativas de 95, deixando tudo na mesma.

É por isso essencial que os votos da esquerda se concentrem na CDU para dar força à luta contra o Governo e a direita, para rasgar perspectivas mais seguras à alternativa democrática, para que seja assegurada uma nova política para Portugal.

As eleições de 12 de Junho são, porém, eleições para o Parlamento Europeu e por muito que a política interna se tenha tornado dominante na campanha eleitoral não se podem esquecer as grandes questões da política comunitária que estão em causa também.

É igualmente essencial que os votos da esquerda se concentrem na CDU para assegurar que a verdadeira esquerda portuguesa tenha uma voz mais potente no Parlamento Europeu, elegendo o maior número possível de deputados, para dar mais força à luta por um novo rumo para a política de integração e por uma Europa de cooperação entre nações livres, soberanas e iguais.

Não é altura para dispersar votos por projectos que não têm mínimas possibilidades de eleger e que, por respeitáveis ideias e protestos que tenham trazido à campanha eleitoral, significam, em termos de votação, votos desperdiçados.

Não é altura, menos ainda, de encorajar com o voto candidaturas folclóricas, de diversão ou de pescadores de águas turvas.

Não é altura, por fim, de ficar em casa a remoer decepções ou desesperos. A abstenção favorece a direita.

É preciso intervir, votar e votar bem — na CDU!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sacoire Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sacoire Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cupa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EL ROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Manholas» e «furiolas»

O prestimoso "Expresso" titulava, na primeira página, da edição de 4 de Junho: "Cavaco furioso com o aumento da ponte".

O corpo da notícia informava que Cavaco não sabia e que tinha sido apanhado de surpresa pela publicação no "Diário da República" do aumento da portagem na ponte 25 de Abril.

A imprensa fez-se também eco nestes dias da surpresa e da fúria de Cavaco com o voto do Comissário do PSD, em Bruxelas, Deus Pinheiro, em relação à questão do vinho a martelo comunitário.

Por este andar não tarda que ouçamos a propaganda laranja anunciar que Cavaco não sabia e ficou furioso com o ridículo aumento do abono de família de 120\$00 por mês, com os miseráveis aumentos das reformas e pensões, com o infame aumento da função pública que redundou numa acentuada quebra dos vencimentos reais e por aí fora. Os prapangandistas mais exagerados serão mesmo capazes de apregoar que Cavaco não sabia e está furioso com o assustador aumento do desemprego, que já ultrapassa os 400 mil desempregados...

É claro que a "inocência" e a "santidade" de Cavaco Silva não é nada fácil de sustentar,

mesmo para a mais intensa e empenhada propaganda.

Por exemplo, a notícia do Expresso acabava por esclarecer que a fúria de Cavaco não é contra o aumento da portagem da ponte que em devido tempo fez aprovar em Conselho de Ministros, mas contra a oportunidade da sua publicação. Uma fonte governamental citada, esclarecia mesmo: "Não passa pela cabeça de ninguém aumentar as portagens a menos de duas semanas das eleições"...

Isto é, o critério eleitoralista como predominante razão do Estado laranja!

No caso do vinho a martelo, a fúria de Cavaco também se dirige, bem lida a nota do Ministro da Agricultura, não contra o fundo, mas contra a forma e a oportunidade da proposta.

Este novo filão de propaganda cavaquista que procura a todo o custo isentar o chefe de tudo que é impopular ou corre mal (até Eurico já chamou a si a eventual derrota eleitoral do PSD), foi largamente utilizado em tempos da ditadura fascista.

A propaganda salazarista espalhava pelo país, como forma de amortecer o descontentamento e a revolta em face das injustiças e

das arbitrariedades, a ideia de que "ele não sabe", "ele não está informado". "Ah se ele soubesse!", sentenciavam os legionários e os bufos em face dos atentados mais violentos e escandalosos contra o povo. "Ele" era evidentemente o ditador.

Até um dia em que o supremo director da polícia política - PVDE e depois PIDE -, Agostinho Lourenço, desabafou numa entrevista que costumava seroar com o Presidente do Conselho a quem reproduzia os rumores que circulavam e a quem contava o que se dizia pelas esquinas e nos cafés.

Afinal o ditador sabia...

Tudo indica que o SIS, também nisto, está a imitar o papel do sinistro Agostinho Lourenço, não sabemos se igualmente seroando com o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva.

O certo é que as manhas propagandistas e ditatoriais de Salazar lhe valeram a alcunha de "manholas".

Ora, as fúrias propagandistas e autoritárias de Cavaco não lhe grangearão, por este andar, a alcunha de "furiolas"?

■ Carlos Brito

Uma sondagem diferente

Não, prezado leitor, não vimos anunciar nenhuma ribombante sondagem (real, inventada ou afeiçãoada) sobre as intenções de voto para próximo domingo, sobretudo porque esta é a hora, não do acorramento pelas opiniões dos outros, mas da afirmação das convicções e da vontade de cada um, sem a qual não se erguem nem constroem as grandes correntes colectivas de opinião e de voto.

Pretendemos apenas revelar e comentar brevemente os resultados publicados «Eurobarómetro» nº 40 (sondagem periódica em todos os países da Comunidade Europeia organizada pela Comissão) relativamente à opinião dos cidadãos dos 12 países sobre um conjunto de aspirações e direitos sociais que foram apresentados aos inquiridos como ligados à ideia de viver dignamente.

Os resultados adquirem na verdade um grande significado social e político, se tivermos em conta a firme resposta que constituem anos e anos de uma sistemática e violenta ofensiva conduzida, no plano ideológico e no plano das políticas e medidas governamentais, pela vasta aliança do grande capital, dos partidos de direita e de muitos partidos socialistas ou sociais-democratas contra os valores e princípios da solidariedade e em favor de uma espécie de «darwinismo social», contra o «Estado-Providência» e pela desresponsabilização do Estado das suas funções na área social.

Sublinhando que os resultados nacionais acompanham - e, em alguns casos, até são superiores - o resultado médio obtido para a Comunidade Europeia, é bom ficar a saber que, segundo esta sondagem, 97% dos inquiridos portugueses considera que «o direito ao trabalho deve ser garantido»; 96% que «cada um deve ser tratado sem que o preço dos cuidados de saúde o impeça»; 97% que «cada um deve ter o direito de obter uma habitação razoável a um preço razoável»; 97% que

«a escola, obrigatória e gratuita, deve permitir a cada um inserir-se na sociedade»; 96% que «cada pessoa deve ter direito a uma formação profissional»; 88% que «os locatários, tendo dificuldade em pagar, devem ser protegidos contra os despejos sem realojamento»; 93% que «o acesso aos tribunais deve ser gratuito para todos os que não têm meios»; 92% que «mesmo em caso de impossibilidade de pagar, deve ser garantido a toda a gente um mínimo de água, gás e electricidade»; 97% que «é necessário garantir um tecto às pessoas sem abrigo»; 96% que «toda a gente deve ter acesso à cultura».

Comentando os dados globais para a CE, os serviços da Comissão Europeia responsáveis pelo relatório, grandes artistas especializados em dar a volta por cima e em virar o bico ao prego, proclamam que «É sem surpresa que observamos uma maioria absoluta [esmagadora, acrescentaríamos nós] a favor destas propostas em todos os países: as noções de solidariedade e de Estado-Providência (que distinguem a Europa dos Estados Unidos e do Japão) não estão mortas!».

A verdade, porém, é que se fossem sérios teriam sim de confessar a sua surpresa e desgosto, deveriam sim confessar que a desumana política que têm defendido e imposto tem obtido assinaláveis vitórias dadas pela força mas continua a ser repudiada e derrotada no plano das aspirações e dos valores socialmente dominantes.

E pronto: até domingo, restam três dias para ganhar mais e mais portugueses para a compreensão e a escolha do voto certo que exprime a superior modernidade da partilha, da solidariedade activa e permanente e do compromisso profundo com os valores, aspirações e direitos indispensáveis à conquista de uma vida digna. Em Portugal e na Europa.

■ Vítor Dias

Memória de guerra às vezes Palma Cavalão sempre

São dois, Álvaro Guerra de barba e Vasco Graça-Moura de Cavaco. Quem quiser encontrar- os todos os domingos, lado a lado, no DN. Do primeiro, pode dizer-se, parafraseando Fradique: «Cada vez mais, todo ele é barba: um talentarrão!» Ao segundo basta-lhe ser, apenas e só, Palma Cavalão.

No domingo passado, inevitáveis, lá estavam. A dada altura, inopinadamente, inflamou-se o humanismo de AG, assim: «... assinala-se uma efeméride — o 5.º aniversário de Tianamen. Lembrem-se? Vá lá, façam um esforço. Para que o conformismo não reduza tudo à expressão mais simples: a China é enorme e a memória pequenina». Esta preocupação com a dimensão da memória dos outros trouxe-nos à memória o carácter selectivo,

parcial, sectário da memória de A.G.: uma memória que fixa o que lhe convém e apaga o que não lhe interessa.

Em 11.5.90, o ditador Mobutu (amigo dilecto de amigos portugueses, franceses, etc. de AG) enviou um comando terrorista à universidade de Lubumbashi. Ainda hoje se desconhece o número exacto de estudantes assassinados nessa noite sangrenta naquele que pode considerar-se o mais cruel, o mais selvagem, o mais brutal massacre dos tempos modernos. A c. social portuguesa (e europeia) ignorou o massacre. (E, salvo erro, até hoje, nenhum órgão de c. social de grande audiência fez qualquer referência ao hediondo massacre.) A memória de AG também não está para aí virada. Não por desconhecer o que se passou (AG

foi embaixador no Zaire durante alguns anos...) mas por não querer que se saiba o que ocorreu. A memória de AG não é pequenina: é pior do que isso: a memória de AG é só às vezes.

Enquanto isso, ali ao lado, no DN, V. G. Moura é Palma Cavalão sempre: «A equipa de Eurico de Melo a grande altura. O resto é psitacismo». E num papaguear desastinado dispara contra o PCP uma rajada de prosa desencabestrada, insultuosa, provocatória. Como só ele sabe. Gato pingado por vocação no que a esta matéria diz respeito. VGM repetiu o seu discurso de véspera de eleições: pela enésima vez decretou o esfrangalhamento, o desmorroneamento, a morte do PCP. Sem se aperceber, ó coitado, que é ele que jaz morto, arrefece, apodrece e cheira mal. Sem se aperceber

que VGM não passa de um pseudónimo: o pseudónimo do ressuscitado Palma Cavalão.

Entretanto, a campanha eleitoral continua. A c. social, os Guerras, os Palma Cavalões e os seus gémeos — todos muito isentos e pluralistas — fazem da CDU o alvo essencial dos seus ataques e dos seus ódios: mentem, manipulam, mistificam. Cumprem o papel que lhes está destinado. Ou seja: apesar do seu «declínio inevitável», o PCP — com a sua força, a sua coerência, a sua capacidade de intervenção, o seu prestígio, a sua influência social, eleitoral e política — continua a ser um pesadelo diário para todos eles.

Bem merecem que o eleitorado, no dia 12, lhes dê o correctivo adequado.

■ José Casanova

Dia D

Operação 1994

O dia 6 de Junho de 1944, há 50 anos, ficou assinalado na história da 2ª Guerra Mundial como o Dia D do desembarque na Normandia das tropas (ocidentais) aliadas. Finalmente, porque sobreveio 4 longos anos passados após a retirada de Dunquerque (Maio/Junho 40). Finalmente, também, porque prometida e adiada em 1942, prometida e adiada em 1943, só então era aberta a

Segunda Frente, já em meados de 1944. Foi sem dúvida uma notável acção militar. E honra seja reconhecida aos valentes soldados que nela participaram e aos heróicos resistentes que a prepararam e secundaram na França ocupada. A libertação será sempre uma epopeia para os povos da França, da Bélgica, da Holanda. Não se subestima o seu contributo para a capitulação final da Alemanha hitleriana. É justo que se comemore tal data condignamente.

Dignamente. Quer dizer: com respeito pela verdade histórica. Não se podem desculpar como exageros de concorrência televisiva as referências àquele dia como "um dos mais importantes na história da humanidade" (RTP) ou "o acontecimento mais importante deste século" (SIC). Tais dislates são parte integrante duma enorme campanha desinformativa - a Operação Dia D/1994. Mais uma revisão falsificadora da História, com que se pretende esmagar a memória. Neste caso desde logo escamoteando que em meados de 44 já a Wehrmacht hitleriana tinha a espinha mortalmente quebrada pela Frente Leste. Nomeadamente, com a derrota em Moscovo (Abril 42), em Estalinegrado (Janeiro 43), em Kursk (Junho 43), em Leninegrado (Dezembro 43). A invencível máquina de guerra hitleriana foi nesses anos irremediavelmente vencida nas cidades e campos da URSS, definitivamente remetida à defesa desesperada perante a ofensiva imparável que veio a hastear a bandeira da vitória no Reichstag de Berlim, em 2 de Maio de 1945. É uma indignidade sem nome pretender com estas comemorações fazer esquecer o contributo decisivo dos povos soviéticos para a libertação da Humanidade da besta nazi-fascista.

Ainda antes do fim da guerra, houve estadistas que o reconheceram. Roosevelt, saudando a vitória de Estalinegrado, afirmou justamente que ela "assinalou o ponto de viragem da guerra das Nações Aliadas contra as forças da agressão". De Gaulle declarou desassombadamente em Dezembro de 1944: "Os franceses sabem o que a Rússia soviética fez por eles e sabem também que foi precisamente a Rússia soviética que desempenhou o principal papel para a sua libertação". E o próprio Churchill, em Fevereiro de 1945, disse: "As futuras gerações reconhecerão a sua dívida ao Exército Soviético sem quaisquer reservas." Por isso mesmo, é com incontida indignação que hoje lemos as miseráveis declarações de Clinton (DN e Público de 5/6/94), gabando-se de ter conseguido afinal o que Hitler não tinha conseguido: destruir a URSS.

Sinistras perspectivas as que Clinton traça para "consolidar e alargar o seu domínio" - seu, do imperialismo, da sua nova ordem, que para Hitler era a ordem nova: a do império mundial do capitalismo. A falsificação da História é sempre o passo preparatório para afeiçãoar o futuro aos interesses dos falsificadores. O branqueamento do fascismo hoje (Clinton também agora acha natural haver ministros fascistas no governo de Itália) vai de par com o anticomunismo. Mas o alvo são os trabalhadores e os povos do planeta. Que a Operação Dia D/94, voltando-se o feitiço contra o feitiçeiro, seja um vivo alerta para eles e todos os anti-fascistas do mundo.

C.A.I.

Ideias e frases de campanha

Cavaco Silva afirmou na Nazaré que os comunistas querem destruir a segurança e os bens das pessoas. Nós dizemos: quem destrói a segurança e os bens das pessoas, incluindo a propriedade de quem quer produzir, é o Governo. Desmantela o aparelho produtivo, destrói empregos, favorece a especulação financeira em detrimento do sector produtivo.

*Lúis Sá
em Queluz*

Fala-se tanto nos milhões da Comunidade, mas o que vemos é que o povo conta cada vez mais os tostões.

*Carlos Carvalhas
em Beja*

Um País pobre e atrasado como Portugal tem ainda mais direito de produzir. Não podemos admitir que nos imponham que produzamos menos!

*Lúis Sá
em Vila Franca de Xira*

O voto deve ser considerado uma forma racional de aliar a inteligência ao coração, votando naquilo que nos parece justo e votando naquilo que nos parece possível. A mudança é possível, a esperança também.

*Isabel Castro
em almoço na Feira Popular*

Se penalizarmos o PSD e conseguirmos reforçar a CDU, estamos a dar um grande passo para uma alternativa democrática, para a alteração da correlação de forças e para as lutas que vêm a seguir - lutas sociais, lutas políticas, e naturalmente também luta em relação ao quadrante dos partidos no sentido da convergência das forças democráticas.

*Carlos Carvalhas
na Voz do Operário*

O trabalho da CDU nesta campanha é um trabalho de contacto, dirigido à consciência, à inteligência, à reflexão, dirigido a todos aqueles que se interrogam, que sofrem e querem uma transformação da sociedade.

*Carlos Carvalhas
em almoço na Feira Popular*

A inteligência e o bom senso também significam a capacidade de perceber que há uma Europa doente, que há uma Europa de crise ecológica, e que essa crise ecológica não pode ficar permanentemente adiada, tem que ser resolvida; e tem que ser resolvida com novas políticas, mas também tem uma dimensão cultural implícita: tem que ser resolvida com a participação democrática de todos.

O voto é uma forma de reciclar este quotidiano tão chato e duro, conseguir transformá-lo numa coisa mais apetecível, mais justa, mais equilibrada, com outros valores e outras valias.

*Isabel Castro
na Feira do Livro*

CAMPANHA EM TODO O PAÍS

CDU na Europa

LISBOA

Dos mercados à Feira do Livro para ganhar consciências e votos

Carlos Carvalhas passou em Lisboa o último sábado de campanha eleitoral. Recordou os muitos militantes e activistas que noutros locais também levavam nessa altura a voz da CDU aos eleitores e passou na Feira do Livro com o escritor-candidato José Saramago.

A jornada começou com visitas, de manhã, aos mercados de Arroios e da Boa-Hora. O dia estava quente e soalheiro, convidando à boa disposição e alegria que marcava a passagem do secretário-geral do PCP, acompanhado pelos candidatos Isabel Castro (do Partido Ecologista «Os Verdes») e Alexandrino Saldanha (comunista e destacado dirigente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), por António Abreu (dirigente do Partido e vereador da CML) e mais uma meia centena de activistas e apoiantes da Coligação Democrática Unitária (entre os quais se reconheciam muitos autarcas e sindicalistas).

A passagem pelos mercados

de folhetos apelando ao voto na CDU, geralmente bem recebidos (tanto pelo oportuno saco plástico que acompanhava a tarjeta, como pelo interesse de quem já não tinha mãos para mais nada e pedia «ponha aí junto às compras, que eu logo leio lá em casa»). Em diversas ocasiões Carlos Carvalhas foi interpelado, na maior parte das vezes por pessoas a expor problemas que gostariam de ver discutidos e resolvidos «lá», no Parlamento Europeu e nos centros políticos de decisão.

Para o almoço, o dirigente comunista e os candidatos dirigiram-se à Feira Popular, onde participaram num convívio promovido pelas organizações do

PCP nas freguesias do Norte da cidade e que reuniu cerca de duas centenas de pessoas, entre as quais se encontrava Salvado Sampaio, da direcção da «Intervenção Democrática», o vereador comunista Rego Mendes e outros autarcas e dirigentes do PCP. Nas intervenções produzidas e vivamente aplaudidas, Alexandrino Saldanha frisou que «não precisamos de cortinas de fumo» para falar ao eleitorado; Isabel Castro apontou Lisboa e as grandes urbes como «locais onde é mais visível a ruptura, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista da desumanização, quer do ponto de vista dos desequilíbrios ecológicos»; e Carlos Carvalhas



Lúis Sá foi muito acarinhado pelos simpatizantes da CDU de Queluz

QUELUZ

Domingo, ninguém falta!

O velho, bonito e arranjado Parque Conde Almeida Araújo, em Queluz, foi o cenário para a Festa CDU que ali decorreu na passada segunda-feira. Sardinhada e música começaram por ser o motivo para a animação e as conversas entre as muitas pessoas presentes, que assistiram às actuações no «Camião/Palco CDU» do cantor popular Gordilho e da Brigada Victor Jara. O vocalista da banda encarregar-se-ia de anunciar o comício que se seguiu, com a presença do cabeça-de-lista da CDU às próximas eleições europeias, Lúis Sá.

Sá, acabado de chegar da sua última participação na série de debates promovidos pela SIC, começou por referir-se à «angustiante situação»

que verificou existir em numerosos locais do país: desemprego, emigração, casos de miséria e desespero, «o número de suicídios que aumenta», foram alguns dos factos assinalados.

O candidato apelou à intensificação da luta de todos os que se sentem atingidos pelos resultados de uma política que cria situações de injustiça, de desigualdade: «o neoliberalismo que rege esta Comunidade e o nosso país». Ficou o compromisso da CDU: lutar pela justiça social, os interesses dos mais desfavorecidos. Pelos aplausos da assistência ficou-se com uma ideia: em Queluz, no domingo, os que se sentem atingidos por esta política não vão faltar com o seu voto à CDU.

é melhor para Portugal



Jantar na «Voz do Operário»

apelou ao voto na CDU também como forma de protesto contra «este rumo da Comunidade Europeia, que, em vez de levar ao progresso social, aponta, como previsão para o fim do ano, atingir os 20 milhões de desempregados e os 55 milhões de pobres».

Pouco depois, o secretário-geral do Partido e os candidatos da CDU chegaram ao **Jardim da Parada**, onde uma festa popular da coligação animava a tarde de Campo de Ourique, com músicos amadores apresentados pelo actor Mário Pereira. A iniciativa apontava para uma forte participação de reformados, mas as gerações mais novas também não se fizeram rogadas, quer para a música, quer para as intervenções políticas de Areosa Feio (dirigente da Inter-Reformados), Isabel Castro e Carlos Carvalhas.

O ponto alto da jornada de sábado foi, ao fim da tarde, a visita à **Feira do Livro**, que teve por «cicerone» José Saramago e permitiu saudar e trocar impressões com leitores, editores, livreiros e autores



No final da visita à Feira do Livro

(como Orlando Costa, Batista-Bastos, Urbano Tavares Rodrigues, Luiz Pacheco, Alexandre Cabral, Modesto Navarro). Junto dos pavilhões da Editorial Caminho, em breve declaração, José Saramago falou do «gosto de vir aqui, estar aqui, falar com pessoas que compram livros, que os lêem, que os estimam» e da novidade desta sua presença na Feira: «o autor é também candidato a uma função, um tanto assustadora, que é a de deputado no Parlamento Europeu». No entanto, «não se pode criar uma situação em que, por uma razão ou outra, nós estivéssemos ausentes de um lugar onde se resolve também uma parte dos nossos destinos», e

«quem não pode estar de lá ausente é a CDU».

Centena e meia de pessoas reuniram-se à noite na «Voz do Operário», para um jantar-convívio das organizações do Partido nas freguesias das zonas Centro e Oriental, que encerrou este sábado de campanha por Lisboa. Encerrou cedo, porque no dia seguinte mais trabalho de esclarecimento e convencimento esperava o secretário-geral do PCP, os candidatos e os muitos activistas que se juntam neste esforço para ganhar mais consciências e mais votos para a Coligação Democrática Unitária.

■ DM

VILA FRANCA DE XIRA

Não aceitamos o que se está a passar!

«Nós não aceitamos o que se está a passar em Portugal e na Europa!», afirmou Luís Sá no Concelho de Vila Franca de Xira, pondo, sem contemplações, o dedo na ferida da crise que estrangula o nosso país. E acrescentou: «Esta crise tem culpados. Há partidos que têm de pagar por isto!» «Isto» traduz-se num desemprego alucinante, na destruição programada da economia nacional, no sacrifício dos direitos, liberdades e cidadania no altar dos interesses capitalistas que hegemonizam a política da Comunidade Europeia, com a subserviência tanto do PSD como do PS. Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, realçaria a seguir a importância destas eleições europeias na política interna portuguesa, sublinhando: «Não é uma alternância que nós queremos, mas uma alternativa. Uma alternativa a esta política de desastre nacional!»

Estas afirmações foram proferidas no comício-festa da CDU realizado no passado domingo na Quinta da Piedade, Póvoa de Santa Iria, Concelho de Vila Franca de Xira, perante um auditório em estado de ebulição, apesar de abrigado da súbita canícula sob uma fantástica árvore de copa gigantesca, onde os comeres-bebes da festa se espalharam por dezenas de mesas. Carlos Carvalhas e Luís Sá surgiram acompanhados por Daniel Branco e José Ernesto Cartaxo, respectivamente presidentes da Câmara e Assembleia Municipais de Vila Franca de Xira, vereadores deste município e representantes da Junta de Freguesia da Póvoa. Presentes, ainda, uma representação da JCP e Marília Vilaverde Cabral, do CC do PCP.

Luís Sá foi o primeiro orador. Num discurso em crescendo, denunciou os problemas que, num quadro «verdadeiramente de arrepiar», estão a estrangular o País: «Jovens do Algarve

ao Norte agarrados a instrumentos de trabalho e a dizer que o que mais gostavam era de estudar», testemunhou, sobre o observado na campanha da CDU, «a única força política que foi a todas as regiões do País na pré e na campanha eleitorais»; «trabalhadores com lágrimas nos olhos, sem emprego»; «uma avó em Valongo, com o neto pela mão, com um pai de 30 anos a quem dizem que já é muito velho para lhe darem trabalho». Destes e outros exemplos passou à definição política: «Esta crise tem culpados e há partidos que têm de pagar por isto». Concretamente o PSD e o PS que, separados ou coligados, têm determinado, no Governo, os destinos do País nos últimos 18 anos, desembocando numa submissão sem vergonha nem princípios aos ditames do capital todo-poderoso da Comunidade. «Um País pobre e atrasado como Portugal tem ainda mais direito de produzir. Não podemos admitir que nos imponham que produzamos menos!», afirmou, acusando a «lógica intolerável» imposta pela Comunidade de sacrificar, em nome da «competitividade», o que há de mais importante na Europa: a liberdade e os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores, tão duramente conquistados.

Respondendo a Guterres que, recentemente, afirmou que «um PC moderno era importante para Portugal», Luís Sá alinhou a «modernidade» que tem animado o PS na sua aceitação, e mesmo defesa, do capitalismo selvagem, típico do final do século XIX, que os poderosos da Comunidade querem reinstalar na Europa. E sublinhou: «A grande dificuldade está no PS esquecer as posições de esquerda que diz defender. Afinal de contas, a grande questão é, na prática, o PS não ser de esquerda!»

Carlos Carvalhas aprofundou as críticas ao PSD e ao PS, aconselhando-os a «abandonar os insultos com que têm poluído a campanha eleitoral». E acrescentou: «Não há insultos que disfarcem a identidade das políticas do PSD e do PS - uma espécie de Dupont e Dupont da mesma realidade». E frisou: «Daí a importância da concentração de votos na CDU nestas eleições, cujo reforço é fundamental para as batalhas sociais e políticas que aí vêm!»



ALMADA Um grande comício

Um grande comício da CDU com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realizou-se terça-feira em Almada no Largo São João Baptista, que pareceu pequeno para acolher os muitos apoiantes e simpatizantes da Coligação.



Vila Franca de Xira: um auditório em estado de ebulição

CAMPANHA EM TODO O PAÍS

FARO

O passado das promessas do PSD para o Algarve

O vento frio das bandas do mar não fez esmorecer o entusiasmo dos muitos apoiantes da CDU, onde a juventude teve presença marcante, no comício realizado em Faro, no passado dia 1 de Junho, e que culminou o périplo algarvio de Carlos Carvalhas e Luís Sá. No Sotavento e no Barlavento algarvios, respectivamente, o secretário-geral do PCP e o primeiro candidato da lista CDU tiveram oportunidade de contactar com a realidade algarvia, onde o aumento do desemprego, a delapidação do tecido económico e social são notas dominantes.

Depois de um jantar em Olhão, que reuniu um número considerável de apoiantes da CDU, seguiu-se o comício em Faro, presidido pelo mandatário regional da CDU, Luís Catarino, e animado pela música da Brigada Victor Jara.

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas glosou o slogan eleitoral do PSD, «Europa Sim, Portugal Sempre», perguntando aos presentes se, «poderiam estar de acordo com um Portugal Sempre, do compadrio, do negociamento e da concentração da riqueza».

Comentando as posições assumidas pelo PS, Carlos Carvalhas considerou que «tem andado como um catavento», dando «tiros nos pés, depois de pólvora seca, apresentando um projecto de revisão constitucional a que o PSD bate palmas, resolvendo depois pedir o voto dos comunistas, o que só dá para rir».

Por seu turno, o secretário-geral do PCP dirigiu-se aos socialistas perguntando «se estavam de acordo com o sim do PS, em Estrasburgo, à reforma da PAC que, depois, vendo o clamor dos agricultores em Portugal, se transformou em não».

Carlos Carvalhas salientou também a aprovação pela direcção do PS do tratado de Maastricht, «que leva em linha recta ao desemprego, ao trabalho precário e à liquidação do aparelho produtivo», à proibição de um debate público sobre o tratado e o apoio ao Livro Branco de Jacques Delors.

Face a estas posições do PS, Carlos Carvalhas salientou que «a CDU representa o não da esquerda a Maastricht e o sim a uma Europa de Paz, cooperação e justiça social».

ça numa Europa de Paz e Cooperação».

Combate à abstenção

Carlos Carvalhas terminou a sua intervenção apelando ao combate à abstenção, e ao empenhamento de todos os militantes do PCP para uma grande votação na CDU.

Luís Sá criticou, na sua intervenção, o envolvimento do Go-

verno para fazer face à concorrência estrangeira, onde o abate de embarcações pesqueiras é uma constante, onde os jovens vêm o seu futuro cada vez mais hipotecado.

«Fala-se muito em competitividade mas, a verdade é que o Governo só se lembra dela para atentar contra os direitos de quem trabalha, e não para criar condições efectivas para se poder enfrentar o Mercado Interno, ao não canalizar verbas para uma real modernização da economia, mas para dismantlar o aparelho produtivo», afirmou Luís Sá.

A criação da Região Administrativa é um tema caro aos algarvios. Luís Sá aproveitou para lembrar a oposição do PSD à sua criação, nomeadamente por parte de Eurico de Melo, seu cabeça de lista a estas eleições.

«Quando quiseram os votos do Algarve e dos portugueses – frisou – puseram no manifesto e no programa eleitoral do partido do Governo a instituição das Regiões Administrativas nesta legislatura, quando o Algarve nem designou o seu representante no Comité das Regiões».

Aludindo aos constantes ataques à candidatura da CDU e ao PCP, Luís Sá afirmou que: «não calarão a nossa voz, não nos impedirão de dizer que é possível um Portugal diferente, numa Europa de nações livres e iguais».

Isabel Castro centrou a sua intervenção nos problemas ambientais, salientando que «não pode haver desenvolvimento se houver um ambiente degradado e poluído», sendo esse «o

resultado e a herança de um governo incapaz de, para além do discurso, agir de acordo com as exigências do nosso tempo», o que torna importante «uma voz verde de Portugal no Parlamento Europeu».

José Cruz, candidato do Algarve nas listas da CDU, traçou um quadro da actual situação económica e social de uma região, para a qual foram canalizados 87 milhões de contos de Fundos Comunitários e onde «o tecido produtivo em vez de se consolidar, se debilitou perigosamente».



Na sua visita ao Algarve, Luís Sá teve oportunidade de contactar trabalhadores, como aconteceu em Silves na Fábrica Albós

«Não podemos deixar de nos referir – prosseguiu Carlos Carvalhas – a um jovem cheio de teias de aranha, que anda de dedo em riste, fazendo lembrar um certo senhor de Santa Comba, que diz Viva Portugal e que ainda há pouco tempo deu uma entrevista a um jornal em que dizia que os trabalhadores tinham de se sacrificar, porque não havia alternativa».

«Há uma alternativa – sublinhou – que não é a da CIP, da CAP e da concentração da riqueza. O Viva Portugal da CDU representa o progresso e a justi-

verno na campanha e a demagogia do abaixamento «ridículo» dos combustíveis.

«A CDU faz uma campanha de verdade e rigor – salientou Luís Sá – e gostaríamos que o Primeiro-Ministro deixasse os batedores e os carros de luxo, e se preocupasse em contactar com o povo, para ouvir o que nós temos ouvido».

O primeiro candidato da CDU realçou a situação algarvia onde se assiste a um aumento do desemprego, ao afunilamento da economia no turismo, enquanto a agricultura está sem recursos

Eles votam e apoiam a CDU

Estes são apenas alguns dos nomes de milhares de personalidades das mais diversas áreas que assinaram uma declaração de apoio à CDU e apelaram ao voto na Coligação no próximo dia 12 de Junho. Dado que o abaixo-assinado ainda se encontra em circulação e sendo impossível publicarmos todos os nomes dos signatários, assinalamos os seguintes:

Ágata Midões (socióloga), Aginaldo Cabral (médico), Alexandre Cabral (escritor), Alfredo Flores (músico), Almiro Lopes (professor), Alípio Martins Pinto (professor), Álvaro Alcântara de Melo (SITAVA), Álvaro Leren Cohen (professor), Álvaro Rana (Sind. Ind. e Com. Farmacêutico), Ana Cristina Marques (médica), Ana Luísa Fernandes (func. autárquica), Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (professora), Anabela Pinharanda Delgado (professora), António Alva Rosa Coutinho (Almirante reformado), António Areosa Feio (engenheiro), António Borges Coelho (professor universitário), António Carvalho (eng. civil), António Esteves (médico), António Galhordas (médico), António Gonçalves (engenheiro), António Horácio Simões de Abreu (prof. univ. reformado), António Miguel Silva Avelãs (professor), António Modesto Navarro (escritor), Armando Caldas (encenador), Armando Myre Dorez (professor), Artur Bértolo (vereador V. F. Xira), Artur de Oliveira Baptista (professor), Áurea Adão (investigadora), Bárbara Vieira de Almeida (estudante), Carla Alexandre Vilhena dos Santos Almeida (estudante), Carla Manuela Mendes (professora), Carlos A. Mota Soares (professor catedrático), Carlos Alberto de Sousa Coutinho (professor universitário), Carlos Arrojado (vereador V. F. Xira), Carlos Consiglieri (economista), Daniel Branco (pres. Câmara V. F. Xira), Demétrio Alves (pres. Câmara Loures), Duarte Vidal (jurista), E. M. de Melo e Castro (escritor), Eduardo Chitas (professor), Eduardo Dinis Leitão S. Almeida (Major artilharia), Eduardo Moradas Ferreira (médico), Eliseu Beja Santos (professor), Emílio Campos Lima (tradutor), Ermelinda Santos Silva (médica), Esmeralda Serrano (realizadora da RDP), Estrela Novais (atriz), Feliciano David (engenheiro), Fernando Fontinha (advogado), Fernando Lopes-Graça (maestro e compositor), Fernando Miguel Bernardes (escritor), Fernando Valdez (jornalista), Filipe Diniz (arquitecto), Filipe M. Rosas (estudante), Frederico Georges Mirão (eng. mecânico), Helena Barata Moura (professora), Helena Neves Gorjão (professora e jornalista), Henrique Espírito Santo (técnico de cinema), Hírdina Chitas (professora, assistente social), Hortense Silva Campos Lima (enfermeira), Isabel Maria Franco Esteves (professora), João Avelino da Rocha Cunha Serra (engenheiro), João Avelino Passos da Cunha Serra (professor), João Corregedor da Fonseca (deputado), João Eduardo Coutinho Duarte (professor), João Gama Marques Proença (médico), João Serra (advogado), João Bandeira Santinhos (Comandante PSP pré-aposentado), Jorge Peixinho (músico compositor), Jorge Waldemar Lourinho de Jesus Ribeiro (Major reformado), José António Gonçalves (engenheiro electrotécnico), José Correia (escritor), José Ernesto Cartaxo (CGTP), José Luís Mendes Pulido Valente (médico), José Manuel Correia da Silva Mougá (pintor e professor), José Manuel de Paiva Jara (médico), José Manuel Mendes (escritor e advogado), José Peixoto (actor), José Pitacas (economista), José Salvado Sampaio (professor), Laura Lopes (advogada), Lino Paulo (vereador Sintra), Luís Carvalho de Oliveira (advogado), Luís de Azevedo (advogado), Luís Manuel Monteiro Baptista (médico), Luís Simões de Abreu (economista), Manuel Gusmão (professor), Manuel Iglésias Esteves (licenciado em Farmácia), Manuel Rosendo Souto Teixeira (médico), Manuela Brotas (professora universitária), Manuela Esteves (professora), Marcos Antunes (téc. cont. cont.), Maria Cândida Vinha Novais (professora), Maria da Graça Novais Figueiredo (professora), Maria de Lurdes Pinto e Pinho Veloso (professora), Maria de Lurdes Silva (professora), Maria Eugénia Sequeira Varela Gomes (professora), Maria Helena Gonçalves (professora), Maria Helena Mira Mateus (professora universitária), Maria Keil (pintora), Maria Luísa Ferreira Bota (TUL), Maria Luísa Monteiro Ramos (SITAVA), Mário Jorge dos Santos Neves (médico), Mário Moutinho de Pádua (médico), Miguel Urbano Rodrigues (jornalista), Moraes e Castro (actor e advogado), Orlando Leitão (médico), Orlando da Costa (escritor), Paréidio Costa (economista), Paulo Aníbal de Oliveira Fidalgo (médico), Paulo Jorge Piteira Leão (vereador Loures), Paulo Sucena (professor), Pedro Ramos de Almeida (professor), Pedro Vieira de Almeida (arquitecto), Rita Magrinho (professora), Rodrigo de Freitas (pintor), Rogério Amaral (professor), Rui Carvalho Pinto (professor universitário), Rui Costa Pinhão (médico), Rui Gil Viana Silva Branco (médico), Salomão Lemos Figueiredo (professor), Urbano Tavares Rodrigues (escritor), Valtrudes Oliveira (assistente universitário), Vasco dos Santos Gonçalves (General reformado), Virgílio Augusto Domingues (escultor), Vítor de Sá (professor universitário), Vítor Serrão (historiador de arte), Zilda Gama Carvalho (investigadora), Zilah Branco (socióloga).

PORTO

O entusiasmo dos jovens

À chegada de Luís Sá ao Centro de Trabalho de Pedrouços do PCP, sábado, a nota dominante era a grande representação de jovens entre os apoiantes da CDU que o

sobre as diversas questões que preocupam a juventude e, em particular, sobre os problemas do ensino.

Luís Sá manifestou então o seu orgulho por ter sido eleito

o futuro, onde haja mais igualdade e justiça social», disse o cabeça de lista da coligação.

Depois de uma passeata até ao café local a tomar uma «bica», partiu uma caravana para Campo, Valongo, onde um animado baile pôs todos a rodopiar. E ali, foi num ambiente de grande alegria e entusiasmo que, momentos depois, Luís Sá se dirigiu aos presentes para perguntar a propósito das promessas de Cavaco Silva, «viram cem mil empregos?», «viram o ensino superior público gratuito?», ouvindo-se da assistência, além de um generalizado «não», o comentário: «são uns trafu-lhas».

Luís Sá lembrou ainda que «o que permitiu a unidade em Lisboa foi o facto de sermos fortes». As forças democráticas em maioria é, disse, o objectivo, mas com a certeza de que quanto mais forte for a CDU maiores são as possibilidades de unidade.



Visita ao Centro de Trabalho de Pedrouços

aguardavam para um jantar volante nas ainda inconcluídas instalações daquele edifício erguido com o esforço dos militantes locais.

Depois do camarada Serafim ter dado as boas-vindas aos participantes no convívio, falou o jovem Nuno Calheiros

para a Assembleia da República pelo povo trabalhador do distrito do Porto e mostrou-se disposto a, uma vez eleito para o Parlamento Europeu, «levar a Estrasburgo os problemas do Norte».

«O Portugal e a Europa que queremos é onde ninguém tema

O compromisso com os trabalhadores

Luís Sá distribuiu à comunicação social uma declaração onde se faz um resumo da grave situação social vivida na Comunidade e em Portugal, e se acusam as políticas neoliberais vigentes de estarem na base dos 20 milhões de desempregados e 50 milhões de pobres existentes. Nesse texto afirma-se que os deputados da CDU assumem diversos compromissos com os trabalhadores portugueses. A dada altura, lê-se:

«Em coerência com as orientações, a acção e a intervenção que temos seguido na defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores, assumimos o compromisso de continuar a lutar em Portugal e no Parlamento Europeu contra as estratégias e as políticas tendentes à subalternização da dimensão social da economia e à intensificação da exploração dos trabalhadores e por políticas e medidas que favoreçam a urgente criação de empregos estáveis e justamente remunerados, o combate às desigualdades sociais, pela elevação dos níveis de protecção social.

«Continuaremos a lutar contra a enorme disparidade de rendimentos do trabalho na Comunidade, com salários que vão de uma para seis vezes mais. Participámos activamente no relatório sobre a remuneração equitativa, tendo elaborado um parecer que foi adoptado pelo plenário.

«Assumimos o compromisso de lutar em Portugal e no Parlamento Europeu, nomeadamente por:

«Fixação a nível comunitário de direitos sociais com carácter mínimo, sem prejuízo das normas ou convenções colectivas mais favoráveis aos trabalhadores já alcançadas, ou a alcançar, em cada Estado-membro.

«Fixação (com base no carácter excepcional do emprego não permanente) de normas tendentes a impedir ou limitar a precarização do emprego e a neutralizar a utilização fraudulenta dos contratos de trabalho temporários e outros chamados «atípicos» ou «flexíveis».

«Aprovação de uma resolução no sentido de ser instituído o direito ao rendimento mínimo garantido nos países da Comunidade que não o têm e que são aqueles em que é maior o número relativo de pobres e onde é menor a protecção social relativa - Espanha, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido -, aliás na sequência do que fizemos na Assembleia da República.

«Garantia aos trabalhadores originários de qualquer Estado-membro do direito à igualdade com os nacionais do país de acolhimento proibindo-se as discriminações salariais ou outras.

«Garantia da igualdade de tratamento e não discriminação em relação aos originários de países extracomunitários.

«A progressiva harmonização no progresso dos sistemas de segurança social.

«A garantia da efectivação prática do direito à formação profissional tanto como meio de aperfeiçoamento contínuo ou reciclagem, quanto como meio de aquisição de qualificações requeridas para o acesso ao emprego.

«Reforço das condições tendentes a garantir os direitos dos trabalhadores em casos de despedimentos individuais ou colectivos, falências ou reestruturações.

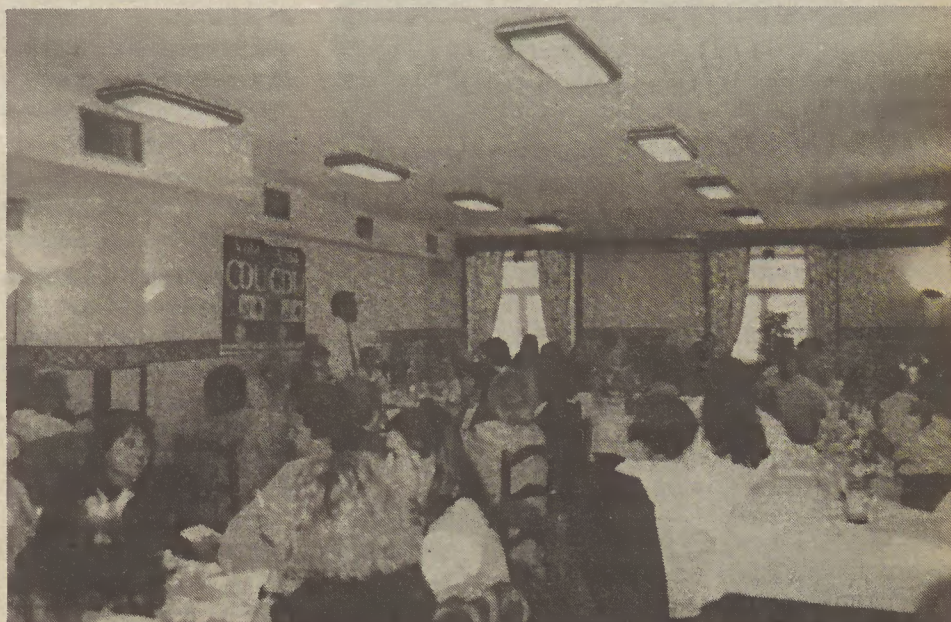
«Introdução de normas garantindo os direitos sociais em todas as directivas de realização da política económica, nomeadamente os referentes aos mercados públicos.

«Defesa intransigente da introdução de uma cláusula contra o «dumping» social em todos os tratados e acordos internacionais de comércio.

«A criação de condições materiais de acesso e promoção de carreira, de efectivação do direito à igualdade entre homens e mulheres.

«Consagração de garantias de protecção dos representantes eleitos dos trabalhadores nos locais de trabalho».

Compromissos cujos objectivos só poderão realizar-se no seu todo caso, dia 12 se registre uma grande votação na CDU.



Campanha intensa no Norte

A campanha da CDU no Porto teve um ponto alto no sábado passado com um conjunto de iniciativas a envolver diversos candidatos da Coligação. As imagens documentam a presença de Luís Sá em contactos com a população, acompanhado por Ilda Figueiredo, e a realização de um almoço-convívio num hotel portuense. Sá esteve no Mercado de São Vitor, e nos Bairros da Agra, do Cerco, da Fonte da Moura e Campinha. Honório Novo, na véspera, visitaria as Festas de São Gonçalo de Amarante, depois de ter passado pela Felra de Marco de Canaveses e Felgueiras. Na outra foto, este candidato da CDU fala numa iniciativa organizada pelas «Mulheres CDU», tendo ainda participado com Sérgio Ribeiro num debate em Avintes, para além de ter efectuado um elevado número de visitas a diversas freguesias e localidades do distrito do Porto.

CAMPANHA EM TODO O PAÍS

BEJA

Onde estão os milhões da Comunidade?

A jornada de Carlos Carvalhas terminou, terça-feira da passada semana, com um grande comício realizado em Beja junto ao Museu da cidade, que juntou mais de um milhar de pessoas. Para trás tinham ficado oito passagens por vilas do distrito de Beja onde o secretário-geral do PCP contactou com as populações em sessões que foram marcadas por testemunhos vivos da profunda crise que afecta a região.

Faro do Alentejo foi a primeira paragem, passava pouco das onze da manhã. Homens e mulheres esperavam no largo principal para ouvirem as palavras de Carvalhas.

Num distrito profundamente deprimido, onde a par de realizações surpreendentes do Poder Local se assiste a uma confrangedora desertificação humana e ao envelhecimento da população, o discurso do secretário-geral do PCP centrou-se na responsabilização da política do Governo PSD e no apelo à continuação da luta para a sua substituição.

Como referiu, as eleições para o Parlamento Europeu «são a continuação desta luta». Mas não só: a importância das decisões tomadas na Comunidade têm reflexos cada vez maiores no dia-a-dia das de todos nós.

Assim que o microfone passou para a assistência, ouviram-se testemunhos vivos da crise

que se vive no Alentejo: «Então quando é que avançam com o Alqueva?» - perguntava um homem. «Mas como é que se pode viver com 26 contos por mês, que nem dão para os medicamentos?»

Após visitar as instalações da Câmara de Alvito, ganha pela CDU nas últimas autárquicas, Carvalhas acompanhado por Lopes Guerreiro, presidente do município, dirigiu-se para o largo da vila. O sol escaldante do meio-dia aconselhou os presentes a procurar a sombra frondosa das árvores. Lopes Guerreiro falou primeiro sobre a importância de votar no próximo acto eleitoral, debruçando-se depois sobre a difícil situação no concelho que conta já com 230 desempregados. Famílias inteiras sem trabalho e, como frisou Carlos Carvalhas, dos 51 mil desempregados no Alentejo mais de metade não recebe subsídio.

«Mal aqui chegámos, falaram-nos logo no desemprego, nas magras reformas, na fome que já há em muitos lugares do Alentejo» - relatou o dirigente comunista que logo foi secundado por vezes entre a assistência que desafiaram o primeiro-ministro a viver no Alentejo «um mês que fosse com uma reforma de vinte contos».

No ar, ficou a pergunta, para onde é que vai o dinheiro da comunidade?

Depois do almoço, a caravana que entretanto se formara deteve-se em Vila Ruiva, uma freguesia empobrecida onde, no dizer de um popular, «há muitas terras mas ninguém dá trabalho a ninguém». Seguiu-se Vila Alva, onde a sessão prevista para decorrer ao ar livre foi transferida para o salão da Junta de Freguesia devido ao calor abrasador que fazia. Finda a sessão em Vila de Frades, Carlos Carvalhas encontrou-se com os trabalhadores da Câmara da Vidigueira, cujas instalações visitou ao lado do presidente Carlos Góis. Ainda na Vidigueira, o secretário-geral teve oportunidade de falar sobre as europeias, numa sessão em que participaram Veiga Trigo, da Comissão Coordenadora da CDU,



Vila Ruiva



Vila de Frades

Moreira Rita, do CC do PCP, Carlos Góis e António Teles, vereador na CM da Vidigueira.

Seguiu-se a freguesia de Pedrógão, e um jantar com activistas em Cuba, onde Carvalhas visitou o magnífico Centro Cultural construído pela Câmara.

O dia de campanha culminaria com um comício em Beja, que foi aberto com uma actuação da Brigada Victor Jara. No palco estavam vários candidatos da CDU às europeias, usando da palavra para além do secretário-geral do PCP, Amélia Pardal, Victor Silva, da concelhia de Beja, e Orlando Chasso, do Partido «Os Verdes».



Beja



Faro do Alentejo



Pedrógão



Alvito



«Ganho 26 contos por mês e todos os meses tenho de ir a Lisboa fazer tratamento. Ontem, tive de pedir dinheiro para a passagem. O Cavaco deu-nos mais mil escudos mas retirou-nos o meio bilhete no comboio. Diga-me lá o que é que hei-de fazer da minha vida» (testemunho de uma reformada em Faro do Alentejo, na foto)



Vidigueira

CAMPANHA EM TODO O PAÍS

ÉVORA

Transformar a revolta em voto na CDU

O contacto com a realidade no terreno permite normalmente uma aproximação à vida e aos problemas que confere a estes quase sempre uma outra leitura e um significado que as estatísticas e índices, por mais rigorosos, nem sempre retratam na sua verdadeira dimensão humana. Faz hoje oito dias, o primeiro nome da lista CDU às europeias, Luís Sá, andou em campanha eleitoral, por terras alentejanas, no distrito de Évora, e o que viu e ouviu (acessível aos seus acompanhantes, incluindo os jornalistas) constituiu-se num testemunho eloquente de como a vida concreta das pessoas, o seu quotidiano, pode assumir aspectos que a frieza dos números estatísticos está longe de reproduzir com fidelidade.

Que o desemprego no Alentejo atinge hoje 41 mil pessoas (20 por cento da população activa), 27 mil dos quais não recebe qualquer subsídio, é um dado conhecido. Que cerca de metade dos dois milhões e trezentos mil pensionistas e reformados recebem pensões inferiores a 25 mil escudos, também é uma informação que não constitui propriamente novidade para ninguém. Que todo o interior do País continua a sofrer um processo de desertificação humana que, no caso do Alentejo, significou, na década de 80, um

com os homens, mulheres e jovens que a ele se dirigiram e com quem falou ao longo do dia anularam a inevitável natureza impessoal dos dados estatísticos, trazendo a lume, em relatos de autênticos dramas humanos.

De tal modo que, no final da jornada, perante a vasta plateia presente na Praça do Giraldo, em Évora, o cabeça de lista da CDU sentiu necessidade de iniciar a sua intervenção aludindo ao dia que tivera, não hesitando em classificá-lo de "arrepiente", por tudo quanto lhe fora dado

que Cavaco Silva conseguisse fazer o exercício de se imaginar a viver com 19 contos e ter a renda da casa para pagar, a conta do médico, a conta da farmácia", referiu, comovido, Luís Sá.

Crise nos mármore

Embora muito presente, dadas as características da população, a questão das reformas e pensões não esgotou os temas de conversa. À baila, com frequência, veio também o problema do desemprego na região - "por cada vinte postos de trabalho que desaparecem só é criado um emprego", lembrou Luís Sá -, gerado sobretudo a partir da crise na indústria dos mármore e na agricultura.

"As empresas estão a encerrar e todas as quinzenas aumenta o número de trabalhadores que se dirigem ao Centro de Emprego", referiu ao "Avante!" o presidente da Junta de Bencatel, José Augusto, opinião corroborada por Manuel Condenado, vereador em Vila Viçosa, na intervenção que produziu no Centro de Trabalho, onde deu conta da "profunda crise que afecta o sector dos mármore, vital para o concelho", com o seu cortejo de "falências, desemprego e salários em atraso".

Um quadro, onde releva o mesmo sentimento de indignação e de revolta, que Luís Sá encontrara já, pela manhã, em Montoito e no Redondo, onde tivera encontros com as respectivas populações, bem como no concorrido almoço-convívio realizado em Santiago Maior.

"Isto está feio"

Em Borba, antes do comício no jardim público, o candidato comunista voltou a ouvir palavras de desencanto resumidas na afirmação de um trabalhador: "isto está feio - os terrenos de novo vedados para a caça, o olival não é colhido, as terras abandonadas".

Um tema caro à candidata do Partido Ecologista "Os Verdes" na lista da CDU, Isabel de Castro, que, nas suas intervenções ao longo do dia, não deixou de pôr o dedo na ferida ao assinalar que "o que se vê não é o progresso", mas sim, cada vez mais, "um espaço de coutadas num distrito cada vez mais cheio de arame farpado, é o atraso, é o desencanto estampado no rosto das pessoas, é a destruição do que é nosso, é a invasão do nosso país por produtos estrangeiros".

Em Estremoz, no jantar onde não faltaram apoiantes da CDU (e onde não faltaram palavras de apreço pelo magnífico trabalho nas últimas eleições autárquicas que permitiu conquistar a presidência da Câmara), todas estas matérias voltaram a estar no centro dos discursos, tendo na ocasião Luís Sá colocado como grande questão, num apelo ao voto, a necessidade de "transformar a revolta, o descontentamento e o protesto em voto na CDU, em voto contra o PSD!".

Um apelo ao voto na CDU que o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, voltaria a lançar da tribuna do comício, em Évora, depois de chamar a atenção para o facto de nesta questão das europeias "PS e PSD serem dois pedais da mesma bicicleta".

JC



Em Bencatel, Luís Sá foi confrontado com relatos de dramas humanos, como o daquela mulher que, dirigindo-se-lhe, mostrou dois recibos: um, da reforma, no valor de 19 contos; o outro, da renda da casa, atingindo os 12 contos



No jantar, em Estremoz, não foi esquecido o magnífico trabalho que levou à vitória da CDU nas últimas eleições autárquicas



No jardim público de Borba, como nos restantes encontros pelo distrito de Évora, as palavras dos candidatos atentamente seguidas pelos presentes

Recepção calorosa em terras alentejanas

As iniciativas de campanha da CDU no distrito de Évora tiveram no feriado da passada semana, faz hoje oito dias, o ponto alto de uma agenda política marcada por acções que têm privilegiado o contacto directo com os eleitores e as populações. Sensivelmente a meio do período oficial de campanha eleitoral, quando estavam já cumpridas mais de três dezenas de iniciativas de um total que se aproxima da centena no conjunto do distrito, o ambiente em torno dos candidatos e das propostas da CDU indicia claramente que a onda de adesão está a aumentar, como a crescer está a consciência quanto à importância do que está em jogo no próximo dia 12 e quanto à necessidade de cumprir o dever cívico de votar.

"Há uma boa mobilização das organizações do Partido e a verdade é que somos praticamente a única força política que está no terreno, com propaganda e iniciativas", sublinhou a propósito, em declarações ao "Avante!", o camarada Raimundo Cabral, do Conselho Nacional do PCP e responsável pelo distrito de Évora.

Estávamos em plena Praça do Giraldo, momento antes de ter início o grande comício, presidido por Abílio Fernandes, que reuniu, perante milhares de pessoas, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e o cabeça de lista às europeias pela CDU, Luís Sá, ambos, nesse dia, com itinerários diferentes, a cumprirem um programa que abrangeu praticamente a totalidade dos concelhos do distrito de Évora.

Com as caravanas a juntarem-se na histórica cidade eborense, terminava assim, à noite, em clima de festa, da melhor maneira, uma jornada de esclarecimento e mobilização toda ela marcada, no essencial, pela recepção calorosa dispensada ao longo do dia aos dirigentes comunistas.

Para trás, no programa do secretário-geral do PCP, ficara a passagem por Vendas Novas - primeira etapa da visita - onde fora recebido por centena e meia de pessoas, em ambiente de

entusiasmo e confiança, o mesmo que viria a encontrar, em seguida, na freguesia de Silveiras e, posteriormente, no almoço, em Montemor-o-Novo, que juntou mais de 300 pessoas, número que se alargou para cerca de meio milhar quando chegou o momento de escutar as palavras de Carlos Carvalhas.

Partindo integrado numa caravana de 25 viaturas, o dirigente comunista tomou então a direcção de Mora, onde era aguardado por uma massa de gente que encheu literalmente a Casa da Cultura, seguindo atentamente não apenas a sua intervenção, como também as de Rui Namorado Rosa, Vice-Reitor da Universidade de Évora e candidato na lista da CDU ao Parlamento Europeu, e a de João Saraiva, presidente da Câmara Municipal.

O combate à abstenção e o apelo ao voto na CDU voltaram a ser duas ideias centrais presentes nas alocações dos oradores, particularmente enfatizadas, sobretudo, por Carlos Carvalhas, que rumou depois a caminho de Pavia, local onde de novo voltou a ouvir manifestações de apoio e confiança, reiteradas, duas horas mais tarde, no jantar em Arraiolos em que participaram cerca de duas centenas de apoiantes.

JC



A Jornada pelo distrito de Évora terminou com um grande comício que reuniu milhares de pessoas na Praça do Giraldo, em clima de festa e confiança

êxodo de mais de 40 mil pessoas, também não escapa ao conhecimento da generalidade dos portugueses. Que a crise está instalada - pese embora a propaganda laranja tentando fazer crer que há sinais de recuperação -, é igualmente um facto indelével, fácil de aferir a partir da análise de alguns indicadores comprovativos da queda do produto, da queda do investimento, da diminuição do rendimento das famílias, do aumento do desemprego.

Dramas humanos

Ora, foi esta realidade que Luís Sá pôde testemunhar, *in loco*, mas com uma diferença fundamental: o contacto directo

ouvir e observar, assinalando a propósito que ninguém com um mínimo de sensibilidade poderá ficar indiferente à dimensão humana dos casos referenciados.

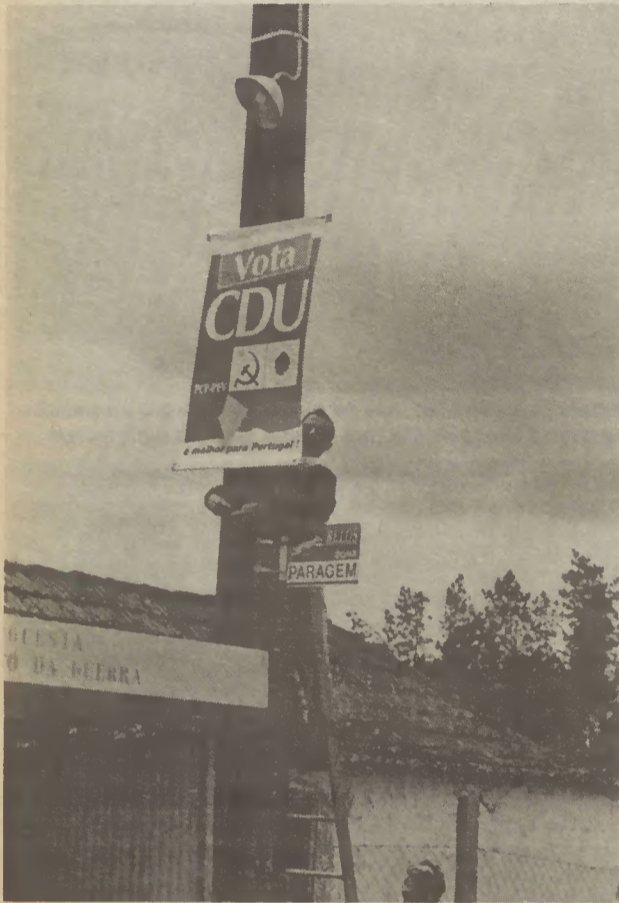
Como o daquela mulher, com a dureza de uma vida de trabalho vincada no rosto, que, em Bencatel, dirigindo-se-lhe, nas instalações onde funciona o Centro de Dia para Idosos, mostrou dois recibos: um, da reforma, não excedendo os 19 mil escudos; o outro, da renda de casa, atingindo os 12 mil escudos.

Relatando o caso, momentos depois, para os que se haviam concentrado em frente do edifício da Junta de Freguesia para o escutar, a emoção foi mais forte e as lágrimas vieram aos olhos do candidato. "Gostava muito

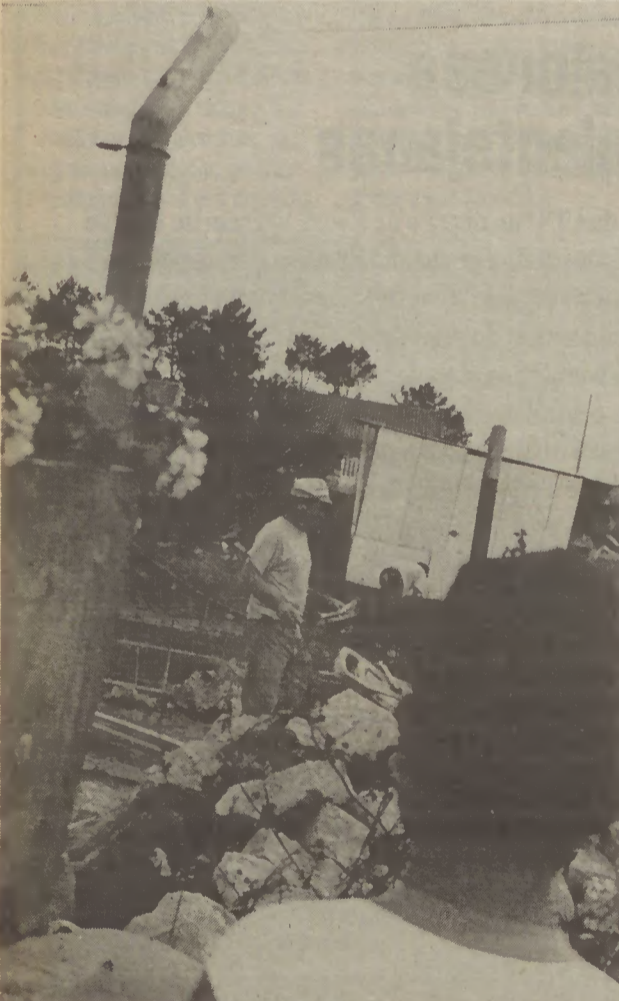
CAMPANHA EM TODO O PAÍS

SETÚBAL

Jornada de propaganda a marcar encontro



Pendão bem alto



CDU — um intervalo no trabalho de casa



Toda a gente aceita a propaganda CDU

Setúbal, no feriado de quinta-feira passada. Vinte camaradas reúnem-se em frente do Centro de Trabalho, com o sol a dourar a manhãzinha. Para muitos, hora ainda de descanso. Para estes, hora de ir ao contacto com a população, de divulgar a palavra da CDU, de propagandear-la. Até amanhã à noite, quando encerrar a campanha, é sempre hora de trabalho, de esclarecimento.

Com a música à frente num carro de som, começa a viagem, que vai ser de visita a duas freguesias rurais do concelho e também jornada de convívio. O feriado deixa entretanto a cidade deserta a esta hora matinal.

O autocarro onde vamos sobe a avenida, agora apenas em companhia da profusão de pendões com as cores fortes da CDU. Atravessamos a linha de caminho-de-ferro, seguimos mais adiante pela Avenida Bento de Jesus Caraça, em breve se alcança o termo da cidade.

Cuidado com as imitações

Primeira paragem. Manteigadas. No rádio do autocarro são dez horas, e dá música que nem de propósito. Sérgio Godinho canta aquela do «Casimiro, cuidado com as imitações», o Casimiro que tentava sempre não se deixar enganar. É o que diz a CDU na sua propaganda, denunciando aqueles que hoje se apresentam ao eleitorado como se não tivessem responsabilidades na política que foi aprovada em Bruxelas pelos mesmos partidos que a criticam.

Houve quem chegasse à nossa frente, abrisse uma carrinha com cartazes, pendões, molhos de folhetos. Saímos. As ruas dormem ao sol feriado. Só algumas mulheres às janelas, acorrendo aos acordes da música da CDU, alguns homens a lavar os carros em frente das casas deste bairro operário. Brigadas avançam, de porta-em-porta, a deixar a mensagem. A beira da estrada sobe-se aos postes a atar pendões. De manso, nuvens vêm cobrir a luz e caem chuviscos finos.

À primeira vista...

Tornamos ao autocarro. Estefanilha. É, à primeira vista, apenas um longo troço de estrada. Onde, no entanto, mora gente, sobre as bermas espreitam casas e quintais. Apeamo-nos de novo e as nuvens dissipam-se. Uma mulher idosa vem, desconfiada, ver primeiro que papéis são aqueles: «Não sei ler, sabe?» Mas aponta com o dedo os símbolos que no fim do documento mostram a foice e o martelo ao lado do girassol. «Ah, é a CDU, dê cá...»

Interrompemos mais adiante o gesto de um homem cavando o seu quintal, que é como quem diz o meio sustento de uma vida difícil de operário ou de reformado. Depois surdimos no meio de um grupo que trabalha no aumento de uma casa, homens dobrados sobre vigas de cimento. A seguir há uma pequena oficina de pintura de automóveis.

A Estefanilha, que termina mesmo à entrada da «Renault» — ou será melhor dizer à saída porque dali sai muita gente despedida — é afinal mais do que uma estrada. E não houve quem se furtasse ao documento entregue, à bandeira que quiseram receber.

Oxalá

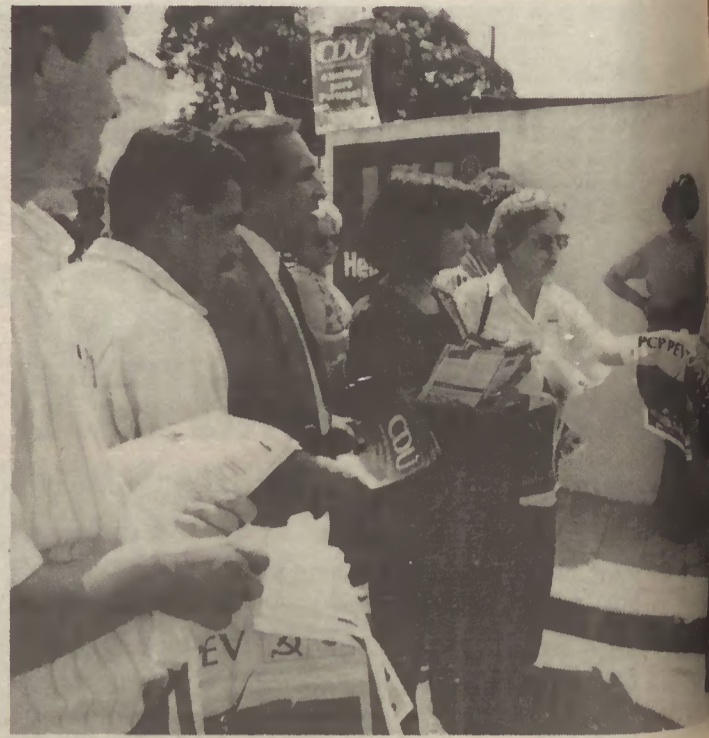
Praias do Sado. Com restos de salinas e as altas chaminés da central térmica da EDP em fundo. Aqui é uma freguesia CDU onde, na rua principal, também mora um Centro de Trabalho do Partido. Pendões da CDU a engalnar cada poste. Raras pessoas, por enquanto. E são elas quem se dirige às brigadas: «Dê-me esse saquinho e o papel», pedem. «É da CDU», gritam crianças para dentro das casas.

É meio-dia. E os cafés quase vazios e as casas em descanso vão-se enchendo de movimento. Os camaradas das brigadas trocavam impressões sobre o silêncio inusual. «É que há muita gente que meteu agora fim-de-semana prolongado e fez ponte. Oxalá que não seja assim no outro, das eleições...»

Oxalá.

Mas, ao som da CDU, as ruas vazias animam-se, as janelas abrem-se, as ruas enchem-se de movimento. O camarada Elias, que é presidente da Junta, conhece-os a todos. E são muitos os que vêm cumprimentá-lo e procuram os documentos que são distribuídos.

A jornada está perto do fim. Vamos à Câmibia, iremos de seguida ao Faralhão. Mas isso será depois do convívio, do almoço que alguns camaradas preparam e que decorreu animado. Cartazes, documentos, pendões, a CDU deixou a sua marca, a marcar encontro para o próximo domingo.



À porta da Hally Hansen

Sexta-feira

Sexta-feira foi um dia em cheio, no distrito de Setúbal, com o secretário-geral Carlos Carvalhas e o cabeça de lista da CDU, acompanhados de outros camaradas e candidatos, a participarem, cada um por seu lado, em diversas iniciativas e a cruzarem-se e acompanharem-se noutras.

Carvalhas encontrou-se em Alhos Vedros com trabalhadores da empresa Hally Hansen e foi almoçar a Palmela, num amplo e muito participado convívio em que também esteve Luís Sá.

Acompanhámos depois o cabeça de lista aos portões da Setenave/Solisnor, onde aguardámos a mudança de turno, saídas e entradas de trabalhadores desta empresa onde campeiam as tentativas de despedimento dos Melos.

Às 16.30, chegam autocarros e começam a descarregar operários. São homens e mulheres que se dirigem ao seu posto, certamente preocupados. Não apenas com o trabalho que vão fazer, mas sobretudo com o que pode faltar. Recebem interessadamente a propaganda CDU. Além dos camaradas que vieram em carrinhas distribuir propagandas, estão presentes dirigentes concelhios do Partido, dirigentes e activistas sindicais,

militantes da célula do PCP na Solisnor, aguardando a chegada de Luís Sá, que vem acompanhado por Valdemar Santos, do CC e da DORS.

O diálogo

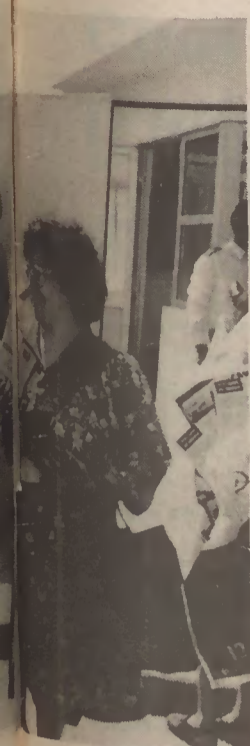
Luís Sá, calorosamente recebido, ouve de António Cardador, membro da CT e dirigente sindical, a «mensagem dos trabalhadores da Solisnor», a sua «grande confiança e empenhamento na luta». Ouve dizer que os trabalhadores «confiam no PCP e na CDU, confiam nos seus eleitos que irão defender no Parlamento Europeu os interesses» do mundo do trabalho.

Por seu lado, Luís Patrício, dirigente metalúrgico, manifesta ao candidato as preocupações que os trabalhadores actualmente vivem e a disposição que têm em continuar a lutar pelos seus direitos e pela viabilidade das indústrias siderúrgicas e de construção naval.

Acompanhado de muitos camaradas e amigos, Luís Sá dirige-se aos portões, por onde começam a sair os operários que findaram o turno. E um diálogo ininterrupto se inicia, os trabalhadores dirigem-se ao candidato com gestos de camaradagem, com exortações ao



Comício na Festa Amiga



Baixa da Banheira — o entusiasmo CDU

Luís Sá à conversa com sindicalistas

Um dia em cheio

éxito da CDU, com manifestações de firmeza na luta que vai continuar.

«Só saio daqui de empurrão, ou se me puxarem com uma corrente», diz um trabalhador à saída. «Força, vai ser desta», exorta outro.

Luís Sá comenta: «Foi muito importante ganhar a lista unitária», diz, «para que os trabalhadores continuem a luta». Um operário responde-lhe: «Continuamos a pensar que, resistindo a mais este ataque do Governo e da Administração, conseguimos vencer».

É este o ambiente. De confiança. Mas não deixa de haver quem pergunte ao candidato: «É que é que pensas que vão ser os resultados?»

«Acho que vão ser bons. Mas que é preciso que lutemos todos por isso», responde Luís Sá. «É que há muita gente que, mesmo em situação desesperada, está disposta a não ir votar».

«Eles, os do Governo, é que apostam na abstenção.»

«E nós pensamos que os que vão votar o devem fazer a favor da mudança», torna o candidato.

A sirene vem interromper a conversa. À laia de despedida, um operário aperta a mão a Luís Sá: «Deus queira que tenham sorte. E que puxem pelos trabalhadores. Nós aqui vamos con-

tinuar a luta, que é esse o nosso dever!»

Juventude

Órgãos de comunicação social regionais e locais aguardavam Luís Sá no CT de Setúbal para onde o candidato se deslocou acompanhado de Valdemar Santos e onde, em lugar de

cotas máximas de produção de vinho que Bruxelas e Deus Pinheiro pretendem impor a Portugal, que resultará na queima de milhão e meio de contos de vinho, medida angustiante à qual se pretende opor a medida ridícula de baixar um escudo no litro da gasolina em período eleitoral; enquanto se aumenta o preço de portagem na Ponte com uma portaria que só entra-



Almoço em Palmela

fazer uma declaração inicial, preferiu abrir desde logo o diálogo.

Perguntaram-lhes se o facto de ter escolhido o Sul do Tejo para a ponta final da campanha não revelava preocupação quanto aos resultados. Luís Sá afirmou então ter motivos de sobra para estar preocupado, mas não esses. Motivos de preocupação e angústia têm sido os que têm decorrido do confronto com a realidade ao longo da campanha. Lembrou que em Palmela, no mercado, muitos vendedores lhe disseram que as pessoas andam a comprar menos. Que conheceu um caso de um homem de trinta anos, despedido, e considerado «demasiado velho» para novo emprego; casos de reformados e pensionistas que se queixam das pensões de miséria; o dos trabalhadores da Solisnor ameaçados de despedimentos, enquanto que o estatuto de empresa privada foi acompanhado de limitações fortíssimas aos direitos e liberdades.

Referiu-se ainda às recentes

rá em vigor no dia seguinte ao das eleições!

Depois de um animado e franco diálogo entre o candidato e os jornalistas, Luís Sá deslocou-se para Palmela, onde de novo se encontrou com o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, para um jantar-volante em convívio com uma verdadeira multidão de jovens da CDU que encheram uma longa sala no cinema S. João.

Com os dirigentes comunistas estavam outros candidatos CDU, nomeadamente Isabel de Castro, dos Verdes, e Amélia Pardal, da JCP, entusiasticamente recebidos e saudados.

Enquanto os jovens se dirigiam para a Baixa da Banheira onde desfilaram pelas ruas antes do comício, os candidatos foram primeiro à Festa Amiga, no Pinhal Novo. No vasto terreiro da feira, lugar tradicional para a Festa Amiga, simpática e simples como sempre. Lugar também, desta vez, para o comício que interrompeu o espectáculo, e em que tomara a palavra Isabel de Castro, dos



Convívio com a juventude

Verdes, que se referiu à importância de votar CDU se se quiser defender coerentemente um desenvolvimento que tenha em conta o ambiente.

Luís Sá falou em seguida, dando conta da vontade de luta que tem encontrado ao longo da campanha, da necessidade de perseverar no trabalho do esclarecimento, «com muita confiança nos resultados que vamos ter».

Por fim, falou o secretário-geral do PCP. Carlos Carvalhas, calorosamente aplaudido, referir-se-ia, em curta intervenção, aos problemas do distrito e aos problemas nacionais. Acusando a política do Governo PSD que se traduz nos dramas sociais e na crise económica, denunciando a cumplicidade do PS em tal política, o secretário-geral do PCP apelou frontalmente ao voto, que pediu «de cabeça levantada, porque trabalhámos e cumprimos». Um voto na CDU «para dizer não a esta política, para continuar a luta por uma nova política ao serviço do povo e do país».

Um exuberante e entusiástico comício, com a participação de numerosa juventude, culminou a jornada de sexta-feira na Baixa da Banheira, onde de novo Carvalhas voltou a tomar a palavra, seguido dos candidatos Luís Sá, Isabel de Castro e Amélia Pardal.

Nós dizemos

A todos os que se inquietam com o presente e o futuro do nosso país,

nós dizemos:

no dia 12, o vosso voto na CDU faz falta porque é o voto mais combativo para mudar o presente e mais carregado de esperança num futuro melhor.

A todos os que estão justamente descontentes com o aumento do desemprego, a redução do poder de compra e do nível de vida, os golpes nos salários, o agravamento dos problemas e das injustiças sociais,

nós dizemos:

no dia 12, o vosso voto na CDU faz falta porque é o voto em que está sempre presente, sempre activo e sempre solidário ao lado dos que sofrem e dos que lutam.

A todos os que têm participado no grande movimento de protesto e de luta contra a política do Governo do PSD,

nós dizemos:

no dia 12, o vosso voto na CDU faz falta porque é o voto na força política que mais atenções, mais energias e mais esforços dedica ao justo objectivo de travar a ofensiva do Governo e de fazer reivindicações dos trabalhadores e do povo português.

A todos os que aspiram a uma nova política e a uma vida melhor para si e para os seus,

nós dizemos:

no dia 12, não falem com o vosso voto na CDU porque é o voto que afirma com força que o que faz falta ao país não é a arrogância do PSD ser substituída pela arrogância de outros, que grita alto e bom som que o que faz falta ao país não é a política de direita ser substituída pela política de direita de outros, que coloca em cima da mesa a exigência de uma política efectivamente nova e de uma verdadeira alternativa democrática.

A todos, mas a todos,

nós dizemos:

no dia 12 não calem o vosso descontentamento, o vosso protesto, a vossa luta, as vossas convicções democráticas e de esquerda, as vossas aspirações de justiça, de progresso e de uma vida melhor. Votem CDU porque esse é o voto que mais conta, que mais pesa e que mais decide.

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas na Baixa da Banheira

MAIS VOTOS NA EPAL

A lista unitária subiu de 652 votos, há 2 anos, para 948 nas eleições para a CT que tiveram lugar anteontem, conquistando a totalidade dos 11 mandatos. Dos 1368 trabalhadores da empresa, apresentaram-se nas urnas 986, registando-se 33 votos brancos e 5 nulos. A lista única conseguiu assim 96,1 por cento dos votos expressos. Desta vez não concorreram quaisquer listas conotadas com o PS e o PSD (que obtiveram 3 mandatos nas últimas eleições, embora os 2 eleitos socialistas nem sequer tenham tomado posse).

... E NA CIMPOR

Aumentou a participação dos trabalhadores na recente eleição da Comissão (e 5 subcomissões) de Trabalhadores da Cimpor, em que exerceram o seu direito de voto 776 pessoas, dos 1052 eleitores inscritos. Daqueles, 745 votaram a favor da lista unitária, registando-se ainda 26 votos brancos e 5 nulos. Os novos órgãos representativos da Cimpor foram assim eleitos com uma percentagem de 73,7 por cento dos trabalhadores da empresa. Estes resultados «demonstram a grande confiança dos trabalhadores, a força transmitida à nova CT e sub-CTs eleitas e a acrescida responsabilidade dos representantes eleitos», afirma-se no comunicado que segunda-feira divulgou a Comissão Eleitoral.

PROFESSORES CONTRA CANDIDATURA

Decorreu ontem uma jornada de luta contra a insistência do Ministério da Educação em manter a prova de candidatura para acesso dos professores ao 8º escalão da carreira docente. Em todos os outros escalões a progressão faz-se segundo o tempo de serviço efectivamente prestado em funções docentes. A Fenprof marcou para ontem uma concentração de dirigentes sindicais junto do Ministério da Educação, a que se seguiriam uma conferência de imprensa e a entrega de um abaixo-assinado dos sindicatos, que recolheu 50 mil nomes em todo o País, à ministra Manuela Ferreira Leite, ao Provedor de Justiça e ao presidente da Assembleia da República.

... E TRABALHO EXTRA NÃO REMUNERADO

Como o Governo deu ordens para as escolas cancelarem a requisição de verbas para pagamento das horas extraordinárias de Maio e avisou que as de Junho não serão pagas, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa entende que «não resta aos docentes senão a decisão de não darem mais nenhuma aula que tenha sido considerada como serviço extraordinário». Numa nota de imprensa divulgada dia 31, o sindicato considera que «esta atitude do poder político é imprópria de qualquer Estado democrático e exige o firme protesto, não só do SPGL, como de todos os professores».

PUNIR OS NAZI-FASCISTAS

A CGTP solidarizou-se com os quatro portugueses que na semana passada foram atacados por *skinheads* alemães em Leipzig. Um comunicado do departamento de migrações da central sublinha que «só a exemplaridade da punição credibilizará a democracia», enquanto «a complacência das autoridades, sejam elas alemãs ou portuguesas, perante a violência nazi-fascista fragiliza os ideais e as forças democráticas e torna mais agressivos os movimentos neonazis e de extrema-direita».

ACABAR COM EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS

A Interjovem apresentou propostas concretas para pôr termo à exploração de mão-de-obra infantil, uma «chaga social que não só não está erradicada, como continua a alastrar na sociedade portuguesa». Um comunicado da organização de juventude da CGTP, distribuído nas vésperas do dia internacional da criança, lembra que «é ao Governo que compete, em primeiro lugar, tomar medidas concretas», mas o executivo «nada faz, preferindo admitir a entrada no mercado de trabalho a partir dos 14 anos».

Para acabar com o trabalho infantil, a Interjovem reclama «medidas de fundo para melhorar a situação económica das famílias que têm crianças a trabalhar», a «elevação imediata» para 16 anos da idade de admissão no emprego, o aumento do abono de família e o reforço da acção social escolar. Deve ainda ser imediatamente feita a tipificação como crime da exploração do trabalho infantil e a Inspeção do Trabalho deve ser dotada de meios para uma intervenção «maior e mais eficaz» nas empresas. Deve ainda ser criado, até à efectivação da escolaridade obrigatória de 9 anos, um sistema transitório «com uma componente educativa, formativa, cultural e desportiva, que permita ocupar as crianças e os adolescentes que abandonam a escola antes de atingirem a idade de admissão no mercado de trabalho».

ESTATUTO DOS ENFERMEIROS

Para a próxima quarta-feira está marcada nova reunião entre os representantes sindicais e o Ministério da Saúde para debater os projectos de Estatuto Profissional e Estatutos da Ordem dos Enfermeiros, documentos entregues pelo Governo a 10 de Maio depois de uma dura e prolongada luta. Para discutir os projectos com a classe o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses promoveu debates em Faro, Lisboa, Évora, Porto, Coimbra, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

Privatizações, destacamentos, reivindicações, concursos

Médicos fazem balanço negativo do mandato de Paulo Mendo

O ministro da Saúde «não resolveu qualquer dos grandes problemas e, inclusivamente, tem procurado ensaiar a aplicação de medidas que aprofundam e agravam, ainda mais, a nefasta política de saúde que há anos vem sendo desenvolvida pelo Governo», acusa a FNAM.

Ao fazer, na semana passada, o balanço de sete meses de mandato do actual ministro da Saúde, a Federação Nacional dos Médicos afirmou que «o tempo encarregou-se de mostrar a justeza da nossa posição sindical», pois «desde logo afirmámos que não estavam em causa pessoas, mas as políticas definidas».

Para a FNAM não constituiu surpresa a nomeação de um médico para substituir Arlindo de Carvalho (demitido no primeiro dia da greve nacional dos médicos realizada a 2 e 3 de Dezembro), uma vez que «a contestação e as amplas movimentações dos médicos e das suas estruturas representativas têm constituído um obstáculo intransponível para a concretização dos objectivos políticos do Governo». Só que Paulo Mendo - contrariando expectativas de alguns sectores que não foram partilhadas pela federação - continuou a não dar resposta a impor-

tantes problemas e reivindicações dos médicos, como a FNAM denunciou no dia 31 de Maio:

- continuam os destacamentos compulsivos, apesar de terem sido resolvidas algumas situações por critérios subjectivos, ignorando o ministro a recomendação do Provedor de Justiça e declarações produzidas pelo próprio Paulo Mendo antes de tomar posse (*Somos médicos ou militares?* - perguntava, insurgindo-se contra tal medida);

- das reivindicações que estiveram na base da greve de Dezembro e das questões incluídas no caderno reivindicativo entregue ao ministro no princípio do ano, apenas foi resolvido, em Março e após duas reuniões, o descongelamento dos escalões salariais;

- continuam por pagar os retroactivos das actualizações do subsídio de fixação dos médicos de clínica geral (apesar de

uma recomendação do Provedor de Justiça, há dois meses, para o rápido pagamento da dívida);

- foi anulado o concurso para consultor de clínica geral, uma «medida ilegal que lesa mais de 2 mil médicos e que vai possibilitar ao Ministério da Saúde a poupança de vários milhares de contos, ao atrasar substancialmente a progressão na carreira»; para isto, como para o novo regulamento de concurso da mesma carreira, a FNAM não foi ouvida;

- apesar de o Governo ter anunciado que iria abrir vagas nas carreiras médicas, a federação sindical desconhece qualquer plano com vista à sua concretização e considera mesmo que, «se tivermos em conta as promessas» de resolução do problema dos médicos destacados e dos que, com vínculo, continuam a aguardar colocação, «o número de vagas colocadas a concurso é insignificante».

Face a notícias contraditórias sobre os propósitos do Ministério quanto aos regimes de trabalho das carreiras médicas, a federação fez questão de reafirmar a sua posição de «defesa intransigente do regime de dedicação exclusiva opcional e dos direitos adquiridos pelos médicos nesta matéria».

Instalar o medo para degradar o serviço

«Hoje, assiste-se nos hospitais ao aprofundamento da hierarquia do medo, em que a livre expressão de uma opinião crítica poderá ter custos profissionais muito elevados», denuncia a FNAM, ao falar do sistema de gestão hospitalar. No documento que divulgou aos jornalistas, a federação afirma mesmo que «os factos concretos demonstram que são as estruturas locais do partido único do Governo que

determinam a escolha das pessoas, o momento em que elas são substituídas e por quem são substituídas nas várias unidades de saúde».

Embora, «nas primeiras semanas» de actividade da nova equipa ministerial a FNAM tenha notado «alguns sinais de abertura para uma reformulação da lei de gestão hospitalar», o Ministério «rapidamente deixou clara a sua intenção de manter e reforçar o aparelho político-partidário de controlo das instituições de saúde».

«Este sistema de gestão tem tido como objectivo fundamental a degradação intencional dos serviços públicos de saúde», acusa a federação, para quem constituem «motivo de profunda preocupação» as notícias recentes sobre medidas que o Ministério da Saúde está a preparar visando a privatização de serviços.

Afirmando como «questão fundamental» a garantia «do vínculo laboral, da estabilidade profissional e do adequado enquadramento técnico da profissão, seja no sector público ou privado», a FNAM pergunta ao Ministério da Saúde qual vai ser o destino dos médicos que já se encontram no Hospital Amadora/Sintra, caso se concretize a privatização, ou o que sucederá a quem aceitar ficar nas unidades privatizadas e nos centros de saúde (com os contratos de convenção).

A federação «desenvolverá todos os esforços na denúncia das soluções comerciais para a saúde, que discriminem os cidadãos em função do seu nível socioeconómico e que visem rentabilizar-se à custa da precarização contratual e da inexistência de garantias profissionais e salariais dignas para os médicos» - conclui o documento divulgado aos jornalistas pela comissão executiva da FNAM.

SPGL processa direcção do ISCAL

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) decidiu accionar os tribunais «com vista à instauração de um processo-crime aos actuais titulares dos órgãos de gestão» do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) que acusa de serem «responsáveis pelas injúrias e pelas atitudes persecutórias a docentes no exercício dos seus direitos e deveres».

O SPGL exige a «total reposição da legalidade democrática no ISCAL» nomeadamente a «eleição regular do Conselho Directivo e o funcionamento regular do Conselho Científico e regular eleição do seu presidente».

Assinala-se que recentemente o Presidente do Conselho Científico do ISCAL foi obrigado a readmitir naquele órgão os docentes que tinha expulso devido a processos disciplinares que foram entretanto anulados pelo Ministério da Educação, e afastar os docentes que ilegalmente cooptara.

O SPGL condena também a atitude da Direcção da Associação de Estudantes que durante este processo se colocou ao lado do «poder ilegalmente instalado na escola, aceitando instrumentalizar os estudantes como *tropa de choque*».

O Sindicato lamenta a acção das Direcções de Estudantes que «apela à desordem, coacção moral e até física» dos docentes do Conselho Científico como é o

caso de um comunicado que afirma: «fazemos um convite: deve-se dar com as cadeiras na cabeça de alguns professores».

Reagindo a outros apelos violentos contra docentes, as direcções do SPGL e do SNESup vão solicitar à Polícia Judiciária que «investigue a veracidade das ameaças, proferidas na Assembleia Geral de Escola, de incitamento ao crime e que identifique os seus eventuais autores».

Comissões de Trabalhadores apelam ao voto no domingo

A Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa apela em comunicado aos trabalhadores para usem o seu voto como «instrumento para dar mais força aos seus anseios e à sua luta diária permanente». Responsabilizando o PSD pela actual situação económica e social, as Comissões de Trabalhadores condenam as «forças do campo democrático que aplaudiram e subscreveram Maastricht, não permitiram o debate e a consulta prévia ao povo português sobre o conteúdo e objectivos do tratado, estão de acordo com as privatizações e os desmembramentos das empresas, entendem as rescisões e os despedimentos como inevitáveis e não tiveram uma palavra sobre os miseráveis aumentos do salário mínimo nacional e dos abonos de família».

Também os trabalhadores da Indústria Naval atribuem grande importância às eleições de domingo próximo, considerando que «trata-se de defender e acautelar os interesses nacionais em geral e dos trabalhadores portugueses em particular».

Defendendo que «a coerência política tem de ser tida em atenção no acto de votar» a coordena-

dora das CT's do sector sublinha que «os trabalhadores têm que saber quem reivindicou e quem apresentou propostas para manter a indústria naval competitiva, e quem esteve e está de acordo com o Plano Mello para a Lisnave e Setenave, que põe em causa milhares de postos de trabalho».

Para as comissões de trabalhadores do concelho de Almada as eleições europeias são decisivas «porque as questões sociais, as questões do emprego, as questões do desenvolvimento vão estar sob forte pressão a partir das instituições europeias pelo que é necessário que os deputados eleitos dêem garantias de firmeza e determinação na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português».

Por seu turno, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores afirma que os trabalhadores do sector vão ter de voltar à luta pela abertura de negociações sobre a revisão intercalar de salários e restantes matérias, salientando que «muito poderão ajudar resultados eleitorais de 12 de Junho que apontem para a necessidade de uma nova política».

Com a ajuda da CAP O leite e o vinho na mira das multinacionais

Os sectores leiteiro e vinícola nacionais estão a ser "assaltados" pelas multinacionais de parceria com a CAP - denunciou na passada sexta-feira a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em conferência de imprensa, no Porto.

Segundo a CNA, no respeitante ao sector leiteiro, a PARMALAT, em conluio com a CAP, está a aliciar os maiores ou melhores produtores de leite pagando-lhes preços mais altos pela produção leiteira, para conquistar o mercado e liquidar a concorrência.

Para a CNA, esta é a primeira fase de um processo idêntico ao verificado noutros países, cujo segundo passo - depois de arruinada a concorrência e em particular o sector cooperativo leiteiro - será a imposição, à produção e ao consumo, da 'lei' e dos preços que mais convierem à multinacional.

Denunciando esta situação, a CNA chama ainda a atenção para a demagogia da CAP e do respectivo presidente, agora candidato ao Parlamento Europeu, que "enquanto apregoam a defesa dos produtos nacionais, promovem e ganham dinheiro com a invasão das importações, que, neste caso do leite da PARMALAT (aliás, já rotulado de leite 'CAP MALAT') atingem mais de 600 toneladas por semana".

A CNA considera que esta situação foi precipitada pela antecipação, em 3 anos, do Mercado Único, acto de que o Governo é o principal responsá-



vel. Cabe lembrar, a propósito, que a pretexto da aplicação das normas comunitárias os pequenos e médios produtores leiteiros recebem na base dos 50\$00/litro, ao mesmo tempo que as regras estabelecidas pelo INGA/Ministério da Agricultura para a atribuição das quotas leiteiras deixam de fora das prioridades todos os produtores com menos de 40 toneladas de

leite/ano (a maioria) e impõem muitas para os que ultrapassem a quota que lhes foi atribuída no início da campanha.

Face à presente situação, a CNA advoga a imediata intervenção do Governo, já que "os preços ao consumidor praticados pelas multinacionais indicam que muito do leite importado está a ser vendido em Portugal a preços inferiores aos custos de

comissário João de Deus Pinheiro -, a ser aplicada, representará "a ruína e o desaparecimento da maior parte dos nossos vitivinicultores e Adeegas Cooperativas".

Reclamando do Governo "uma posição de rejeição, clara e inequívoca" desta OCM, a CNA aproveitou ainda a conferência de imprensa para denunciar as importações de vinho sem controlo e a conivência da CAP neste processo. Considerando que o caos instalado no sector se deve em grande parte à conivência dos principais responsáveis pelo Instituto do Vinho e da Vinha (IVV), bem conhecidos pelas suas ligações à CAP, a CNA reclama, como primeira medida para regularizar a situação, a urgente demissão dos dirigentes do IVV. Outras medidas necessárias foram igualmente avançadas: fim da campanha antivinho feita a pretexto de supostas campanhas antiálcool; fim da taxa e do IVA sobre a aguardente de bagaço; aumento da taxa de alcoémia permitida para os 0,7; estabelecimento de tabelas máximas de comercialização dos vinhos de forma a controlar a especulação dos preços no consumidor.

A CNA pronunciou-se ainda sobre a situação financeira da Casa do Douro, das Adegas e Lavradores daquela região, sublinhando o esforço que a AVIDOURO está a desenvolver para esclarecer e mobilizar os vitivinicultores durienses na defesa dos seus interesses "seriamente ameaçados pela acção concertada do Instituto do Vinho do Porto e das Casas Exportadoras e Multinacionais".

produção nos países de origem". A Confederação Nacional da Agricultura considera, por outro lado, que o Governo deve "estabelecer linhas financeiras de apoio à comercialização de leite e dos lacticínios nacionais nos hipermercados", e defende a retoma do "sistema de recolha organizada" como a "mais eficaz das medidas para obstar a este verdadeiro assalto à quota nacional de leite, à produção e ao mercado nacionais".

Vitivinicultura ameaçada

A situação no sector vinícola não é mais animadora. Para a CNA, a proposta de reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) Vitivinícola recentemente aprovada pela Comissão Europeia - e defendida pelo

Alemanha Polícia política implicada em atentados

A polícia política alemã (Verfassungsschutz) está directamente implicada no assassinato de cinco mulheres e crianças turcas, queimadas vivas em Maio de 1993 na cidade de Solingen, vítimas de um atentado terrorista perpetrado por neonazis. Os três autores do atentado foram treinados e formados ideologicamente numa escola de luta "HAK PAO GYM" na cidade de Solingen dirigida por um membro da polícia política alemã, Bernd Schmitt, com as funções de informador, o qual, apesar de não autorizado pelo Ministério do Interior a prestar declarações sobre as suas funções naquele organismo estatal, foi convocado pelo tribunal de Dusseldorf a depor no processo em que os três autores do atentado estão a ser julgados.

O envolvimento da polícia política alemã neste crime não constitui novidade para ninguém, na medida em que este organismo policial alemão tão agressivo na perseguição a ecologistas e pacifistas ao longo da existência da RFA se tem mostrado incapaz de contrariar a corrente de crimes e atentados neonazis que nos últimos anos se tem intensificado na Alemanha. Considerada pelos círculos políticos democráticos alemães frequentemente como cega do olho direito, a polícia política alemã confirma, assim, num caso de extrema gravidade, que o neonazismo não é o resultado de acções isoladas de alguns jovens alcoolizados e desorganizados e por isso difícil de combater, como recentemente o seu ex-director Hellenbroich em recentes declarações à TV alemã quis fazer crer, mas pelo contrário a dificuldade resulta do apoio que os instigadores da perseguição e assassinio de estrangeiros disfrutam no próprio aparelho de Estado alemão.

Particularmente os países de origem de emigrantes na Alemanha deveriam no Parlamento Europeu e noutras instituições nacionais e internacionais de direitos humanos pedir a dissolução da polícia política alemã, devido ao perigo real que aquela instituição representa para os cidadãos estrangeiros que vivem naquele país, agravada ainda pelo facto de a Alemanha deter uma posição hegemónica na União Europeia.

Os partidos confessionais, democratas-cristãos CDU/CSU, e o seu chanceler Helmut Kohl, têm sido os grandes instigadores do renascimento nacionalista que nos últimos anos se tem vindo a verificar na Alemanha. O primeiro sinal significativo nesta direcção partiu do próprio Kohl, que em 1985, acompanhado de Ronald Reagan e de antigos generais nazis, prestou homenagem em Bitburg aos mortos das tropas de elite de Hitler, "SS". Pouco tempo depois, o amigo pessoal do chanceler alemão, Henning, presidente do Bunderstag, era obrigado a demitir-se devido a um discurso no parlamento alemão afrontoso para as vítimas do nazismo. Seguiram-se a criminalização e responsabilização dos estrangeiros pelas consequências da crise económica e pela política anti-social do governo de Kohl. Os candidatos democratas-cristãos, nos seus discursos eleitorais, apresentaram os estrangeiros como os culpados do desemprego elevado, da falta de alojamento, do aumento da criminalidade. Wolfgang Schaubler, chefe da fracção democrata-cristã no Bunderstag, vai mesmo ao ponto de pedir a intervenção dos militares na salvaguarda da segurança interna e na defesa das fronteiras contra a emigração clandestina.

Rui Paz



Octávio Pato em Setúbal

"Nada nem ninguém pode escamotear as responsabilidades do PS na actual política governativa do PSD" - afirmou Octávio Pato, no almoço-convívio da CDU realizado no domingo, dia 3, no Faralhão, concelho de Setúbal. "Foi o PS - acrescentou - com a sua política de alianças à direita, que abriu o caminho ao PSD, para além de ter iniciado, por exemplo, a política de privatizações que se tem revelado um autêntico escândalo nacional, dando cobertura a muitos casos de corrupção."

Nesta visita ao concelho de Setúbal, Octávio Pato, membro do Secretariado do CC do PCP, deslocou-se às instalações da Metalimex, a empresa que continua a 'guardar' cerca de 20 mil toneladas de escórias de alumínio oriundas da Suíça. Na ocasião, a presidente da Junta de Freguesia do Sado, Carmelinda Elias, informou que a população está preocupada com a qualidade da água que a abastece, uma vez, "o nível fríático está a menos de 100 metros da escória, e basta ver o estado das árvores que as circundam, totalmente moribundas, para reconhecer o perigo". O problema foi exposto, no início da semana, à ministra do Ambiente.

Bandas militares comemoram Abril

As Bandas militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Força Aérea e Armada) assinalaram o 20º aniversário do 25 de Abril com um concerto no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, no passado dia 31 de Maio. Promovida pela Associação 25 de Abril, a iniciativa contou com o apoio do Ministério da Defesa Nacional, do Estado-Maior-General das Forças Armadas, dos Estados-Maiores da Armada, Exército e da Força Aérea, de Lis-

boa 94 e, naturalmente, dos Maestros e músicos das Bandas intervenientes.

Depois de actuações em separado das três Bandas, o coronel Carlos Fabião e o tenente-coronel Vasco Lourenço subiram ao palco para cumprimentar os músicos e uma breve alocação sobre o 25 de Abril. O concerto terminou com as Bandas a tocarem em conjunto a 'Marcha do MFA', 'Grândola Vila Morena' e o Hino Nacional.



EUA

O número de assalariados americanos pagos abaixo do salário mínimo nacional aumentou em 50 por cento desde 1979. Este crescimento dos salários baixos criou de facto uma estrutura de salários a duas velocidades - conclui-se em relatório elaborado por uma comissão encarregada pelo presidente norte-americano de fazer um estudo sobre o mercado do trabalho. O salário mínimo federal é de 4,25 dólares por hora (cerca de 723 escudos), mas trata-se apenas de uma recomendação que os diferentes Estados não são obrigados a seguir.

Argélia

Cerca de 170 000 trabalhadores argelinos poderão ficar desempregados no quadro de um "programa de estabilidade económica" do governo argelino - informou o ministro do Trabalho, Mohamed Laichoubi. O ministro disse ainda que 80 000 assalariados - de mais de 50 anos no que respeita aos homens, e de mais de 40 no que se refere às mulheres - terão uma reforma antecipada. Estas medidas destinam-se a "limitar" o impacto da política de austeridade e liberalização da economia nas camadas mais pobres da população. O desemprego anunciado é a consequência directa do programa de ajustamento estrutural da economia argelina, no quadro de um acordo concluído em Abril com o Fundo Monetário Internacional (FMI). De lembrar aqui que uma das razões da implantação dos grupos fundamentalistas islâmicos, em particular entre a juventude, prende-se à degradação das condições de vida e ao crescimento do desemprego.

Turquia

O Exército turco matou 28 guerrilheiros curdos no Sudoeste da Turquia, anunciaram fontes oficiais. Prossegue assim o massacre dos guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que lutam pela independência. A repressão nesta região - onde vigora o estado de emergência - tende ainda a agravar-se.

Noruega

A seis meses do referendo sobre a integração do seu país na União Europeia, 58% dos noruegueses declaram-se contra e 42% a favor, segundo uma sondagem publicada em fins de Maio. No caso de uma vitória do "sim" na Suécia e na Finlândia, a

Iemen

Entre o cessar-fogo e a guerra

Algumas possibilidades de paz poderão abrir-se agora, com a aceitação, por parte do Iemen do Norte, do cessar-fogo ilimitado proposto na resolução adoptada na semana passada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um cessar-fogo já anteriormente proposto pelo Iemen do Sul. E então recusado. Uma pausa na evolução de um quadro de guerra, de que as perspectivas futuras ainda são bem incertas.

Já anteriormente as forças do Iemen do Sul haviam declarado aceitar a resolução da ONU, a qual prevê ainda o envio de uma missão de inquérito ao país. Posição que vem na sequência da iniciativa do Bureau Político do Partido Socialista Iemenita - ex-partido único do Iemen do Sul - de oferecer o cessar-fogo ao presidente Ali Abdallah, do Norte, de que a resposta foi uma recusa e a exigência de uma rendição.

Os combates de facto continuam. Os 500 mil habitantes de Aden, a capital do Sul, estão cercados. Não há água e os bens alimentares e a electricidade são racionados. A Cruz Vermelha Internacional alerta para a situação de milhares de feridos, a Norte e a Sul, que precisam de cuidados médicos urgentes.

É possível, entretanto, que alguns passos para a paz se tornem viáveis, num momento em que o Norte de alguma forma está a aparecer isolado no plano regional.

Cinco monarquias árabes reconheceram implicitamente a República Democrática do Iemen (Sul), proclamada no dia 21 de Maio. Em comunicado, o Conselho de Cooperação do Golfo, reunido em Abha, na Arábia Saudita, refere-se ao "facto consumado representado pela proclamação de uma das partes da República Democrática do Iemen e do regresso à situação anterior" de 1990.

Assinaram o texto a Arábia

Saudita, Kuwait, Emiratos Árabes, Bahrein e Oman. O Qatar manifestou reservas ao texto, afirmando que "esta posição conduzirá a uma escalada na crise do Iemen e não servirá a estabilidade" do país.

Note-se que esta posição de apoio ao Iemen do Sul, por parte da Arábia Saudita, nada tem a ver com o reconhecimento das razões que levaram o Sul a reagir. Nomeadamente a série de assassinatos (cerca de 160) de dirigentes do Partido Socialista Iemenita por forças ligadas ao poder no Norte.

A Arábia Saudita tem um velho problema fronteiriço com o Iemen, pois ocupa uma porção do seu território, particularmente rica em petróleo. Acresce a recente descoberta de

novos lençóis de petróleo a Sul. O jogo de poderes e de interesses económicos não é difícil de discernir.

A história de uma unificação que não chegou a sê-lo, parece estar assim a chegar ao fim. Ao longo de quatro anos, o confronto entre o presidente Ali Abdallah Saleh, chefe de Estado e do Partido do Congresso (Iemen do Norte), e o vice-presidente Ali Salem Beid (do PSI) - reflexo de uma crise nunca ultrapassada - foi-se sempre agravando. O acordo assinado em Aman, destinado

a ultrapassar os múltiplos problemas pendentes, nunca foi aplicado. As clivagens que a guerra entretanto aprofundou, não são bom terreno para o reatar de um processo de unificação.

De momento, o futuro é muito incerto. A ameaça de uma ainda maior divisão do país é uma possibilidade. Com que consequências para as populações do Iemen? Uma única certeza - da divisão do país entre múltiplos poderes, os beneficiários seriam os grandes senhores do petróleo.

Ruanda

Dezenas de milhares de refugiados

A guerra prossegue no Ruanda, apesar das negociações de cessar-fogo, promovidas sob a égide da ONU.

Uma ofensiva das forças governamentais contra posições da Frente Patriótica do Ruanda na estrada principal, que liga Kigali, a capital, à fronteira do Burundi, poderá agravar a situação dos refugiados, muitos dos quais tentam chegar ao Burundi.

Ignora-se ainda a amplitude dos massacres, mas tudo indica que as tropas governamentais em fuga da capital continuam a massacrar as populações, apesar do acordo para autorização de evacuação dos civis. No princípio deste mês, a ONU decidiu fazer um inquérito, com base em notícias que indicam que 500 pessoas de um campo de refugiados em Kabgayi, a sul de Kigali, teriam sido massacradas pelas tropas ruandesas. A existência deste campo foi confirmada pela Cruz Vermelha Internacional, que calcula em 20 000 o número de tutsis refugiados. A guerra no Ruanda, e a fuga em

massa das populações, pode vir a causar igualmente graves problemas no Burundi.

"Uma simples faúlha pode desencadear uma guerra que irá

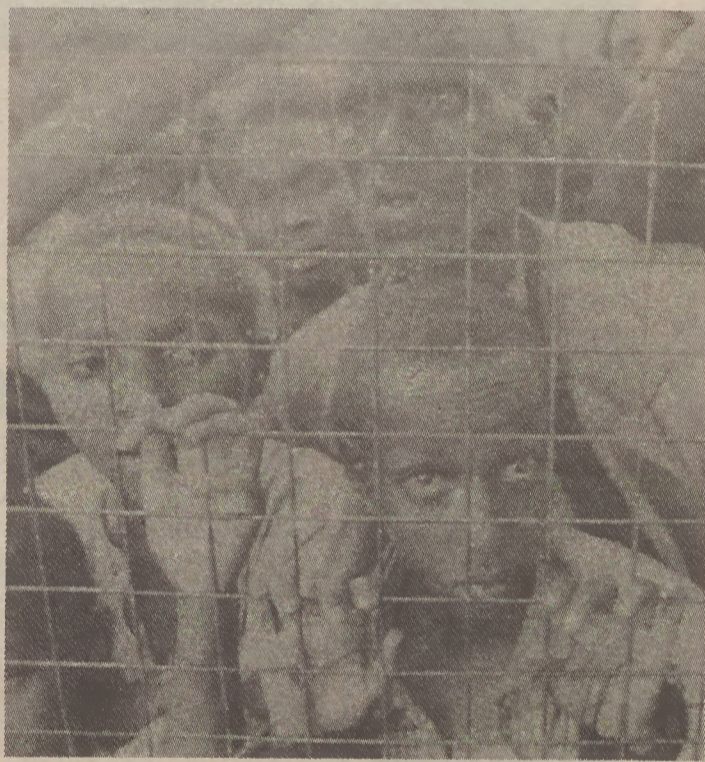
abrasar toda a região", alerta a organização de solidariedade Oxfam.

"O tecido político e social do Burundi é tão frágil que um

grande afluxo de refugiados pode mergulhar o país numa espiral de violência comparável à tragédia que se vive no vizinho do Norte", afirma-se em comunicado da Oxfam.

A infra-estrutura das Nações Unidas na zona é manifestamente insuficiente para o acolhimento das pessoas que fogem da guerra.

Factos que tornam urgente a instauração de uma paz que só poderá ser sólida no respeito pelos princípios democráticos - que naturalmente a ditadura nunca respeitou - e se inscrevem hoje no programa da Frente Patriótica - "um poder democrático" que "permita à população a livre participação na gestão dos negócios públicos e lhe dê a possibilidade de participar nos destinos do país". No respeito "das liberdades individuais e dos direitos do homem".



Refugiados do Ruanda num campo perto de Kabgayi tentando escapar aos massacres

Grécia

Atentado terrorista em Salónica

O nacionalismo e o chauvinismo estão a assumir - ou a reassumir - formas particularmente violentas em diferentes pontos da Europa.

O alerta vem agora da Grécia, onde na passada sexta-feira, dia 3, se registou um atentado terrorista contra candidatos do Partido Comunista da Grécia (PCG) às eleições para o Parlamento Europeu.

No fim de um grande comício eleitoral do PCG em Salónica, a segunda cidade da Grécia, um homem aproxima-se dos candidatos presentes e esfaqueia Efremidis, cabeça de lista do PCG, e que em consequência esteve três dias hospitalizado; Peonas, número dois na lista dos comunistas gregos, membro do Bureau Político e Secretário-geral da CGT, que ainda se encontra hospitalizado; e Spiridakis, do CC, conhecido anti-fascista de Salónica.

Não é a primeira vez que a esquerda é vítima de acções terroristas em Salónica. Já em 1963, um atentado vitimou um deputado pacifista.

Esta tentativa de assassinato é denunciada pelos comunistas gregos como "resultado do clima de nacionalismo, de chauvinismo e de anticomunismo que de há muito vem a ser cultivado". E é de notar que o PCG é praticamente a única força política que se opõe às campanhas chauvinistas em torno da Macedónia.

Neste momento, regista-se, naturalmente, uma condenação geral do acto terrorista, mas simultaneamente assiste-se à sua desvalorização. O autor do atentado é apresentado como um louco, que teria agido por conta própria.

O PCG denuncia tratar-se de um acto terrorista organizado, de que os objectivos mais gerais são: "aterrorizar os trabalhadores, criar um clima de instabilidade e alarmismo". E exige que as autoridades investiguem imediatamente sobre "os objectivos, intenções e objectivos mais gerais deste acto criminoso".

Telegrama

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Grécia, o telegrama que aqui transcrevemos.

Queridos camaradas,

Perante o criminoso atentado de Salónica, queremos expressar-vos a nossa fraternal solidariedade e formular votos pelo rápido restabelecimento dos camaradas atingidos. Condenamos firmemente e exigimos o pronto castigo deste atentado dirigido contra o PCG, a força política que mais consequentemente defende os interesses dos trabalhadores e do povo da Grécia, combate o chauvinismo e o fascismo e corajosamente luta pela cooperação e a paz nos Balcãs.

Confirmando a solidariedade dos comunistas portugueses, desejamo-vos, queridos camaradas, os melhores sucessos à vossa luta.

África do Sul

Lançado oficialmente Programa de desenvolvimento do ANC

Pouco mais de um mês volvido sobre a grande vitória eleitoral do ANC na África do Sul, os esforços do movimento anti-apartheid vão no sentido de garantir um quadro político adequado à concretização de um programa eleitoral que visa a superação das situações de miséria e as desigualdades mais gritantes.

Na abertura da primeira sessão do novo Parlamento, em 24 de Maio, o presidente Nelson Mandela defendeu uma vez mais uma sociedade baseada nas liberdades individuais e políticas e no respeito pelos direitos do homem para todos os sul-africanos. Anunciou múltiplas medidas a ser tomadas nos próximos "cem dias" a favor dos deserdados e lançou oficialmente o Programa de reconstrução e desenvolvimento.

As sessões de trabalho do novo Parlamento assim como das diversas comissões passa-

ram a ser abertas - um facto simples mas sintomático das novas formas de que se reveste o "fazer política" na África do Sul.

Nelson Mandela anunciou que o seu governo de unidade nacional tinha chegado a um consenso, tanto no que respeita "ao vasto objectivo de uma nova sociedade centrada nas liberdades" como em relação ao "Programa de reconstrução e desenvolvimento (PRD)", inspirado pelo Congresso Nacional Africano, e o seu financiamento.

As primeiras somas para o

financiamento deste programa serão obtidas através de cortes nas despesas de funcionamento do Estado e transferências entre departamentos ministeriais.

Mandela disse que o actual governo iria tomar algumas medidas em favor das pessoas mais carenciadas, "nos cem próximos dias": gratuidade de tratamento em todos os hospitais e clínicas para crianças com menos de seis anos e mulheres grávidas, fornecimento de refeições gratuitas às crianças desfavorecidas nas escolas primárias, electrificação de trezentas e cinquenta mil habitações.

Mandela informou que se iniciaram consultas com o sector privado, os sindicatos e as diferentes comunidades para "reconstruir as townships", "reorganizar os serviços públicos na cidade e nos campos" e dar resposta às expectativas dos jovens e dos desempregados, criando postos de trabalho e centros de formação. "Devemos fazer particulares esforços no sector da educação" e cumprir as nossas promessas estabelecendo "um ensino livre, gratuito e obrigatório, pelos menos durante nove anos", afirmou.

Mandela lembrou entretanto ser primordial - para garantir o crescimento e os objectivos socioeconómicos do governo -

"promover e manter a estabilidade financeira do país". E referiu a necessidade de criar "um clima propício ao investimento interno e externo", assinalando ainda o início, para breve, de negociações comerciais com a União Europeia, os Estados Unidos e parceiros da África do Sul em diversas organizações regionais.

O presidente sul-africano lançou ainda um apelo à luta contra as sequelas do racismo, garantindo que, segundo o espírito e a letra da Constituição, não haverá represálias, mas, por outro lado, as vítimas do apartheid deverão ver os seus sofrimentos reconhecidos - de forma que todos assumam e tenham em conta os erros, as feridas, os medos e as esperanças.

Neste momento, a situação no país é desastrosa. As suas riquezas foram pilhadas. Para além do desemprego, há o trabalho precário e mal pago. Quase 20 milhões de pessoas - das quais 95% são negros - vivem abaixo do limiar de pobreza.

Nos últimos anos, registou-se uma importante fuga de capitais. As multinacionais criaram sucursais no estrangei-

ro, o Estado procedeu a privatizações que na prática limitam hoje a capacidade do governo democrático no plano económico.

Mas em todo este processo - antes como agora - o ANC não está sozinho. E esse é um elemento fundamental. Mais ainda, talvez, em tempos de difícil - reconstrução.

"A nossa credibilidade vem também da aliança que formámos com o Partido Comunista, a Confederação sindical Cosatu e o movimento cívico - sublinha Eleanor Khanyile, presidente da Liga das Mulheres do ANC. - Não estivemos divididos na luta nem quando da fase de negociações que abriu caminho às eleições. Estamos igualmente unidos quanto ao programa de reconstrução e desenvolvimento nacional. A dificuldade maior que iremos sem dúvida defrontar, é o tempo. Vai ser necessário sermos muito rápidos, para conseguirmos, quanto mais não seja, responder às necessidades fundamentais.



Mandela, "A escolha do povo". Os primeiros passos na concretização de uma política que promove a justiça social

O poder dos fabricantes de armas

O fim do embargo militar contra a África do Sul, decidido pelo Conselho de Segurança da ONU, face à nova realidade política no país, foi entretanto saudado pela empresa estatal de armamento AMRSCOR, como um encorajamento à exportação de armas.

Construído ao longo de anos pelo regime de apartheid, o poderoso complexo militar-industrial sul-africano tornou-se num autêntico Estado dentro do Estado. Ainda há cerca de três anos, a AMRSCOR empregava mais de 150 000 pessoas, número que tinha descido para os 75 000 no início deste ano.

Tielman de Waal, o grande patrão desta empresa, anunciou estes dias, que apesar da forte redução do orçamento militar, decidida pelas novas autoridades, é sua intenção duplicar, ao longo deste ano, as exportações de armas. E apresenta o seu projecto como uma boa forma de contribuir para a redução do desemprego, afirmando que, com ele, se prevê a criação de 20 000 novos postos de trabalho. Promessas que não podem deixar de pesar num país com milhões de desempregados, e em que a luta contra o desemprego surge como uma prioridade.

Uma decisão que vem ao arrempeio da política do governo de Nelson Mandela. Numa intervenção proferida no Conselho de Segurança, o primeiro vice-presidente sul-africano, Thabo Mbeki, declarou que a África do Sul estava a iniciar "o processo de conversão da sua tecnologia militar para fins civis", agradecendo "a ajuda da comunidade internacional nesse domínio". Mbeki sublinhou ainda que Pretória desejava que a África fosse declarada continente desnuclearizado.

Uma opção que manifestamente a AMRSCOR não pretende seguir. "Um dos aspectos mais entusiasmantes do levantamento do embargo é a perspectiva de aumentar consideravelmente as exportações de equipamentos defensivos", declarou Tielman de Waal. A AMRSCOR irá comercializar as suas armas "principalmente no Extremo Oriente e no Médio Oriente, mas a África do Sul terá igualmente a possibilidade de penetrar no mercado europeu", acrescentou ainda.

Nestes mesmos dias, James Gustave Speth, um dos responsáveis pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relembrou que os lucros com o comércio mundial de armas se elevam anualmente aos 125 mil milhões de dólares, o que corresponde a mais do dobro das verbas destinadas à ajuda ao desenvolvimento.

Factos e números significativos que uma vez mais alertam também para os riscos do imenso e incontrolado poder dos grandes monopólios, a nível nacional e internacional.

Palestina Em vésperas do regresso de Arafat

Em véspera do regresso do dirigente da OLP, Yasser Arafat, aos territórios autónomos palestinianos de Gaza e Jericó, mantém-se um difícil equilíbrio em que ombreamos as novas possibilidades abertas para a paz e a construção de uma pátria palestiniana, e problemas que se arrastam ou mesmo o reacender de focos de tensão.

Para os palestinianos, uma questão crucial é a atribuição de facto dos fundos prometidos pela União Europeia, os EUA, a Arábia Saudita e o Japão - uma ajuda que tarda em chegar, e que no entanto é essencial para ultrapassar situações de profunda miséria - que marcam particularmente Gaza -, e lançar as bases de uma economia nacional, inexistente.

Jericó, pequena cidade da Cisjordânia onde vai funcionar o governo provisório, prepara-se para receber as principais instituições da autonomia palestiniana. E em Gaza, que viveu seis anos e meio sob recolher obrigatório, as populações rea-

prendem o gosto de viver em paz. Persistem entretanto problemas fulcrais cuja solução não será fácil - como é o caso do futuro estatuto de Jerusalém. Nestes dias, o chefe da diplomacia israelita, Shimon Peres, reconheceu ter enviado uma carta a Yasser Arafat, em que se compromete a manter as instituições palestinianas vigentes em Jerusalém antes de Agosto de 1993, data do Acordo de Oslo. Na missiva reafirma-se que "Jerusalém será um dos temas da negociação acerca do estatuto definitivo" que deverá ter o seu início no começo do terceiro ano da autonomia.

Os bombardeamentos, pelo Exército israelita, dos campos do movimento palestiniano Hezbollah no Sul do Líbano - o mais sangrento *raid* aéreo contra este país, e que levou à morte de 45 pessoas - relembra que Israel ainda não renunciou a uma prática política baseada em posições de força e no uso da força militar.

parcelagem de noruegueses favoráveis à integração passaria a ser de 51%.

Marrocos

A Amnistia Internacional pediu ao governo marroquino que cesse com "a prática das prisões políticas". A organização calcula que "mais de 130 presos de opinião e centenas de presos políticos, condenados em processos que não passam de paródias de justiça, continuam presos no Marrocos".

Dia D

As comemorações do Dia D passaram por cima dos mais elementares factos históricos. Como o tratar-se de uma acção militar que vem na sequência das vitórias do Exército soviético contra os nazis. Uma operação militar anti-nazi, em aliança com esse mesmo exército soviético - e que aliás só veio a concretizar-se num estádio avançado dessa luta contra os nazis e pela liberdade que Clinton refere. Ou tão-só não ser possível ignorar, nesta data, as dezenas de milhões de mortos, também soviéticos. Só assim se podem compreender as declarações do presidente norte-americano Clinton, que na homenagem prestada, no cemitério americano de Cambridge, aos milhares de pilotos norte-americanos que tombaram na guerra, disse: "Depois do Dia D, a Liberdade precisou de um ano para chegar ao Elba. E de 44 anos para chegar a Varsóvia, Praga e Berlim-Leste. Agora já chegou a Kiev, Moscovo e mesmo mais além. A missão da nossa época é consolidar e alargar o seu domínio".

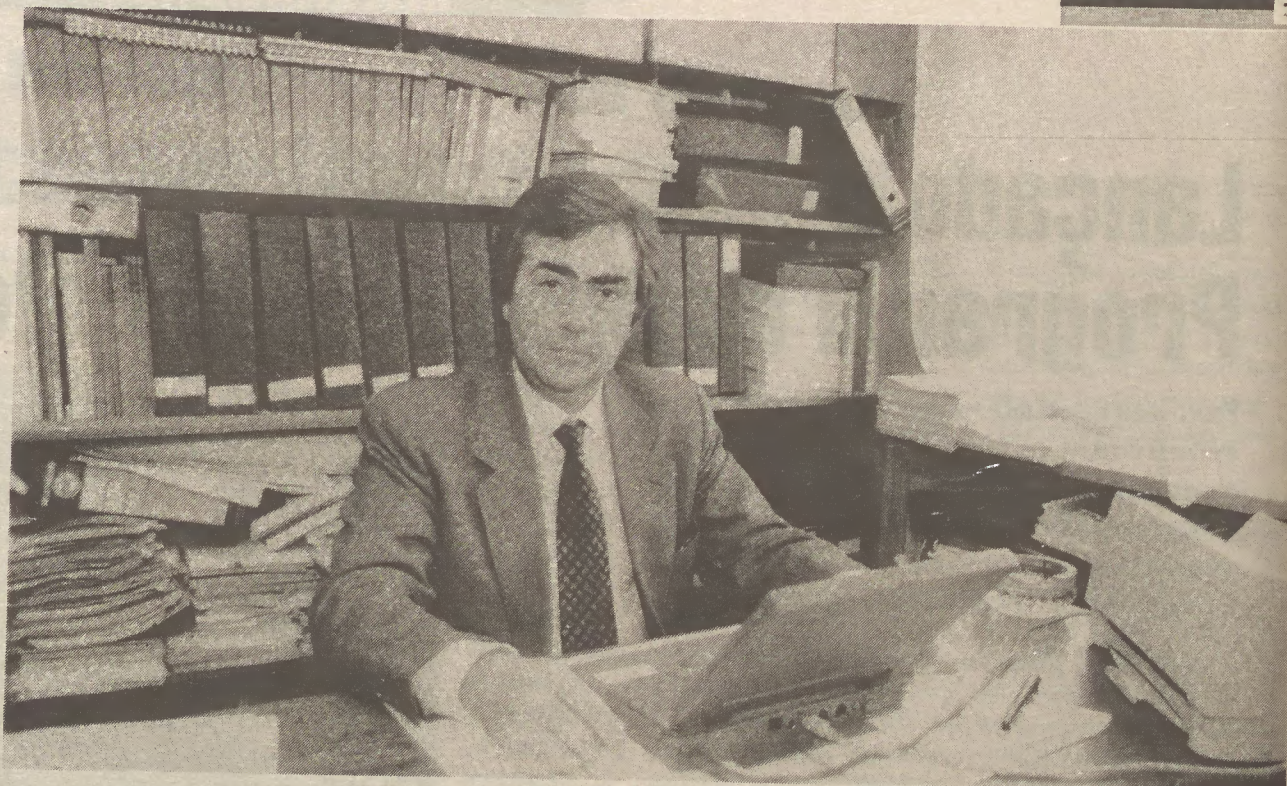
Itália

"Viva a escola pública e laica. A escola não é uma mercadoria" - esta uma das palavras de ordem na manifestação que estes dias reuniu em Roma mais de 150 000 estudantes, professores e pais. Na manifestação participaram todos os partidos de esquerda, unidos nas últimas eleições - a Refundação Comunista, o PDS, os Verdes, entre outros.

Hungria

Gyula Horn, dirigente do Partido Socialista húngaro (MSZP), foi encarregado pelo Presidente da República, Arpad Goncz, de formar o novo governo. Os socialistas obtiveram a maioria absoluta na nova Assembleia (209 em 386 lugares). A Hungria vive neste momento uma situação socioeconómica muito difícil, com um desemprego que atinge um milhão de pessoas.

Joaquim Miranda é um veterano do Parlamento Europeu. Conhece os labirínticos caminhos comunitários onde tantos interesses se cruzam e oportunidades se disputam, domina os mais diversificados *dossiers*, sabe com quantas ínvias estratégias se traçam os caminhos da União Europeia do grande capital. Razões de sobra para prosseguir na luta por uma outra Comunidade, onde as questões sociais sejam uma efectiva prioridade e os interesses nacionais defendidos de facto e de forma consequente. Um objectivo viável, garante, que passa pela ampla participação nas eleições do domingo, pela condenação nas urnas dos responsáveis pela crise em que o País se afunda e pelo reforço dos comunistas no Parlamento Europeu.



É preciso votar para mudar de rumo

O conjunto de questões em jogo devem levar-nos a fazer um esforço para que no dia 12 haja uma grande participação no acto eleitoral.

Entrevista com Joaquim Miranda

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) fez uma proposta para o desbloqueamento de verbas para uma campanha de combate à abstenção nas próximas eleições. Ao contrário dos representantes dos outros partidos, o PSD votou contra, com o argumento de que "as circunstâncias não justificavam tais gastos". Quer isto dizer que estas eleições não valem o investimento?

Nós consideramos que estas eleições são bastante importantes. Em primeiro lugar, porque podemos fazer inflectir orientações da Comunidade, quer as de carácter mais global, nomeadamente as que estão contempladas no Tratado de Maastricht, quer as que têm a ver com a revisão do Tratado em 1996, ou ainda as de natureza mais sectorial que nos afectam de forma significativa (reforma da PAC, têxteis, etc.), que precisam de ser alteradas com vista à salvaguarda da soberania nacional e do nosso tecido produtivo, para que se possa sair da dependência que hoje se verifica e tende a acentuar-se. Em segundo lugar, porque estas eleições podem constituir um contributo importante para uma alteração das orientações internas: tanto as orientações que o Governo adopta no âmbito comunitário, não salvaguardando os interesses, alguns mesmo vitais, do nosso país e cedendo em toda a linha às orientações comunitárias, como ainda, num plano estritamente interno, para se começar a desenhar uma alternativa a este Governo e a estas políticas.

Por todas estas razões, as eleições de domingo merecem da parte dos cidadãos uma grande atenção, traduzida na participação activa no voto. Sabemos que a data não é a melhor - e estamos preocupados com essa situação -, mas o conjunto de questões em jogo devem levar-nos a fazer um esforço para que no dia 12 haja uma grande participação no acto eleitoral.

Podemos então concluir que o PSD não está preocupado com a abstenção, porque crê que ela não o afectará muito, ou que prefere prosseguir a sua política de desinformação em relação às questões comunitárias?

Os dois aspectos. Por um lado, o PSD pretende desvalorizar estas eleições, porque sabe que há um profundo descontentamento tanto em relação à sua política interna como às orientações que adopta no campo comunitário. Por outro lado, não lhe interessa de facto que sobre estas matérias haja um profundo debate; já o evitou em convergência com o PS, aquando da rectificação do Tratado de Maastricht, e hoje continua interessado em que toda esta problemática fique exclusivamente no campo governamental. O Governo trata estas questões como se de quinta sua se tratasse, não lhe interessando que venham ao de cima as suas responsabilidades em situações resultantes de políticas que ele próprio

rectificou. O Governo não está, como nunca esteve, interessado no debate, quer continuar a governamentalizar estas matérias e, simultaneamente, pretende desvalorizar as eleições para poder desvalorizar os resultados, caso estes lhe sejam desfavoráveis, como tudo indica que venham a ser.

Por falar em problemas, a Comunidade acabou de rever, em baixa, o crescimento económico previsto para Portugal. As previsões são hoje de menos 1,25 por cento, contra 1,4 por cento previstos no Outono, o que afasta ainda mais Portugal do resto dos parceiros europeus. Afinal, estamos na Comunidade para quê ou numa Comunidade para quem?

A primeira questão a levantar relativamente a esse aspecto é a contradição que existe entre as expectativas criadas e a realidade que hoje temos. Prometeu-se o paraíso e afinal temos uma situação, ao nível económico e social, extremamente degradada; é difícil encontrar um sector de actividade sem problemas e com perspectivas, seja na agricultura, na indústria, nas pescas...

Não nos aproximamos dos outros Estados-membros, a coesão económica e social é qualquer coisa que vai ficando no papel, a situação socioeconómica é cada vez mais preocupante, nomeadamente com o crescimento brutal do desemprego, que atinge já cerca de 400 000 trabalhadores.

Esta situação decorre de determinado tipo de políticas resultantes do Tratado de Maastricht, como a convergência nominal, isto é, a tentativa de diminuir o défice orçamental, a dívida pública, com vista à criação da moeda única, o que leva a constrangimentos particularmente acentuados em países com economias mais débeis como é o nosso caso, mas decorre também de políticas como as

■ Texto Anabela Fino — Fotos Sérgio Morais

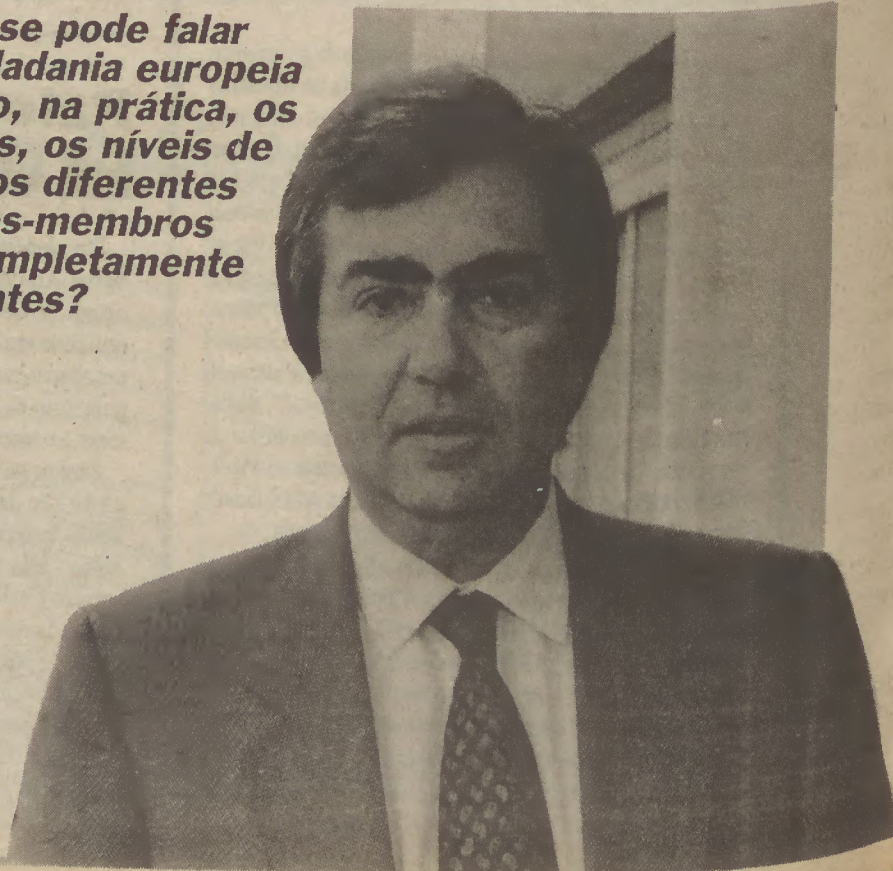
seguidas para a agricultura ou para as pescas, por exemplo, em que nos dizem 'tomem lá', mas para não produzir. Ou seja, transferem-se recursos comunitários para Portugal não para incentivar a produção, para a modernizar, mas, ao contrário, para a liquidar.

Para além disso, importa referir as orientações que temos ao nível monetário e as responsabilidades profundas do PSD nesta matéria. O país continua sem uma estratégia de desenvolvimento, sem um rumo, sem saber qual deve ser o nosso papel no contexto do processo de integração, nomeadamente do ponto de vista económico. Nós, comunistas, entendemos que Portugal não pode ser um mero fornecedor de mão-de-obra barata, como não deve deixar acentuar as características periféricas e de dependência que já hoje marcam a economia nacional.

Como inverter essa situação?

Nomeadamente com uma melhor aplicação dos fundos e com uma definição clara de uma estratégia de desenvolvimento. Criaram-se ilu-

Como se pode falar em cidadania europeia quando, na prática, os direitos, os níveis de vida nos diferentes Estados-membros são completamente diferentes?



sões relativamente aos fundos mobilizados da Comunidade para Portugal; nós não negamos nem minimizamos a importância destes fundos, mas sempre chamámos a atenção para que eles eram insuficientes para colmatar os nossos atrasos e para precaver das dificuldades acrescidas decorrentes de políticas como as que já referi. Pensamos que estes fundos deveriam ser bem aplicados mas, ao mesmo tempo, dizemos que era necessário mais do que fundos; era necessário que a Comunidade reconhecesse os nossos atrasos, as nossas debilidades, as nossas especificidades e actuasse em conformidade com essas características, isto é, dotando Portugal com orientações específicas, não lhe aplicando determinado tipo de regras...

Por exemplo, como no caso do vinho?

Exactamente, o caso do vinho é perfeitamente escandaloso. Como a dizendo, era preciso ainda que nos dotasse de mais meios. Isso não está a acontecer e a situação é esta em que nos encontramos. Por responsabilidade da Comunidade, como disse, mas também por responsabilidade do PSD e do Governo porque aceitam essas medidas. A Comunidade não é algo de abstracto, as decisões são tomadas, em última instância, pelo Conselho, e o Governo está lá representado e poderia tomar atitudes firmes contrariando este tipo de decisões.

O que temos verificado, no entanto, é que o próprio Governo se antecipa a adoptar determinado tipo de directivas. Os exemplos abundam: abandonou o princípio da especificidade da agricultura portuguesa, abriu as fronteiras, abandonou o período de transição antes do termo, fez aderir o país ao Sistema Monetário Europeu muito antes do que seria obrigado a fazê-lo, etc., etc.

Neste campanha, ouviu-se com frequência a acusação de que o PCP e o CDS-PP convergiram estranhamente em posições antifederalistas e nacionalistas. Como comentas tais afirmações?

Quando se faz esse tipo de afirmações quer-se esconder uma outra realidade, essa sim flagrante e preocupante, que é a da profunda convergência do PS com o PSD relativamente a questões essenciais. Ambos aprovaram Maastricht, ambos impediram que Maastricht fosse referendado em Portugal, ambos aprovaram no PE a reforma da PAC (muito embora o PS, internamente, se viesse a demarcar dessa reforma face aos seus previsíveis resultados), ambos aplaudiram as negociações do GATT no PE... Essas sim, são as grandes convergências, que de resto contrariam o facto de o PS se afirmar como a grande alternativa, quando na verdade, nas questões essenciais que determinam e estão a determinar o nosso futuro, há uma total convergência entre o PS e o PSD.

Relativamente à dita convergência entre o PCP e o CDS-PP, se essa questão se colocasse - o que não é bem assim -, o que se poderia concluir é que é o CDS-PP a andar a reboque do PCP e não o contrário.

O que não deixaria de ser estranho, de qualquer maneira...

Sim, mas há explicação para isso. Desde sempre nós tomámos posições muito claras em relação à soberania, à independência nacional; realizámos iniciativas sobre esta temática, temos documentação publicada há muito tempo sobre o assunto... Não temos nada a aprender com o CDS sobre esta matéria.

O que se verifica é que hoje se assiste à concretização de um fenómeno que nós previmos e para o qual alertámos: sempre dissemos que com este tipo de orientações, quer internas quer ao nível comunitário, os trabalhadores seriam obviamente os primeiros a pagar os efeitos da situação, mas não seriam os únicos. As implicações ao nível do nosso tecido produtivo, das nossas empresas, iriam ser graves. Hoje verificamos isso. Sendo certo que são os trabalhadores que mais pagam, nomeadamente com o desemprego; sendo certo que são os pequenos e médios agricultores os que mais estão a sofrer neste momento, não podemos esquecer que há outras camadas a ser afectadas. O CDS-PP, tendo isso presente e estando a travar uma luta de vida ou de morte pela própria sobrevivência, está naturalmente a agarrar-se à denúncia destas situações. Está no entanto a fazê-lo como algo de novo e com algum oportunismo, porque a orientação federalista presente no Tratado de Maastricht não surgiu agora, antes é fruto de um processo que se vem desenvolvendo de há muito através de uma política de pequenos passos.

O CDS andou distraído até agora? Não há de facto identificação entre o PCP e o CDS. Isso é ainda mais evidente quando se aprofundam as posições. Por exemplo, quanto à Política Externa e Segurança Comum, onde há claramente a intenção de manter uma política de bloco, de subalternização em relação aos EUA (porque se pretende que a Comunidade reforce o pilar europeu da NATO, associando a União da Europa Ocidental à própria União Europeia), o CDS não se demarca, deixa de ter preocupações federais, apesar de se tratar de matérias determinantes para a soberania nacional.

O mesmo se passa noutros aspectos. A política comunitária caracteriza-se pela subalternidade com que encara as questões sociais; neste domínio, o CDS não tem qualquer tipo de problema, não se interessa, nem sequer fala do assunto, porque há uma coincidência entre a política neoliberal da Comunidade e as propostas do CDS nesta matéria.

Importa ainda ter presente que a maioria dos governos que dão corpo às orientações comunitárias são governos de direita, da 'família' do próprio CDS. Tudo isto põe em evidência o oportunismo deste partido.

Quando se fala de federalismo, uma questão surge de forma quase inevitável - a cidadania europeia. Trata-se de uma espécie de 'censura' ou, pelo contrário, de um nobre objectivo?

A falta de respeito pelos direitos dos cidadãos revela-se, antes mesmo de Maastricht, com o atraso da livre circulação de pessoas rela-

tivamente aos avanços no campo da livre circulação de capitais, mercadorias e serviços. Toda a prioridade foi dada para estas três livres circulações, enquanto ainda hoje se mantêm os atrasos no respeitante às pessoas.

Não se pode falar em cidadania europeia. É um conceito controverso, desde logo porque tem presente a ideia federal, mas também despido de significado face à realidade em que vivemos. Como é que se pode falar de cidadania europeia quando, por exemplo, o governo francês - já depois de Maastricht, onde o conceito aparece - adopta legislação ainda mais recuada do que a existente anteriormente ao Tratado, em particular em caso de desemprego ou doença, relativamente à permanência de cidadãos de outros países comunitários em França?

Este exemplo revela a profunda hipocrisia existente quanto ao tal conceito de cidadania europeia.

É um federalismo no que interessa ao capital...

Obviamente. Nós não negamos que, num ou noutro aspecto, não tenha havido algum avanço positivo. É o caso da votação dos emigrantes para as eleições autárquicas, por exemplo. Mas globalmente não é isso que se verifica, antes assistimos a recuos significativos. Veja-se o desemprego, que afecta vinte milhões de pessoas no espaço comunitário; os fenómenos de xenofobia e racismo que já atingem emigrantes de países da Comunidade, para além dos emigrantes dos chamados 'países terceiros'...

Por outro lado, como se pode falar em cidadania europeia quando na prática os direitos, os níveis de vida nos diferentes Estados-membros, são completamente diferentes? Um português não tem, nem de perto nem de longe, as mesmas condições de um francês, um alemão ou um belga...

Mas esse é o engodo...

É o engodo, de facto, só que a realidade é bem diferente. Cada vez há um afastamento maior entre os níveis de vida que se verificam nos países periféricos, como Portugal, e os de países mais avançados como a Bélgica, a Holanda, etc. E não há uma tendência para que a situação se inverta, o que de resto é contraditório com a subalternização dada ao princípio da convergência real, da coesão económica e social, hoje preterido pela convergência nominal.

O que seria correcto era que a Comunidade avançasse no sentido de uma maior convergência quanto aos níveis de desenvolvimento e de vida das populações. Esta devia ser a sua primeira prioridade, a convergência real. Não é isso que está a acontecer. Há uma prioridade, de facto, mas ditada por princípios neoliberais, monetaristas, que contrariam e põem em causa a convergência real.

Neste contexto, e independentemente do que vier a ser o futuro da Comunidade, a questão cultural assume um carácter particularmente importante...

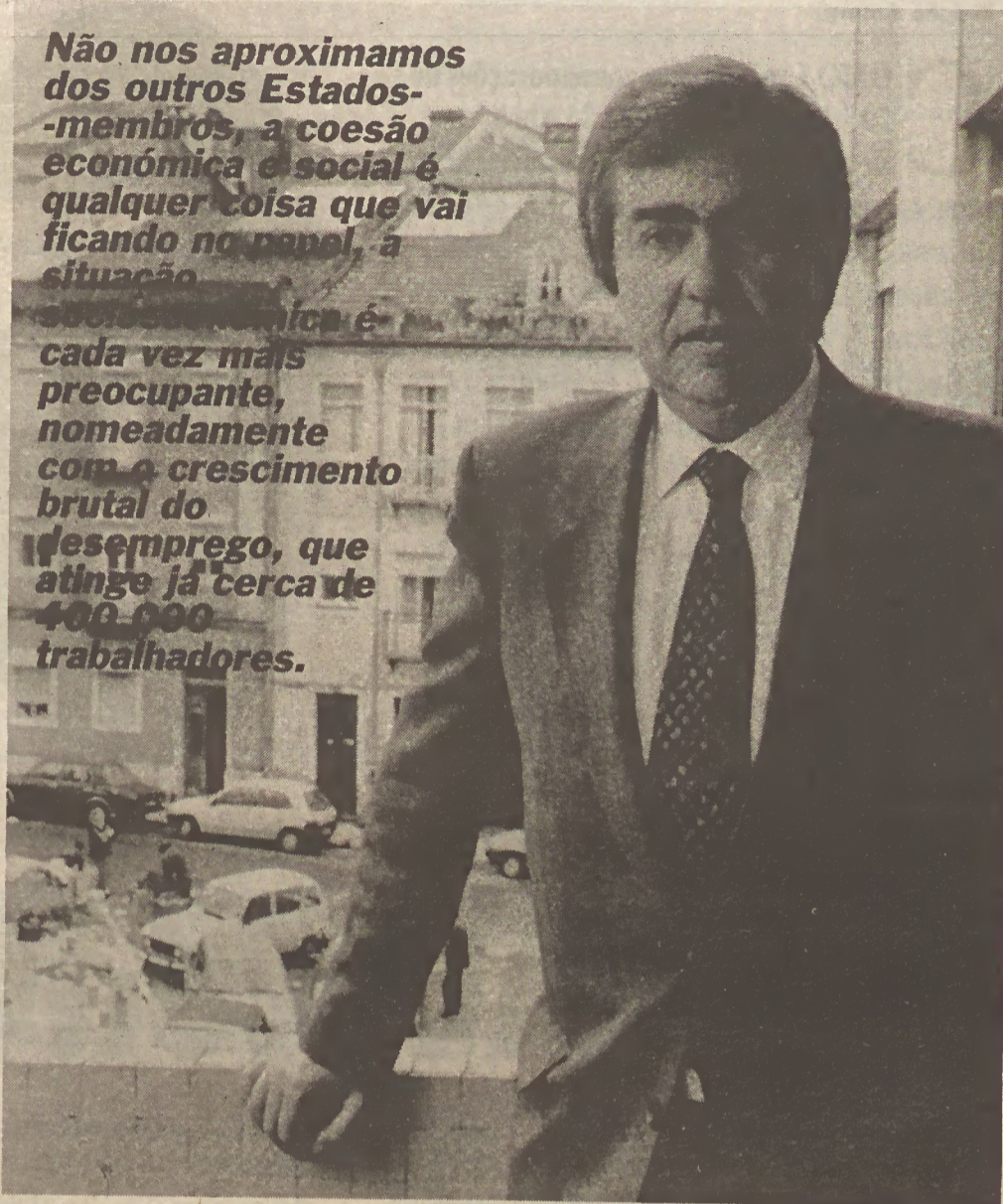
Considero que será tanto mais fácil afirmar a nossa própria soberania quanto melhor soubermos afirmar a nossa identidade, e esta é uma questão cultural. Daí a importância que tem, em todos os aspectos, sabermos fazer a afirmação dos nossos valores. Não negamos, antes defendemos, a necessidade de um diálogo de culturas. O que negamos, isso sim, é a tendência que actualmente se verifica para uma amálgama de culturas.

Também não negamos que há traços comuns a todos nós, a nível da Europa. O que dizemos é que há aspectos que nos distinguem; temos tradições, usos, costumes, uma história, uma língua, que nos afirmam com uma identidade própria. Em causa não está fazer uma amálgama destas diferenças, mas antes pô-las em confronto pelo diálogo permanente, para o enriquecimento mútuo, sem subordinação de umas em relação a outras.

Se essa preocupação de afirmação e de diálogo de culturas não existir, o que poderá suceder é a sobreposição de algumas

Não nos aproximamos dos outros Estados-membros, a coesão económica e social é qualquer coisa que vai ficando no papel, a situação

social económica é cada vez mais preocupante, nomeadamente com o crescimento brutal do desemprego, que atinge já cerca de 400.000 trabalhadores.



culturas hoje existentes, nomeadamente por parte dos países mais poderosos.

Qual o papel dos comunistas na União Europeia?

Foi e é um papel muito importante. Em primeiro lugar, porque alertámos para os problemas que inevitavelmente decorreriam da adesão, tendo em conta as condições específicas do país; em segundo lugar, porque pudemos intervir no sentido de tentar evitar ou minimizar tanto quanto possível os efeitos negativos do processo de integração e, simultaneamente, potenciando o que de positivo dele pudesse resultar.

Creio que hoje é reconhecido em Portugal o importante papel desempenhado pelos comunistas, designadamente ao nível do Parlamento Europeu, não só pelos alertas para os problemas, um pouco contra corrente, quando o clima que se vivia era de euforia em relação à adesão, como pela intervenção responsável no PE, pautada pela defesa intransigente dos interesses nacionais.

O novo PE, a eleger no domingo, vai funcionar num contexto político preocupante: neofascistas no governo em Itália, uma direita em ascensão em Espanha, um governo mais do que conservador em França, só para citar alguns exemplos.

Que perspectivas prevês para a correlação de forças no próximo Parlamento?

Essa questão é particularmente importante. Nestas eleições devemos ter em atenção, por um lado, a profundidade da crise económica e a necessidade de a ultrapassar com novas políticas, novas orientações, e, simultaneamente, as novas situações que se verificam do ponto de vista político. Em alguns países, como é o caso da

Itália, já há neonazis integrados no governo, e verifica-se o ascenso de forças de extrema-direita um pouco por toda a Europa.

É uma situação que temos de combater. Ainda estamos a tempo. As eleições vão realizar-se no domingo, é preciso que os eleitores tenham estes fenómenos bem presentes e, sobretudo, a consciência de que se há crise, se há problemas sociais graves, não é com 'fugas' para a direita que eles se resolverão, bem pelo contrário, nesse caso não deixariam de se acentuar.

O que importa é inverter a marcha, no sentido de criar perspectivas de esquerda, as únicas verdadeiramente democráticas e capazes de ultrapassar a crise em que vivemos. Daqui decorre, também, a importância destas eleições, a necessidade de uma participação em massa do eleitorado na escolha dos seus representantes no Parlamento Europeu e de uma grande votação nas forças democráticas e progressistas, como a CDU.

■ João Amaral

COMO é sabido, nas comemorações do 20.º Aniversário do 25 de Abril, o Secretário-Geral do PS resolveu fazer uma «surpresa»: propor a realização este ano de uma revisão constitucional, com o largo alcance de uma «mudança no sistema político». A iniciativa foi apresentada na primeira pessoa do singular, só vindo a ter os seus contornos aprovados pela Comissão Política do PS em 26 de Maio passado. Trata-se de um assinalável exemplo de democracia no funcionamento partidário: o líder decide e anuncia ao País, depois os órgãos competentes debatem e... aprovam!

Os mais surpreendidos com a «surpresa» foram os próprios camaradas de partido do eng. Guterres. Em 9 de Março, Alberto Costa, vice-presidente da bancada parlamentar socialista e membro do Secretariado do PS, ainda afirmava ao «Diário de Notícias»: «Não existe hoje uma querela constitucional, nem grandes questões cuja solução esteja bloqueada por normas constitucionais». Era a posição oficial do PS: revisão minimalista.

Mais contundente, Almeida Santos dizia ao «Independente», a 15 de Abril, dez dias antes da «surpresa»: «Já tornei público, e o Secretário-Geral do nosso partido, António Guterres, fez o mesmo, que seria uma pena e um indício de pouca responsabilidade por parte dos partidos políticos, se concentrassem, ou até se se empenhassem para que a revisão se fizesse antes das eleições legislativas, ou mesmo das presidenciais».

Foi precisamente este «indício de pouca responsabilidade» que o Secretário-Geral do PS resolveu dar ao país escassos dez dias após a tronuante e definitiva afirmação do dr. Almeida Santos. Em conferência de imprensa realizada a 18 de Maio e coincidente com o artigo parricida do dr. Jorge Lacão, a «pouca responsabilidade» foi confirmada. E a 26 de Maio, praticamente em cima do início oficial da campanha eleitoral, tal «pouca responsabilidade» foi finalmente assumida por um colectivo de direcção do PS. Aí vem a mãozinha!

Está fora de questão que o nosso Partido, nesta fase da campanha eleitoral, vá centrar a sua atenção e a sua actividade nesta lebre lançada pelo PS. Haverá um tempo oportuno, depois das eleições.

Para a reflexão que então será necessária, exponho aqui seis questões que a proposta do PS levanta.

1ª

Questão:

A revisão ordinária é constitucionalmente admissível a partir de Julho de 1994?

Até à última revisão, a Constituição não distinguia entre revisões constitucionais ordinárias e extraordinárias, limitando-se a dizer que a revisão só podia ocorrer cinco anos após a revisão anterior, a menos que 4/5 dos deputados deliberassem que a Assembleia deveria assumir poderes de revisão antes de decorrido aquele prazo.

Mas, neste último caso, a revisão feita em sequência dessa deliberação teria as mesmas características que a revisão feita após o decurso do prazo de cinco anos. E após a sua publicação, retomava-se o ciclo constitucional: novo prazo de cinco anos, ou deliberação por 4/5 antes desse prazo.

Em 1992, PS, PSD e CDS, com os votos de 4/5 dos Deputados, entenderam alterar a Constituição. Motivo próximo: «adap-

6

questões sobre a Revisão Constitucional

tá-la» às exigências supranacionais e federadoras do Tratado de Maastricht.

O facto de o motivo ser esse, e de os proponentes resolverem limitar as suas propostas àquele objectivo, não alterou os dados da Constituição: consumada a revisão, ela não se distingue de qualquer outra revisão, e tem as mesmas consequências.

Isto é, o prazo de cinco anos para nova revisão não poderá ser contado a partir de 8 de Julho de 1989, data da publicação da revisão de 1989, e por isso não tem o seu termo no próximo dia 8 de Julho de 1994. Tal prazo tem que ser contado a partir de 25 de Novembro de 1992, data da última revisão, e só tem o seu termo em 25 de Novembro de 1997!

Os proponentes da revisão tiveram a exacta consciência disso e tentaram resolver o problema. Alteraram para isso o capítulo da Constituição sobre revisão Constitucional. Criaram as figuras das revisões ordinárias (as que decorrem após o termo do prazo de cinco anos) e extraordinárias (as que são feitas antes desse prazo, por deliberação de assunção de poderes de revisão por 4/5 dos deputados). E inscreveram na Constituição que as revisões ordinárias poderão sempre ocorrer cinco anos após a anterior revisão ordinária, mesmo que a meio do prazo tenha ocorrido qualquer revisão extraordinária.

Não há, pois, dúvida que depois da revisão constitucional de 1992 serão estes os princípios que se aplicarão às revisões constitucionais.

A questão é a de saber se estes mesmos princípios, introduzidos pela revisão de 1992, podem ser aplicados a essa própria revisão, por tal forma que ela fosse classificada como extraordinária, com o efeito que essa classificação tem para a contagem de prazos para a revisão constitucional.

A resposta dada por constitucionalistas é negativa. Cito, por todos, o Prof. Jorge Miranda: «a distinção entre revisão ordinária e revisão extraordinária, acrescentada ao artigo 284º da Constituição em 1992, apenas vale para o futuro, não para o passado; e não foi aprovada, nessa altura, nenhuma norma transitória qualificando retroactivamente a revisão de 1989 como ordinária. Portanto, uma pretensa revisão ordinária antes de 1997 – quer dizer, antes de decorridos cinco anos sobre a revisão de 1992, que não foi ordinária nem extraordinária – será inconstitucional e até poderá considerar-se juridicamente inexistente, com tudo quanto isto implica». (DN, 25 de Maio).

Já se disse que a questão não foi levantada na altura, quando a norma foi aprovada, por qualquer dos partidos parlamentares. É verdade. Mas a questão não é política. Não se trata de apurar se os partidos que queriam a revisão, ou os que se lhe opunham, repararam nesta questão de natureza jurídica. O facto hoje é que a questão jurídica existe e está publicamente posta. E as questões jurídicas só podem ter respostas jurídicas.

Assim, a revisão, para ser seguramente de acordo com a Constituição, só poderá ocorrer em 1997. Antes, só por deliberação de 4/5.

Diz o constitucionalista, e deputado do PSD, Rui Machete ao «Semanário» de 4 de Junho, que esta questão constitui «um problema jurídico menor, já que os votos do PSD e do PS perfazem os 4/5». Pode ser efectivamente um problema jurídico torneável. Mas a forma de o tornear constitui um problema político maior, e que se resume nesta pergunta: por que estará o PS disposto a conjugar os seus votos com os do PSD, para perfazer os 4/5 necessários para uma revisão constitucional?

2ª

Questão:

A actual Assembleia da República tem legitimidade política para realizar a revisão constitucional?

Nas eleições de Outubro de 1991 para a actual Assembleia da República, o tema revisão constitucional esteve praticamente ausente do debate político, da campanha eleitoral e dos próprios programas partidários. Por duas razões fundamentais.

Primeira, porque não se tinham ainda apagado os ecos da última revisão, a de 1989, ocorrida escassos dois anos antes. O PS (Almeida Santos) chamou à Constituição revista a «Praça da Condição» (apesar da discórdia do PCP...), e o PSD (Duarte Lima) falava de «Lei Fundamental aberta, moderna e não enfeudada a tabus ideológicos – o fim do dogma». Como se vê, o clima não era de revisionite. Estavam de papo cheio!

Segunda razão: a então possível nova revisão só ocorreria cinco anos depois de 89, isto é, três anos completos após o debate eleitoral. A revisão só seria possível no quarto e último ano de vida da Assembleia que se ia eleger.

Estas foram as razões centrais que afastaram a questão constitucional do debate político das eleições de 1991, e que conduziram a um entendimento tácito de que a revisão constitucional não constituía objecto da actividade desta Assembleia.

Sem debate político no período eleitoral, e agora já na recta final da sua vida, que legitimidade política tem esta Assembleia para concretizar uma revisão constitucional com o alcance que o Secretário-Geral do PS pretende? Não tem certamente a suficiente, muito menos para uma reforma política de fundo, que o País não conhece e não discutiu.

5.^a Questão:

A proposta «revolucionária» do PS a quem serve? À democracia... ou simplesmente ao PS, mesmo que à custa da democracia?

O tema da «reforma do sistema político» como centro de uma revisão constitucional a realizar este ano já tinha sido lançada pelo CDS-PP, numa conferência de imprensa, realizada em 13 de Janeiro passado. O que mostra que não só o PS não foi original, como coincide para já com o CDS no tema escolhido.

A proposta do PS estende-se por dezenas de assuntos e questões, e abrange, segundo notícias postas a correr, mais de 80 artigos da Constituição. Se se pensar na importância do

valor da estabilidade constitucional, uma proposta com a extensão referida não pode deixar de ser qualificada como vastíssima.

Nas propostas concretas, há de tudo: concessões eleitoralistas (como o fim do serviço militar obrigatório); simples reformas em sede constitucional de propostas legislativas (por exemplo, o rendimento mínimo garantido); muitas declarações para a galeria (como a de aceitar agora um vago referendo sobre questões europeias, depois de ter recusado o concreto referendo sobre o Tratado de Maastricht), e, finalmente, muita palha para negociar...

Retirada toda esta ganga, ficam as propostas que constituem reais e significativas alterações do sistema político. Três delas chamam particularmente a atenção.

A primeira, é a alteração do sistema de eleição da Assembleia da República com a criação de círculos uninominais. Círculos com um só lugar em disputa equivale a sistema maioritário, com todas as distorções de representação que ele provoca. Mas o PS afirma que a sua proposta respeitará integralmente a representação proporcional. Ou seja: os círculos uninominais seriam tão-só círculos de candidatura. Os círculos de eleição seria plurinominais e aí, na eleição, o princípio seria o da representação proporcional (os candidatos nos círculos uninominais só seriam eleitos na medida em que o resultado do partido no círculo de eleição o permitisse).

Passe, por agora, sem reparo a complexidade do sistema (e até a incongruência de permitir que a um eleito... lhe fosse retirado o mandato que os eleitores lhe conferiam!). Mas ficam ainda assim duas questões. Uma, é a de saber se, mesmo que tecnicamente fosse possível neste sistema o tal «respeito integral» do sistema proporcional, não resulta dele na prática uma efectiva bipolarização política, isto é, a concentração de voto nas duas forças em cada círculo com mais possibilidades de eleger.

A segunda questão é simples e directa: se há o tal respeito integral pelo sistema proporcional através da manutenção dos círculos de eleição, então para que é precisa a revisão constitucional? Cito, mais uma vez, o Prof. Jorge Miranda: «Algumas propostas do PS – as principais, por sinal – poderiam ser realizadas por lei ordinária: não implicam revisão da Constituição. Sucede isso com as reformas do sistema eleitoral» (DN já citado).

Porquê, então, a revisão constitucional neste ponto? Por uma razão simples: porque o PS admite não só a solução que propõe como «está disponível para discutir com outros partidos qualquer fórmula» («Expresso», de 21 de Maio). Entenda-se: qualquer fórmula também assente em círculos uninominais e com o mesmo efeito de bipolarização artificial. Claro: sempre com respeito do sistema proporcional...

As outras duas propostas do PS que chamam especialmente a atenção, ao contrário da anterior, são bem conhecidas e estão já muito debatidas.

Uma delas é a introdução da moção de censura construtiva: para apresentar uma moção de censura, um partido tem que apresentar uma solução alternativa de governo.

O objectivo da proposta é por de mais conhecido: favorecer os dois maiores partidos (o do Governo e o maior da oposição), garantindo-lhes o monopólio da discussão na Assembleia da República acerca da subsistência do Governo.

A terceira proposta é a da alteração do sistema de governo das autarquias: a Câmara deixaria de ser eleita directamente, seria formada na Assembleia Municipal, e, para subsistência, só poderia ser posta em causa... por uma moção de censura construtiva!

O que liga estas três propostas é o objectivo de favorecer antidemocraticamente os dois maiores partidos; particularmente e na situação concreta, favorecer o próprio PS, como maior partido da oposição. Favorecê-lo pela criação de uma bipolarização artificial, viciadora da genuinidade do voto e do pluralismo político. Favorecê-lo através da reserva artificial do debate político conducente à formação de alternativas, mais uma vez à custa do pluralismo e da diversidade de posições e opiniões.

São propostas que podem servir o PS, mas que seguramente empobrecem e atingem a democracia, o pluralismo e as possibilidades de construir uma alternativa democrática de política e de governo.

6.^a Questão:

Se o PS pretende que o PSD aprove as suas propostas, significa isso que elas servem ao PS... e ao PSD?

O PS só dispõe de 72 deputados, no total dos 184 que constituem os 4/5 para deliberação de realização de revisão, e dos 154 que perfazem os 2/3 necessários à aprovação de alterações à Constituição. Sem os votos do PSD, partido maioritário com quase o dobro dos votos do PS, não haverá revisão nem qualquer alteração à Constituição.

Com a composição actual da Assembleia, só com a convergência do PSD e do PS é que pode haver revisão constitucional. E nessa convergência, o peso das partes mede-se pelo número de deputados: 135 PSD, 72 PS.

O PS sabe perfeitamente que o PSD tem os seus próprios objectivos de revisão constitucional: distorcer o sistema eleitoral, permitindo fabricar maiorias absolutas com menos votos; governamentalizar mais o regime (visando agora os poderes do Presidente da República e a independência e autonomia da magistratura judicial do Ministério Público); e atacar a Constituição social, particularmente o direito à Saúde, à Educação e à Segurança Social, designadamente tendo em vista a sua privatização onde seja rentável. Até a gratuidade do ensino básico quer o PSD eliminar da Constituição!

Que espera então o PS? Que o PSD aprove as suas propostas, uma a uma, e se fique a chorar por o PS não aprovar as suas? Será que o PS tem os portugueses em tão pouca conta que julga que alguém vai acreditar que é isso que o PS está a pensar?

Não há nenhuma ingenuidade nesta matéria. O PS sabe que, quanto às questões essenciais (e nelas está em primeiro lugar o sistema eleitoral para a Assembleia da República), o PSD só aprovará as propostas do PS com os contornos e o alcance que sirvam não só o PS mas também o PSD.

E se algum ponto das propostas do PS for aprovado apesar de não servir igualmente o PSD, então é porque se passam duas coisas: primeiro, que se trata de questão secundária, de que o PSD pode abrir mão; e segundo, que o PS alguma coisa deu em troca. Todos nos lembramos: foi assim em 1982 e em 1989!

3.^a Questão:

Há alguma urgência na realização de uma revisão constitucional?

Não há. Não há nenhuma situação, compromisso ou acontecimento que torne inadiável a realização de uma revisão

constitucional. Entenda-se: urgente, para defesa do regime democrático e das suas características fundamentais.

Não há qualquer ruptura que justifique a urgência.

A menos que o PS quisesse invocar a crise social, a falta de protecção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, as violações do direito ao trabalho e ao emprego, a governamentalização do regime, a crescente policialização da vida nacional, os abusos e ilegalidades dos serviços de informações. Mas, pode-se estar seguro: não é nada disso que preocupa PS e PSD, e não é nada disso que os poderá levar ao entendimento para uma revisão constitucional.

4.^a Questão:

O calendário proposto pelo PS é aceitável, do ponto de vista do debate democrático?

Também aqui a resposta é um claro e rotundo não. Os trabalhos de revisão, mesmo com esta decidida por 4/5 dos deputados, não estariam lançados antes de Setembro próximo, com as eleições a um ano de vista.

Para a revisão não cair em período já marcado pelo debate eleitoral, ficam quatro/cinco meses. A revisão de 82 demorou dezasseis meses na Assembleia, e a de 89 prolongou-se ainda mais: dezanove meses. Como quer o PS fazer esta anunciada revisão? A mata cavalos? De supetão, como tentaram em 1988?

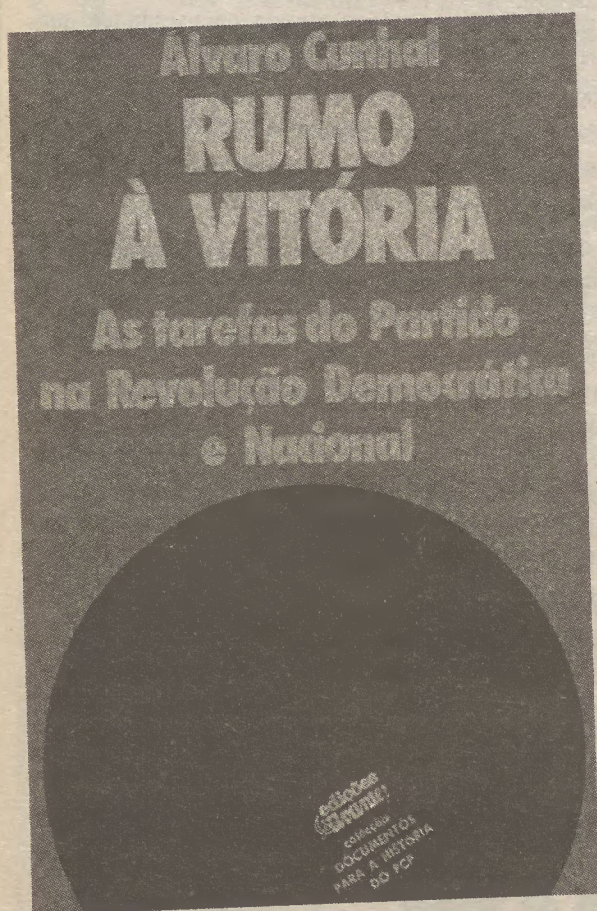
Quer ouvir especialistas e organizações interessadas? Quer estimular um debate nacional e dar-lhe tempo?

Certamente que nada disso seria possível com este calendário. Por isso, ele é duplamente antidemocrático. Já o era por querer pôr esta Assembleia a fazer alguma coisa para a qual não recebeu mandato dos eleitores. E é-o outra vez porque dele resultaria inevitavelmente uma compressão de tempos tal que impediria o debate nacional e a intervenção dos cidadãos.

À semelhança da revisão de 1992, teríamos uma nova revisão feita nas costas do País e do povo. Para quem diz querer um «impulso democrático», começa de facto com um «impulso», só que antidemocrático!

Constitucional à moda do PS

edições
Avante!



Álvaro Cunhal Rumo à Vitória

Preço: 1470\$00

Lida à luz dos acontecimentos pós-25 de Abril, esta obra surge-nos não apenas como um libelo acusatório do fascismo (que muitos pretendem hoje fazer esquecer ou edulcorar), mas sobretudo como um modelo de análise científica, marxista-leninista. Em *Rumo à Vitória*, a definição das características, dos objectivos e da via da revolução portuguesa resulta do estudo objectivo do estágio de desenvolvimento do capitalismo, da arrumação das forças de classe e das suas contradições, da relação entre os factores económicos, sociais e políticos internos e da influência de factores externos. A vida comprovou as análises, as previsões e os alertas — todos de flagrante actualidade — então feitos.

■ Miguel
Urbano
Rodrigues

Sobre as boas maneiras na Embaixada dos EUA

Tive na semana passada a oportunidade de atravessar pela primeira vez os portões negros da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal.

A Comissão Nacional de Solidariedade ao Povo de Cuba havia informado com antecedência, por carta, que uma delegação sua se deslocaria à Embaixada, dia 30 de Maio, para entregar um documento por ela divulgado e um apelo ao Congresso norte-americano para que revogue o bloqueio àquela Ilha, condenado por Resoluções da ONU.

Na data referida (v. Avante de 2.6.94), seis signatários do documento compareceram à hora anunciada. Foram mal recebidos. Um funcionário, depois de perguntar o que pretendiam, informou secamente que a Embaixada estava fechada.

O porta-voz da delegação, dr. Manuel Machado Sá Marques, tentou saber o porquê do encerramento. Enquanto o porteiro ensaiava uma explicação confusa sobre o *Memorial Day*, um rapaz da Segurança saiu do pátio interno para se dirigir desabridamente a um repórter fotográfico.

«É proibido tirar fotografias aqui!» — bradou em tom enérgico. Foi-lhe dito que, tratando-se de um lugar público, qualquer cidadão poderia tirar na rua quantas fotografias quisesse. O segurança, sempre altivo, acabou por perturbar a entrevista que um dos membros da delegação estava a dar no momento a uma rádio. Sem convite, misturou a sua voz na gravação, tal a barulheira.

Já atrás do gradeamento acabou por se embrulhar quando lhe foi dito que era incompetente e mal-educado.

A delegação, depois de lamentar não lhe ter sido comunicado que a Embaixada estava fechada, informou que voltaria no dia seguinte à mesma hora.

Coube então ao eng. Cunha Serra ser porta-voz do grupo, integrado nessa segunda visita por António Pedro de Carvalho pelos dirigentes sindicais Carlos Carvalho e Fernando Morais, por João Corregedor da Fonseca e pelo autor deste texto.

O porteiro, distante, perguntou ao que íamos. Depois de lhe ser recordado que estava perante a mesma delegação da véspera, com visita anunciada, permitiu que nos dirigíssemos a um *guichet* atrás do qual um outro funcionário repetiu a pergunta sobre o motivo da nossa presença ali. Foi moroso o diálogo.

Depois de o eng. Cunha Serra responder aos quesitos, o seu interlocutor abriu uma gaveta, remexeu num maço de papéis e retirou cópia da nossa carta. Interessado, leu o texto

com vagares antes de, pelo telefone, comunicar com um superior. Apenas chegou até nós a palavra **bloqueio**.

Perto, vigilantes funcionários da Segurança acompanhavam a cena. Apareceram-me como imagens extraídas de filmes (maus) sobre o pessoal do FBI ou da CIA. A insígnia Pinkerton bem visível, o cabelo rapado na nuca, as calças justas, as botinas reluzentes, os aparelhos para comunicação a distância, os gestos lentos e estudados — exibiam uma alegre identificação com a tarefa. Apesar de portugueses, irradiavam orgulho americano.

Finalmente, o funcionário do *guichet* chamou o eng. Cunha Serra e entregou-lhe um telefone. Foi indispensável voltar ao princípio. Do outro lado, logo foi respondido que a visita era desnecessária e pouco oportuna porquanto no momento não há em Lisboa Embaixador dos EUA, mas somente um encarregado de Negócios. Cunha Serra, paciente, esclareceu que o problema não existia. A delegação não estava pendente das hierarquias do Serviço Diplomático norte-americano; era seu objectivo entregar a alguém para o efeito designado a carta dirigida ao Presidente do Congresso dos EUA.

Seguiu-se nova espera, talvez um quarto de hora. Chegou depois autorização para que dois membros da delegação, não mais, subissem para um jeep que os levaria ao edifício da Embaixada.

Acompanhei o eng. Cunha Serra. O jeep era amarelo e eléctrico, gracioso, e registei que belos ramos de flores cobriam o assento dianteiro.

No alto da escadaria aguardava-nos um funcionário, também português, da Embaixada. Com modos muito polidos, cumprimentou-nos, recebeu os nossos cartões e pediu-nos que o acompanhássemos. Mas não passámos do átrio, decorado num recanto com esplêndidos azulejos setecentistas portugueses.

Cunha Serra informou mais uma vez qual o objectivo da nossa delegação, reduzida a duas unidades.

Sempre educado, o funcionário deixou-nos por uns minutos para regressar acompanhado de uma jovem, visivelmente norte-americana.

Após os cumprimentos, perguntamos por quem tínhamos o prazer de ser atendidos. A senhora, económica de palavras, mas sorridente, esclareceu que se chama Donna. Manifestei o desejo de saber se pertencia à missão diplomática. Ela acenou com a cabeça, a revelar aparente falta de intimidade com o idioma de Camões.

«Sim» — respondeu o funcionário.

«Secretária de Embaixada?»

Escutamos outro sim do acompanhante.

«O que pretendem?» — inquiriu, curiosa, a moça diplomata, em pergunta logo traduzida pelo funcionário.

O eng. Cunha Serra explicou, pela última vez, o que ali fazíamos. Finalmente, foi-lhe permitido entregar a carta endereçada ao Congresso e as cópias da mesma e do documento divulgado em Portugal pela nossa Comissão.

«Será encaminhada» — prometeu a jovem Donna.

Naqueles breves minutos não fomos sequer convidados a sentar-nos no banco que se via no átrio azulejado.

Já de regresso ao pequeno jeep eléctrico, quis saber qual o apelido da senhora Donna.

«Lieberson» — revelou-nos o gentil funcionário. E acrescentou em tom de leve enfado:

«Vou ser eu a ter de traduzir tudo isto...»

Foi uma oportunidade única de tomar conhecimento de aspectos pouco conhecidos do cerimonial que na Embaixada dos EUA envolve o atendimento de cidadãos portugueses que apoiam Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relativas a medidas ilegítimas impostas pelo Congresso e pelo Governo norte-americanos.

Associação de Amizade Portugal - Cuba

20 Anos a Viajar para Cuba

Venha conhecer a Revolução Cubana

Os melhores programas
Culturais e Turísticos

Voos em Agosto e Dezembro
Havana-Holguín-Santiago



informações e marcações
pelo tel.: 65 73 05 ou na sede
R. Rodrigo da Fonseca, 107 r/c esq

■ Manoel
de Lencastre

Comunistas, sempre!

1. No dia 1 de Junho de 1944 (há 50 anos, portanto) «L'Humanité» clandestino publicava o seu 300.º número. E, pela pena de Marcel Cachin, escrevia:

«A verdade é que a história destes 57 meses de guerra engrandeceu os comunistas para além de si próprios. A «L'Humanité» começou uma vida nova, na clandestinidade, logo no dia seguinte à supressão da sua publicação legal e afirma-se cada vez mais clarividente e mais agarrada ao progresso e à grandeza da França».

A 9, entretanto, o grande jornal do PCF publicava o seu primeiro número após o desembarque aliado nas praias da Normandia incluindo uma importante mensagem do Partido ao Novo francês da qual destacamos o seguinte trecho:

«O comando interaliado indicou que os soldados sem uniforme das Forças Francesas Interiores (FTPF-Corps Francs) receberam ordens que, na situação actual, devem escrupulosamente executar. O PCF renova aos seus militantes e membros das FFI a sua confiança, e espera que sejam os primeiros a dar o exemplo da disciplina, da abnegação, da coragem e do espírito de iniciativa, no cumprimento das missões que lhes forem confiadas. Viva a França! Assinado: O Comité Central do Partido Comunista Francês. Paris, 6 de Junho de 1944.

(Não deem fora este jornal. Façam-no circular)»

2. A morte de Erich Honecker foi noticiada em todos os jornais do imperialismo com bastante relevo, mas como se se tivesse tratado do desaparecimento de uma qualquer figura irrelevante que apenas servira, no dizer de alguns, «para atrapalhar o mundo». Mas Erich Honecker foi o comunista possível nas condições do seu tempo. O seu trabalho, entretanto, continua a ser

denegrido, injuriado, difamado, tal como o do seu Partido e o da RDA.

Honecker, todavia, apesar de ultrapassado por uma onda de acontecimentos a que já não podia opor-se, demonstrou abundantes qualidades de carácter, de coragem, de abnegação e de completa confiança nos seus princípios — não vacilou nunca perante as forças inimigas e jamais capitularia face ao oportunismo dos novos tempos, ao capitalismo e ao imperialismo que ele sabia inevitavelmente condenados, apesar de alguns êxitos momentâneos e transitórios. Não virá longe, talvez, o dia em que o socialismo ressurgirá em território alemão. Então, a trajectória de comunistas como Erich Honecker passará a ser vista com justiça, imparcialidade e mais sentido da História.

3. Bert Ramelson, falecido no passado dia 14 de Abril, era um dos poucos comunistas britânicos cujas actividades os imperialistas temiam. Organizador dos sectores industriais do Partido Comunista entre 1965 e 1977, agitador sem compromissos para com o capitalismo, esteve na base de muitas acções do proletariado britânico. Era frequentemente criticado por dirigentes sindicais e do Partido Trabalhista sem consciência de classe, mas perfeitamente entendido e, por isso, vitriolicamente hostilizado por vários governos britânicos.

Tendo abandonado a advocacia para aderir às Brigadas Internacionais, durante a Guerra Civil de Espanha, foi ferido por duas vezes nas batalhas do Ebro e de Aragão. Conductor de tanques durante a 2.ª Guerra Mundial, foi capturado em Tobruk, em 1941. Dois anos mais tarde, conseguia evadir-se de um campo de prisioneiros de guerra, em Itália.

o governo do funcionário Major decidiu autorizar a instituição de tal prática atribuindo a um consórcio chamado «Camelot» a respectiva organização até ao ano 2001.

Quem são, contudo, os accionistas do «Camelot»? A «Cadbury-Schweppes», a ICL, a De La Rue, a GTEch (americana) e a Racal-Electronics. Está bem entregue, portanto, a lotaria inglesa.

3. O presidente do importante grupo francês, Schneider, foi preso na Bélgica, acusado de fraudes importantes relacionadas com as subsidiárias belgas, «Cofimines» e «Cofibel». Mas Bettino Craxi, ex-leader socialista italiano, fugiu para a Tunísia e aí, à distância, assiste ao pasmo das autoridades do seu país que lhe haviam mandado confiscar o passaporte. Craxi, entretanto, é o homem que lançou Berlusconi — precisaria de passaporte para passar-se?

4. Segundo estatísticas da CEE, o número de desempregados nos países membros era, em fins de Abril, oficialmente, de 18 milhões. Só em Espanha, o «paro» atingiu os 23,1% da mão-de-obra activa do país, mas em França, essa percentagem atingiu os 12,3%, o que equivale a 3 325 800 pessoas.

5. A «Nissan Motor», a segunda fabricante japonesa de automóveis, anunciou que os seus prejuízos durante o ano financeiro terminado a 31 de Março foram de Yen 202,4 biliões, ou sejam, 338 milhões de contos. Por isso, a empresa resolveu deixar de admitir pessoal.

6. «Quem precisa de Solzhnitsyn?», perguntava o «Financial Times» no passado dia 28. Com efeito, ninguém. Nem mesmo o imperialismo que resolveu devolvê-lo à procedência como mercadoria ultrapassada e já sem mercado. Cumpriu a sua missão.

7. Nas eleições locais realizadas recentemente na região de Leninegrado, o número de votantes apenas atingiu os 25% exigidos pela lei depois de o período de votação ter sido alargado em mais 24 horas. Os habitantes da cidade de Lenin, que Anatoli Sobchak, um «democrata», sonha em transformar num importante centro financeiro, quando ouvem falar em democracia voltam a cara, enojados, e afastam-se. Para eles, democracia — tal como para nós — significa capitalismo. A verdadeira democracia só pode existir em consequência da criação do verdadeiro socialismo. Tudo o resto é palanfrório de políticos ao serviço do imperialismo.

A Caminho da Vitória

O início da ofensiva do Exército Vermelho para a libertação da Bielorrússia deu lugar a vivos combates em terra e no ar, em todos os sectores. As tropas de Vasilievski romperam, impetuosamente, através das concentrações nazis. E, rapidamente, em cooperação com o 3.º exército, do general Gorbátov, e as 2.ª e 3.ª Frentes bielorrussas (Zakarov e Cherniakovski) os tanques de Bakarov abriam caminho para Bobruisk e cortavam ao inimigo, uma das saídas que lhe poderia permitir a retirada — através do rio Berezina. Já o general Grishin (49.º exército) havia esmagado a defesa nazi no sector de Mogilev e conseguido estabelecer uma testa de ponte sobre o Dnieper.

Mas, apesar de progressos que se verificavam em todos os sectores de operações, as forças do inimigo haviam sido subestimadas pelas manobras de reconhecimento previamente realizadas. Os alemães ofereciam resistência desesperada enquanto os 3.º e 48.º exércitos soviéticos, aos quais haviam sido designadas excessivas áreas de penetração, não conseguiam agir com a mobilidade e a rapidez que se esperavam. Foi só a 26 de Junho, quando os carros de Panov romperam também sobre Bobruisk, vindos de uma direcção norte-oeste, que os nazis viram as suas possibilidades de retirada completamente cortadas. Todo o sector Vitebsk-Bobruisk seria libertado.



No paraíso do capitalismo

1. A «Alitalia», aproveitando as condições criadas pela entrada em funções do novo governo italiano (com fascistas), anunciou o despedimento de 3500 funcionários.

2. Em Inglaterra, desde 1826 que não existia lotaria oficial no estilo que em Portugal se conhece sob a designação de Lotaria Nacional organizada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Mas

Emigrantes com Problemas

15.ª e penúltima parte

Exaustos e confusos pela viagem aérea realizada e pela diferença horária, Mariana e Cipriano empurraram a porta do restaurante de que haviam sido proprietários. Era um fim de tarde perfeito, em Maio. E mal entraram, deparou-se-lhes uma ruidosa e festiva recepção que, a Mariana, especialmente, surpreendeu. Af estava, de novo, o Portugal canadiano — um pequeno conjunto musical, a Sãozinha como vocalista, atacou a «Marcha de Lisboa», saltavam rolhas das garrafas do «Meia Pipa», todos batiam palmas, subia-se às cadeiras, o regozijo pelo regresso do casal Guerreiro era geral.

«É esta a surpresa?», perguntou Mariana, encantada, e ajeitando a gola do vestido. «Ainda não viste nada, filha», respondeu o marido. Lá estava o poeta Tadeu, cada vez mais magro, e, com ele, toda a família portuguesa que inaugurara aquele restaurante, já lá iam dois anos. Tinham-se ali reunido para uma festa de boas-vindas dedicada ao casal de compatriotas, que sofrera e quase baquera, mas haviam conseguido sobreviver. Carvalhais foi um dos primeiros a destacar-se para abraçar os velhos amigos e, depois, o casal Suspiro, o inevitável Alves, da TAP, Porfírio Vacondes e D. Perpétua, o Abreu, do Banco, D. Glória, dos Correios, todos, enfim, queriam demonstrar ao casal Guerreiro uma amizade que a separação não prejudicara.

«Então como encontraram o nosso Portugal?» perguntou, efusivamente, D. Brígida, a professora. «Olhe,

minha senhora» respondeu Mariana, «uma pingonhice, e a vaidade que por lá vai... é tudo estrangeiro... as pessoas parece terem esquecido as suas origens». Diamantino, o antigo guarda fiscal, esclareceu: «Sinal dos tempos».

Carlos Maganão, o patrão de «A Pérola do Atlântico», pediu que lhe prestassem atenção e disse em voz potente: «Tenham em conta que os nossos amigos vêm cansados. Sentemo-nos, então, para que comecem os fados que esta noite dedicamos ao casal Guerreiro». E o poeta Tadeu interveio anunciando: «Minhas senhoras e meus senhores, a pedido, vou interpretar o conhecido Fado das Laranjinas» Ouviram-se aplausos, a guitarra cortou a atmosfera quente, alegre, quase voluptuosa e em todo os presentes acordou o sentir de Portugal. Mas Mariana, para além de surpreendida, achava-se nervosa. Perguntou, baixinho, ao marido cujos olhos não abandonavam a guitarra a que Viriato extraía chorares divinos:

«Sabes até que horas isto vai dar? Na hora portuguesa é já meia noite...»

«Ainda agora a festa começou, mulher. São apenas seis horas da tarde. Amanhã, domingo, podes descansar todo o dia».

«Amanhã? Agora posso descansar todos os dias que me apeteça. Não tenho patrões.»

Os 20 anos de Abril e a Reforma Agrária

A Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA), promoveu no passado sábado, dia 4, em Montemor-o-Novo, um encontro/debate sobre os "20 anos de Abril e a Reforma Agrária". No final, foi aprovada uma declaração em que se faz o historial daquela importante conquista de Abril, se referem as consequências resultantes da sua destruição e se exige a tomada de medidas que ponham termo à profunda crise que está a levar à desertificação do Alentejo. É essa declaração que, pela sua importância, a seguir se transcreve na íntegra.

20 anos depois da Revolução de 25 de Abril de 74 e outro tanto após o início do processo da Reforma Agrária é já possível fazer-se um balanço objectivo das consequências das transformações operadas bem como dos efeitos produzidos com a sua destruição.

A Reforma Agrária constituiu-se na mais radical e profunda transformação social que se operou numa parte dos campos do Sul, dando corpo e voz ao secular direito à terra e direito ao trabalho dos assalariados rurais da zona do latifúndio.

O vasto movimento social que alterou decisivamente as relações sociais de produção no Alentejo e no Sul do Ribatejo tem causas e justificações.

O sistema latifundiário começava nos campos mas articulava-se e entroncava nas formas de organização da sociedade e de domínio do poder político.

A grande propriedade com mais de 500 ha representava menos de 1% do total das explorações agrícolas da chamada ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária), mas ocupava 49,6% da superfície agrícola útil. Grandes latifúndios, como os da Casa de Palmela, Posser d'Andrade, Espírito Santo, Santos Jorge, Torralta, Casa de Bragança, entre muitos outros ocupavam cada um áreas que chegavam aos 20 000 e mais hectares.

Os sistemas de produção adoptados no latifúndio baseavam-se na extensividade cultural e no absentismo, fracos índices tecnológicos, reduzido emprego de força de trabalho, baixos salários, ausência de direitos sociais.

A lógica do latifúndio atirava para as margens da sociedade, para o desemprego e a emigração milhares de trabalhadores rurais sem terra, apropriando-se igualmente, através da renda, de uma grande parte do esforço produtivo e do investimento de milhares de seareiros e rendeiros.

A lógica do latifúndio gerava enormes desigualdades sociais e impossibilitava o acesso à terra e ao trabalho.

Os proprietários latifundiários dominavam, em consequência, a vida e o quadro de referências sociais bem como o poder político designadamente no plano municipal e regional e eram uma das bases de sustentação da ditadura fascista.

A sua existência ao longo do fascismo é indissociável da mais dura exploração, de falta de liberdade e repressão dos trabalhadores.

Erradicar o latifúndio era também um imperativo para a defesa da democracia.

Foi a tudo isto que a Reforma Agrária procurou pôr termo.

Direito à terra direito ao trabalho

Nas 550 UCP's/Cooperativas Agrícolas constituídas no milhão cento e cinquenta mil hectares expropriados - correspondente a cerca de um terço de toda a zona de intervenção - outro terço ficou na posse dos pequenos agricultores e o outro terço na posse dos grandes proprietários - os trabalhadores agrícolas concretizaram o seu inalienável direito à terra e ao trabalho, criaram 50 000 postos de trabalho, iniciaram a alteração dos sistemas culturais, alargaram as áreas regadas, introduziram novas culturas, aumentaram a produção e os rendimentos, introduziram novas formas de organização e gestão, realizaram um conjunto de investimentos sociais (cooperativas de consumo, creches, centros de dia), melhoraram os salários e as condições de vida, construiu-se um novo conceito de liberdade e de solidariedade nas relações de trabalho, dignificou-se a vida e o trabalho dos Homens e Mulheres do campo, a apropriação e distribuição da riqueza teve o sinal da justiça social e foi feita em função dos interesses do colectivo e da comunidade.

A Reforma Agrária, ao erradicar o latifúndio na área que ocu-

pou, dinamizou toda a actividade económica a montante e a jusante contribuindo, também aí, para a criação de emprego.

A Reforma Agrária, consagrada na Constituição da República Portuguesa, rasgou novas perspectivas para a agricultura e a vida nos campos do Sul e para todo o desenvolvimento da região. Pela primeira vez, a emigração foi estancada e milhares de trabalhadores voltaram às suas terras. O mundo rural foi dinamizado.

A Reforma Agrária foi portadora de um modelo de desenvolvimento que permite compatibilizar a produção com o emprego.

A destruição

Foi todo este complexo processo, recheado de transformações exaltantes mas também de naturais dificuldades, que não pôde passar do seu início devido às políticas que, lançadas a partir de 1977/78 por sucessivos Governos, procuraram, primeiro, condicioná-la, depois amputá-la e por fim destruí-la.

Retirada das terras, bloqueio técnico e económico, desestabilização permanente do aparelho de produção (terra, gados e máquinas), alterações sucessivas da legislação, operações de desinformação, não cumprimento das leis e das decisões dos tribunais, repressão, de tudo a administração central lançou mão para destruir a Reforma Agrária.



A Reforma Agrária está hoje praticamente destruída.

A liquidação da Reforma Agrária com a reconstituição da grande propriedade latifundiária seguida da Política Agrícola Comum e da sua reforma está a conduzir o Alentejo a uma das suas mais graves crises de sempre: abandono da actividade produtiva agrícola, diminuição da produção, retorno das coutadas, aumento do desemprego, despovoamento, envelhecimento e desertificação. Com a destruição da Reforma Agrária regressou a fome e a peregrinação de homens e mulheres pelos caminhos da emigração.

Considerando que a agricultura continua a deter um papel central na actividade económica e social do Alentejo (27% do Valor Acrescentado Bruto e 22% da população activa), a crise que se abate sobre os campos repercute-se em toda a Região.

Até ao momento não foi criada nem apresentada nenhuma alternativa para a Reforma Agrária sendo que a reforma da PAC veio contribuir para consolidar o modelo da economia agrícola do latifúndio, extensivo e absentista.

A questão da terra

A questão da terra continua, pois, a estar no centro dos problemas que bloqueiam o desenvolvimento da região.

Resolver a questão do uso e posse da terra é condição necessária para desbloquear os factores que entravam o progresso do Alentejo.

Realizar uma Reforma Agrária que resolva a questão da terra, entregando-a a quem a trabalhe, é um imperativo de justiça social e condição para o relançamento da agricultura e de toda a actividade económica e social da região. Só assim será possível dar sentido e plena eficácia às transformações que se impõem nos sistemas culturais, ao aproveitamento dos recursos hídricos com especial relevo para Alqueva, à valorização das produções com denominação de origem e tipicidade regional, à implantação de agro-indústrias, à dinamização dos mercados e das políticas de comercialização internas e externas, à formação e valorização profissional, à fixação das populações e da juventude nos campos bem como à implantação de outras actividades complementares.

Sem uma Reforma Agrária que erradique a propriedade latifundiária não há desenvolvimento rural.

Eliminar o latifúndio é um imperativo constitucional.

O desenvolvimento de toda a região passa pelo relançamento da actividade produtiva agrícola pondo termo ao abandono dos campos. E o relançamento da actividade produtiva agrícola passa pelo fim do factor de bloqueio existente que é o sistema do

uso e posse da terra baseado na propriedade latifundiária, passa pela realização de uma Reforma Agrária integral que promova o aproveitamento da terra e dinamize os sectores a montante e a jusante da produção e em que estão interessados trabalhadores rurais, agricultores, técnicos e, em geral, toda a actividade económica e social da região; passa por uma viragem de rumo na Política Agrícola Comum.

É necessário mobilizar um largo movimento de opinião e apoio em defesa do desenvolvimento do Alentejo. É necessário, no imediato, um programa de emergência para combater o desemprego.

Mas é necessário também lançar um largo debate sobre a actual situação da agricultura na região, sobre a questão da terra, sobre as soluções necessárias para que todos os que trabalham a terra tenham de novo um horizonte de esperança e para que o Alentejo tenha uma agricultura desenvolvida onde seja concretizado o legítimo e secular direito à terra e ao trabalho.

(Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção)

Alentejo pela regionalização e o desenvolvimento

As associações de municípios dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e do Litoral Alentejano, o Conselho Regional do Alentejo e as três assembleias distritais alentejanas decidiram recentemente «constituir-se em comissão promotora de um diversificado conjunto de iniciativas e acções, capaz de gerar um amplo e unificador movimento de opinião do "Alentejo pela regionalização e o desenvolvimento"».

Na proclamação em que davam a conhecer esta decisão, anunciavam o lançamento de um abaixo-assinado, contactos com os órgãos de soberania e a realização de um tribunal de opinião. Os promotores do movimento apelam «às instituições, organizações económicas e sociais, associações, clubes e colectividades do Alentejo, ao povo alentejano, para que expressem o seu apoio às iniciativas e se empenhem activamente nas mesmas, conscientes de que só em conjunto poderemos fazer prevalecer a razão que nos assiste».

Abaixo-assinado

Os promotores do movimento «Alentejo pela regionalização e o desenvolvimento» lançaram um abaixo-assinado que, além do apoio individual dos cidadãos, pretende recolher também apoios colectivos de instituições, organizações económicas e sociais, associações, clubes e colectividades do Alentejo ou a ele associados.

Dirigido aos presidentes da República, da Assembleia da República e do Tribunal Constitucional, e ao Provedor de Justiça, com conhecimento aos grupos parlamentares e ao primeiro-ministro, o documento reclama a intervenção urgente dos órgãos competentes para «fazer respeitar a Constituição, criar e instituir as regiões administrativas e dar ao povo do Alentejo a possibilidade de escolher nas urnas, livre e democraticamente, os seus legítimos representantes regionais e, de igual modo, decidir sobre a política que melhor corresponde aos seus interesses e aspirações».

No abaixo-assinado é denunciada a falta de cumprimento pelo Estado de vários preceitos constitucionais, como «orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e entre a cidade e o campo», «garantir o direito ao trabalho» a que «todos» os cidadãos têm direito, avançar com a criação das regiões administrativas de forma a que desempenhem o papel que a Lei fundamental lhes atribui. Contra o que estipula a Constituição, o Estado não cumpre as suas obrigações e, protestam as autarquias alentejanas, a população envelhece, a região desertifica-se, o desemprego alastra. O facto de não ser cumprida a regionalização, afirma-se no abaixo-assinado, «constitui uma flagrante inconstitucionalidade por omissão, conduz à governamentalização e centralização da definição e execução das políticas regionais à revelia da vontade democrática do povo do Alentejo e dos seus mais próximos e legítimos representantes, gerando uma situação inaceitável num Estado de direito democrático».

Considerando que «o novo Quadro Comunitário de Apoio/Plano de Desenvolvimento Regional 1994/1999 não pode ser mais uma oportunidade perdida para arrancar o Alentejo do atraso e subdesenvolvimento para que vai sendo atirado por uma política governamental que consideramos contrária aos interesses e necessidades da região», o abaixo-assinado reclama que os fundos comunitários atribuídos ao Alentejo, «manifestamente insuficientes», sejam geridos «não por estruturas governamentais e ao serviço de estratégias que ignoram as propostas das forças representativas da região, mas por representantes livre e democraticamente eleitos pelos alentejanos, estritamente ao serviço do desenvolvimento económico, social e cultural do Alentejo».

Recusando encarar como fatalidades a desertificação e o envelhecimento, está em marcha um amplo movimento de opinião envolvendo cidadãos, associações, autarquias e diversas instituições.



Travar e inverter

Na origem do movimento estiveram «a necessidade e urgência de intervir no sentido de procurar travar e inverter» a «dramática e inaceitável situação» que hoje se vive no Alentejo e cujos traços são apontados na proclamação.

«O Alentejo envelhece e desertifica-se de forma progressiva. Um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses são conduzidos para uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que, marginalizando da sua definição e execução os mais directamente interessados, não tendo presentes as suas propostas, sugestões e legítimas aspirações, acentua as assimetrias e desigualdades, conduz ao desinteresse e à desmotivação, não permite o aproveitamento racional dos recursos disponíveis nem a sua potencialização ao serviço de uma verdadeira política de desenvolvimento regional.»

A este primeiro parágrafo da proclamação segue-se um rol de números e factos que reflectem a gravidade dos problemas:

- 40 mil alentejanos fora obrigados a abandonar a sua terra nos últimos 10 anos, e mais 15 mil, segundo projecções oficiais, sairão até ao ano 2000;
- há mais de 40 mil desempregados, com especial peso de jovens e mulheres;
- o mundo rural vive uma crise sem paralelo nos últimos 20 anos;
- os recursos mineiros são explorados numa lógica irracional, alheia aos interesses da região e do País, e as rochas ornamentais vivem momentos difíceis devido a estratégias erradas e a não serem tomadas em devido tempo medidas há muito reclamadas;
- projectos estruturantes e inadiáveis continuam a marcar passo, enquanto os milhões da Comunidade são utilizados segundo critérios definidos à revelia da vontade dos alentejanos e dos seus próximos e legítimos representantes;
- os serviços de saúde tomam-se cada vez mais inaceitáveis, degradam-se as condições no ensino;
- o encerramento de ramais da CP e o desmantelamento da RN isolam ainda mais as populações, o que é agravado pela desclassificação de redes viárias e o atraso na construção de novas;
- o poder local, asfixiado financeiramente pelo sistemático não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte do Governo (só em 1993 lesou os municípios do Alentejo em mais de 13 milhões de contos) é confrontado com a transferência de crescentes atribuições sem as indispensáveis contrapartidas financeiras;
- continuam por criar as regiões administrativas, previstas constitucionalmente há 18 anos e às quais cabe, entre outras incumbências, a elaboração de planos regionais, a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios.

Autarca do PSD contra Governo laranja

Até das hostes de Cavaco Silva vêm a público protestos e desabafos de quem vê, ouve e já não pode calar. «É preciso haver vontade política deste Governo para resolver a grande crise que o Alentejo atravessa, e não vejo que a haja neste momento» - dizia há dias o presidente da Câmara Municipal de Ourique. Numa entrevista ao «Correio da Manhã» de 23 de Maio, José Raul dos Santos, eleito pelo PSD, declara-se alarmado com o desemprego no concelho, onde há mais de mil pessoas sem trabalho e uma centena de famílias em situação de carência social. Admitindo que há famílias a passar fome, sobretudo nas freguesias de Garvão e Santana da Serra, José Raul dos Santos defende que «é urgente preparar um plano de emergência para combater o desemprego no Alentejo». O autarca critica as estruturas regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Segurança Social, e diz mesmo que «as pessoas que estão nos centros de decisão, ao nível do distrito e do País, não têm noção do País real que temos e daí resulta a falta de sensibilidade para resolver os problemas».

É esta a nossa Orlageira... O Alentejo vive uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que marginaliza os mais directamente interessados... José Raul dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ourique, eleito pelo PSD, declara-se alarmado com o desemprego no concelho, onde há mais de mil pessoas sem trabalho e uma centena de famílias em situação de carência social.

GOVERNO SEM SOLUÇÕES CONTRA CRISE NO ALENTEJO
Acruso do PSD do Alentejo
O presidente da Câmara de Ourique acusa o Governo laranja de não ter vontade política para resolver a grande crise que o Alentejo atravessa... José Raul dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ourique, eleito pelo PSD, declara-se alarmado com o desemprego no concelho, onde há mais de mil pessoas sem trabalho e uma centena de famílias em situação de carência social.



O não direito à saúde

Desde 1978 que a lei portuguesa consagra o direito à saúde de todos os cidadãos; no entanto, na prática quotidiana, ainda muitas são as pessoas que vêm o seu direito à saúde completamente esquecido.

O ainda em vigor (e na falta de outro mais adequado e actualizado) regulamento do centro de saúde (Desp. 97/83) refere no n.º 1 do art.º 4.º que «são naturais utentes dos centros de saúde os indivíduos residentes, incluindo os residentes ou deslocados temporariamente...» e, ainda: «... os residentes de um lugar ou freguesia de um concelho limítrofe podem requerer a sua inscrição ou transferência de saúde doutro concelho se forem mais fáceis as condições de acesso a esse centro de saúde...».

A Lei n.º 48/90, por sua vez, reconhece (Base XXV, n.º 2) que «são igualmente beneficiários do SNS os cidadãos nacionais de Estados Membros da CE (...)» e, ainda: os «cidadãos residentes (...) e os apátridas residentes em Portugal».

Isto significa que, pelo menos em lei, as populações, mesmo deslocadas temporariamente, têm direito a usufruir dos serviços de saúde. Na realidade, porém, em muitos centros de saúde não se cumpre o expresso em lei: «ser universal quanto à população abrangida» (Base XXIV, a) da Lei de Bases de Saúde).

Sob pretextos vários, é recusada a muitas pessoas a inscrição nos serviços de saúde, ficando ao livre arbítrio dos directores dos centros de saúde aceitar ou não os requerimentos de mudança de CS, ou nem sequer informar os utentes do direito de o fazer.

A recusa de inscrição é, em algumas unidades, baseada no *ratio* de 1 médico para 1500 utentes, que é superior na maioria das unidades. Porém, noutras com *ratio* bastante inferior, é recusada a inscrição sempre que não tenha a morada expressa num documento oficial, o que, como é óbvio, incorre no mais elementar direito à saúde. Basta ter mudado recentemente de residência...

À custa dos utentes

Esta arbitrariedade, colidindo com o direito à saúde, tem, aliás, outras implicações. Defende-se a muitos níveis (por vezes, até sob a forma de apelo) a inscrição nos centros de saúde de jovens (grávidas e outros) mesmo residindo fora da área geográfica. Ora, nem este apelo tem eco... recusa-se pura e simplesmente essa possibilidade. Porque há que diminuir as despesas, o controlo orçamental exige-o... e porque não à custa dos utentes?!

Recusa-se, também, a inscrição da grávida que não tem ainda autorização de residência, ou seja, não tem o tal documento oficial que ateste a sua residência, ou é atendida por especial favor após uma autêntica «via sacra» para o conseguir. E, assim, se vai descurando um dos grupos de risco que necessita de maiores e melhores cuidados de saúde. Situação agravada quando esse grupo é constituído por jovens oriundos de países

africanos, ainda sem residência e em situação de grandes carências. Nestes casos, a limitação do acesso aos serviços de saúde torna-se particularmente grave, pois, aqui, a protecção à maternidade é ignorada, num completo desrespeito por este grupo de risco.

Acresce a este grupo um outro não menos importante: o dos doentes com doenças transmissíveis (tuberculose, SIDA, hepatite B) residentes na área geográfica dos Centros de Saúde, mas que não tendo a morada expressa em documento oficial não são inscritos e são remetidos para Embaixadas, Consulados ou para Juntas de Freguesia, muitas vezes sem regresso.

Atirados para longe

Mas há mais exemplos: utentes, idosos, há anos seguidos por um médico num centro de saúde limítrofe (o que, aliás, o n.º 1 do artigo 4.º do Desp. 97/83, permite) são «atirados» para o centro de saúde da sua área de residência, mais longe e de mais difícil acesso, apenas porque se aproveita a saída, por aposentação, de um médico para reduzir a população inscrita. Obrigam-se, assim, pessoas idosas a fazer, contrariadas, mudança de centro de saúde, e recusa-se a autorização para permanecer à maioria dos que a solicitam. Sem qualquer respeito pelos direitos dos utentes.

Senão, veja-se mais o exemplo seguinte:

Em Agosto de 1992, o governo publicitou em folheto próprio a abertura dos novos CATUS da região de Lisboa. Em vésperas de eleições... Alguns nunca abriram.

Em obras de reparação desde 1993, com o compromisso de estar pronto em quatro meses, um desses CS parece ter estado guardado para as eleições do Parlamento Europeu...

Pelo meio, registaram-se paragens das empresas por falta de pagamento e o equipamento, entretanto adquirido, amontoa-se, carregado de pó, pelas salas, esperando o final da empreitada. E enquanto utentes e profissionais aguardam há anos a mudança para instalações condignas de se chamarem serviços de saúde, ratos e baratas passeiam-se pelas instalações degradadas de longos anos de espera. Todos os responsáveis visitaram as instalações e verificaram as condições de trabalho: tectos escorados para não caírem, água entrando pelo telhado, buracos nos tectos, em risco de ruírem em cima de utentes ou profissionais, chão levantado, paredes rachadas, enfim, um autêntico serviço de... doença.

Os milagres eleitorais

Mas as eleições fazem milagres... e assim, depois de meses de clamar pelos técnicos, pelos responsáveis, pelos presidentes, e o compromisso a escoar-se no tempo, eis que surge a notícia: em força, abrir... 4 dias

depois. Era preciso pôr taipais no que não é possível acabar, chamar os técnicos, os engenheiros, os operários disto e daquilo, e abrir... antes das eleições.

Custe o que custar, com recursos ou sem eles, com tempo ou sem tempo, é forçoso abrir. Talvez a pressa se deva somente à urgência do proprietário das velhas instalações em demolir... é que a EPAL, 10 dias antes da mudança anunciada, mandou fechar torneiras... Enganaram-se nos prazos?!... ou o que tem que ser (antes das eleições) tem muita força?!...

E assim joga o governo com os direitos dos utentes.

■ MD



Dão pelo nome de sondagens e existem para quase todos os gostos. Aparecem com pompa e circunstância nas primeiras páginas dos jornais e abrem os noticiários televisivos anunciando fantásticas vitórias e antecipando estrondosas derrotas eleitorais, sempre sob a capa de rigorosos e fiáveis métodos científicos.

Ao certo, ninguém sabe lá muito bem como são feitas, mas a diversidade dos resultados obtidos é de tal ordem que dificilmente se pode tomar como segura a sua objectividade e mais parece que afinal o grande segredo está na vontade do freguês que as encomenda.

Senão vejamos: só no último fim-de-semana, quatro semanários publicaram os números mais díspares e, à excepção do Jornal de Notícias, todas as sondagens publicadas colocam a CDU em quarto lugar, atrás do CDS, com votações que vão dos 6,9 aos 10,1 pontos percentuais. Apenas o JN aponta um resultado de 11,2 por cento e coloca a CDU em terceiro lugar.

Comentando estas previsões, Luís Sá, cabeça de lista da CDU, considerou que as do Expresso e do JN/TVI/Rádio Renascença são «mais uma vez completamente contraditórias».

«O "Expresso" volta a apresentar valores que empolam largamente os resultados do PS, como é hábito daquela empresa», disse o candidato comunista.

Relativamente à sondagem JN/RR/TVI, Luís Sá disse que os resultados «estão mais em consonância» com as expectativas e estudos de opinião da CDU.

«Temos, contudo, valores que são mais favoráveis», acrescentou o cabeça de lista, admitindo que a Coligação Democrática Unitária possa obter um resultado superior a 12 por cento dos votos.

Na passada sexta-feira, no comício realizado na Baixa da Banheira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, recordava o falhanço das sondagens nas últimas eleições autárquicas, afirmando:

«Venham as manobras que vierem até ao dia 12, venham as sondagens que vierem, venham os truques que vierem, os portugueses que reconhecem o valor da luta e das propostas da CDU, porque sabem muito bem o que querem e porque conhecem muito bem quem os defende e quem os agride ou só se lembra deles nas campanhas eleitorais, não se deixarão nem intimidar, nem desmobilizar.

«Nas eleições autárquicas de Dezembro passado, os eleitores da CDU deram - através dos votos verdadeiros, concretos e a sério - a devida resposta às sondagens que previam maus resultados para a CDU.

«No dia 12, estamos certos que os eleitores da CDU, mais uma vez, ajustarão contas com a intoxicação e com a manutenção, mostrando que esta grande corrente de esquerda, que esta grande corrente ligada aos trabalhadores e ao povo que é a CDU vai em frente e vai para a frente e para cima com reforçado apoio e confiança».

O segredo das sondagens

JORNAL DE NOTÍCIAS

SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 1994

NACIONAL
PRIMEIRO CUPÃO JÁ AMANHÃ
Prémios: 47 milhões

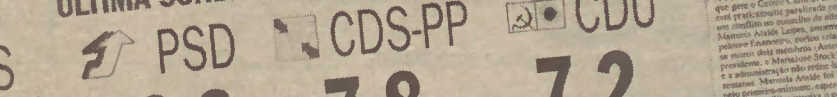
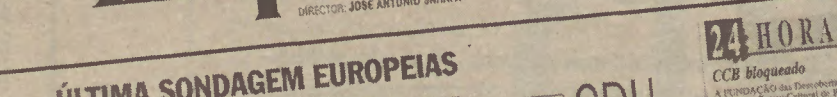
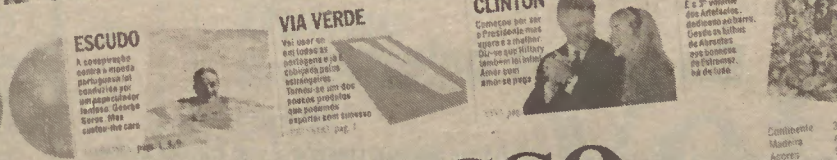
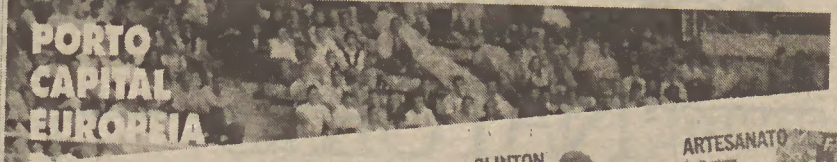
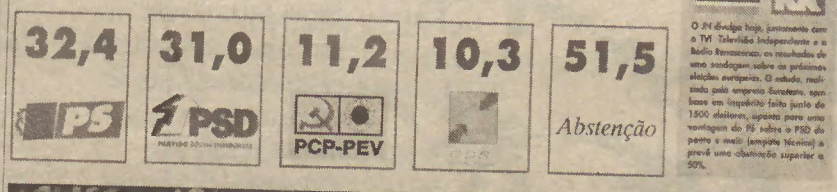
GRANDE PORTO
GUTERRES EM ENTREVISTA AO JN: "O PSD ESTÁ DESORIENTADO"

GRANDE PORTO
PORTO 1865 - O REGRADO

TORDESILHAS
Fracasso em obter o apoio da população para a candidatura de Luís Sá

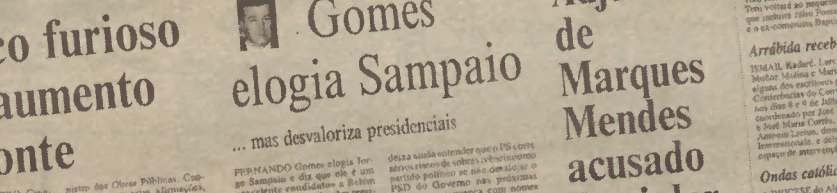
N.º 1127 SÁBADO 4 DE JUNHO DE 1994

PS NA FRENTE - PEQUENA VANTAGEM SOBRE O PSD



Expresso

ÚLTIMA SONDAJEM EUROPEIAS



Cavaco furioso com aumento na Ponte

Gomes elogia Sampaio mas desvaloriza presidenciais

Adjunto de Marques Mendes acusado

SEMANÁRIO

Sondagem Nacional Norma/Semanário - Eleições Europeias



Pequenos partidos impugnam eleições

Feriado pós-eleitoral pode custar caro ao escudo

Deus Pinheiro em entrevista justifica vinho a martelo

PRMIAS FLUVIAIS 600 mil contos para projectos de 3 milhões

O INDEPENDENTE

Director PAULO PORTAS Director-adjunto MIGUEL ESTEVES CARDOSO Subdirectora

SONDAJEM, 3111 INQUIRIDOS, VOTO NA URNA

ROPEIAS

voto na urna, 42 freguesias-tipo

QUADRO DE RESULTADOS			
	VOTO DIRETO	VOTO EXTRAPOLADO	DEPUTADOS ELEITOS
PS	33,7%	42,5%	10-11
PSD	25,7%	32,3%	8-9
CDS/PP	10,3%	13,0%	3-4
CDU	6,9%	8,7%	2-3
Outros	2,8%	3,5%	-
Abstenções	16,3%	36,9%	-
NS/NR	20,6%	-	-

O PSD regista o seu pior score. O CDS/PP tem 11,0% no escalão dos... A CDU, por último, tem o melhor score nos inquiridos que não chegaram a fazer o seu voto...

PONTOS CARDEAIS



Hipócrates

Paulo Mendo, ministro da Saúde, considerou há dias que se as pessoas podem pagar a luz, o gás, a electricidade e a renda de casa, não há razão para que não paguem também as despesas com a Saúde. Trata-se de mais um raciocínio brutal que, vindo do Executivo PSD/Cavaco Silva, já não espanta ninguém. Aliás, nesta matéria Paulo Mendo limita-se a repisar o trilho aberto

por Leonor Beleza e a cumprir o grande objectivo do Governo no campo da Saúde: destruir o seu carácter de serviço público (para que todos contribuam) e entregá-la à voracidade dos negócios privados, ainda por cima com infra-estruturas pagas pelo erário público. O que surpreende é vir de um médico. Na verdade, é impossível que este clínico recém-empossado em ministro não se tenha apercebido, na sua longa experiência profissional, que

a maioria dos doentes portugueses não têm condições económicas para suportar as despesas com a Saúde, que ele sabe, melhor que ninguém, como são pesadas. Tal como devia saber - a não ser que viva noutro país - que há largas centenas de milhares de portugueses que, neste momento, nem a alimentação conseguem

pagar, quanto mais o gás e a electricidade. É verdade que, agora, Paulo Mendo não é médico, mas ministro de Cavaco Silva. Resta saber se isso é razão para trocar o Juramento de Hipócrates pelo sofisma dos hipócritas.

Comissários

Deus Pinheiro, agora Comissário em Bruxelas, ou Estrasburgo, ou lá onde é, leva tão a peito o seu papel de propagandista da Comunidade que defendeu, a rigor, os ditames dos que defendem a redução do vinho genuíno a favor do vinho a martelo "produzido" pelos poderosos parceiros do Norte da Europa, o que vai atingir, de novo, os interesses portugueses. Implacável no seu zelo comissarial, justificou que

produtores de vinho, como a França, a Espanha, a Itália e a Grécia. Só não têm a oposição de Portugal - outro grande produtor - porque os seus representantes são, em primeiro lugar, "comissários". De quem manda na Comunidade.

Mentirosos

Torres Couto, num inflamado discurso eleitoral, chamou, com todas as letras, "mentiroso" e "aldrabão" a Cavaco Silva. Trata-se, inequivocamente, de uma acusação qualificada, não apenas pelo peso específico da adjectivação, mas sobretudo pelos profundos conhecimentos do adjectivador na matéria.

O ganhador

Eurico de Melo, cabeça de lista do PSD ao Parlamento Europeu, já fala em derrota e vai mais longe: esclarece que, nessa circunstância, assumirá 80% das responsabilidades, deixando uns míseros 20% aos restantes componentes da sua lista. É caso para dizer que, mesmo derrotado, o enérgico empresário continua a ganhar esmagadoramente.

Com "PP"

Manuel Monteiro exultou com o lapso de Cavaco Silva, quando este afirmou, com raro acerto: "Quando os deputados do CDS/PP falam no Parlamento Europeu, os outros tiram os auscultadores porque não vale a pena ouvir extremistas". Consta que o júbilo do jovem Monteiro se fundamenta no pormenor de que o CDS até agora instalado em Estrasburgo não foi eleito como "PP". Lá por causa disso, que ninguém se atrapalhe: corta-se o "PP", mantém-se o extremismo e tira-se os auscultadores, afinal o que o CDS continua a merecer, com "PP" ou sem ele...

tomava tal posição porque a isso o obrigava a sua função de "representante da Comunidade". Acontece que, nesta como noutras matérias concretas, a Comunidade não é um todo, lá dentro degladiam-se interesses contraditórios. Como neste caso, em que os defensores do vinho a martelo têm, pela frente, a oposição dos grandes



PONTOS NATURAIS

Em poucas palavras

A diferença entre a bola de futebol, na televisão, e a bola do mundo, é que ela não é achada nos pólos.

- Deus, ó Deus, dizei-me: qual é mais poderoso, a Televisão ou Vós?
- Aí está uma coisa a que eu neste momento não posso responder.
- Porquê, Senhor, porquê?
- Meu palerma, ignoras que não gosto que me incomodem quando estou a ver televisão?

- O caso mais notável desta semana foi o daquela dona de casa que, em vez de pôr a roupa suja na máquina de lavar, a pôs dentro do televisor.
- E qual foi o resultado?
- Foi óptimo. Ainda por cima poupou na energia.

A SIC precisou da chuva para ter um lugar ao sol.

A TV da Igreja garante que é independente. O diabo confirma.

Na TV2, os programas culturais vão a horas difíceis. Mas se não houvesse a TV2, a que horas iriam?

E Deus disse ao espectador: ganharás a tua cultura na TV2 com o suor do teu descanso.

Se a publicidade está onde está a audiência, é porque os programas estão onde está a publicidade.

Quanto mais uma TV se abaixa, mais o Poder se vê.

Quem vota sem pensar, nem pensa o mal que mais tarde virá a pensar de si próprio.

Mário Castrinho



FRASES da SEMANA

“Neste Dia Mundial do Ambiente devíamos dirigir um convite ao PS e ao PSD (...) para que não poluam mais esta campanha eleitoral”

☞ (Carlos Carvalhas, na Póvoa de S. Iria, citado em «Público», 06.06.94)

“Uma coisa é o compromisso entre os comissários, outra coisa são os interesses nacionais de cada país”

☞ (João de Deus Pinheiro, em conferência de imprensa em Lisboa - TVI, «Informação 4», 06.06.94)

“42º no “ranking” mundial / Portugal arrasado”

☞ (título - «Público», 01.06.94)

“Nem Balsemão disse que seria candidato contra a vontade de Cavaco nem Cavaco disse que era contra a candidatura de Balsemão”

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 04.06.94)

“Começa um novo ciclo. Qualidade e exigência são palavras que se ouvem cada vez mais, como nunca se ouviram no sistema de ensino. Está a nascer uma cultura. Se os adultos não hesitarem neste desafio, a geração que aí vem pode ser uma geração de luxo. Terá, certamente, condições como nenhuma outra geração portuguesa teve”

☞ (António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 04.06.94)

“No Congresso “Portugal: Que futuro?” só apareceram propostas disparatadas, com a ideia de multiplicar Presidências Abertas”

☞ (Barros Moura - «Expresso», 04.06.94)

“Eu federalista me confesso”

☞ (idem)

“A sua abertura à cooperação com correntes ex-comunistas que mantêm a sua autonomia, no quadro da pluralidade que caracteriza a esquerda socialista, é um caminho que, em Portugal, tem revelado potencialidades para acrescentar mais esquerda ao Partido Socialista, como fulcro de uma nova maioria”

☞ (Joaquim Pina Moura - «Público», 08.06.94)



Lisboa 9 Junho - Praça da Figueira - 21h

COMÍCIO/FESTA POPULAR

com **CARLOS CARVALHAS • LUÍS SÁ**
ISABEL CASTRO • BLASCO HUGO FERNANDES • AMÉLIA PARDAL

Espectáculo com

BRIGADA VICTOR JARA

ARRUADA CDU NA BAIXA — a partir das 17h

Barreiro — 10 Junho - Av. da Praia

a partir das 12h:

FESTA CDU

às 15h: Espectáculo com

BRIGADA VICTOR JARA

COMÍCIO

com **CARLOS CARVALHAS • LUÍS SÁ**
ISABEL CASTRO • AMÉLIA PARDAL
BLASCO HUGO FERNANDES

E ainda:

Distrito de SETÚBAL

Setúbal, quinta-feira, dia 9 - Visita do candidato João Lopes à Lota (8h30) e às Fontainhas (10h); sessão com Manuel Freitas (às 21h) e com Paiva da Costa (J.F. da Anunciada, 21h30)
 Moita, quinta-feira, dia 9 - Sessão com Martins Coelho na Baixa da Serra (21h)
 Cercal do Alentejo, quinta-feira, dia 9 - Debate sobre Fundos Comunitários (21h30)

Distrito de ÉVORA

Com a participação de Joaquim Miranda:
 Évora, dia 9 - Encontro com Reformados - no Palácio D. Manuel (11h); encontro com a população de Aguiar (19h); encontro com a população de Alcáçovas (21h)
 Elvas, dia 10 - Encontros com as populações de Sta. Eulália (11h), S. Vicente (11h30), Vila Boim (16h), Terrugem (17h30), Vila Fernando (19h). Sessão em Barbacena (no salão da Junta de Freguesia, 22h)

Distrito de SANTARÉM

Com a participação de Sérgio Ribeiro
 Ourém, dia 9 - Visita ao Mercado (9h)
 Golegã, dia 9 - Visita ao concelho (a partir das 15h); jantar com apoiantes da CDU, no restaurante "O Tamanco" (20h30); sessão-debate (sala do Secretariado da Feira, 21h30)
 Chamusca, dia 10 - Caravana (a partir das 10h); Jantar de apoiantes em Vale de Cavalos (19h30)
 Benavente, dia 10 - Sessão-debate na Coop. União Samorense (21h30)

Distrito de VISEU

Mangualde - Debate com trabalhadores das empresas do concelho, com a participação dos candidatos Maria do Carmo Tavares e Francisco Almeida (dia 9)
 Tarouca - Encerramento da campanha no distrito com arruada de bombos (dia 10)

Outras iniciativas com CARLOS CARVALHAS

TORRES VEDRAS

6ª feira, dia 10, na colectividade da Fonte Grada:
 almoço de apoiantes da CDU

MARINHA GRANDE

6ª feira, dia 10, na sede da Ordem:
 jantar de apoiantes da CDU - às 20h

COMÍCIO-FESTA - às 22h

Outras iniciativas com LUÍS SÁ

SEIXAL

6ª feira, dia 10, na Quinta da Valenciana:
 almoço de apoiantes da CDU - às 13h

Vota CDU

é melhor
para Portugal !



ALCÁCER DO SAL

6ª feira, dia 10, às 18h45:
 encontro com activistas da CDU
 e com a população

GRÂNDOLA

6ª feira, dia 10, no Pavilhão da Feira:
 jantar de apoiantes da CDU
 às 19h30
 COMÍCIO

Associação de Amizade Portugal-Cuba Núcleo de Setúbal

Dia 24 de Julho

CRUZEIRO DA AMIZADE

pelo Rio Sado e Costa da Arrábida

A bordo do "Évora", com saída do cais de Setúbal às 11h, paragem das 12h30 às 16h ao largo da Arrábida para ida à praia e almoço; regresso por Portinho da Arrábida e Tróia

Adultos: 5.200\$; crianças até aos 5 anos: grátis; dos 6 aos 12 anos: 50% ("Bebida de boas-vindas" e almoço incluídos)

Inscrições: Loja Joaninha, R. Dra. Paula Borba, 30, Setúbal - Tel. 522478

Agualva-Cacém

Arraial popular

Av. Bons Amigos,
 6ª feira a partir das 20h

Baile com o grupo

"3 de Abril"

Sardinhada

Intervenção de

João Amaral

Juventude

CDU

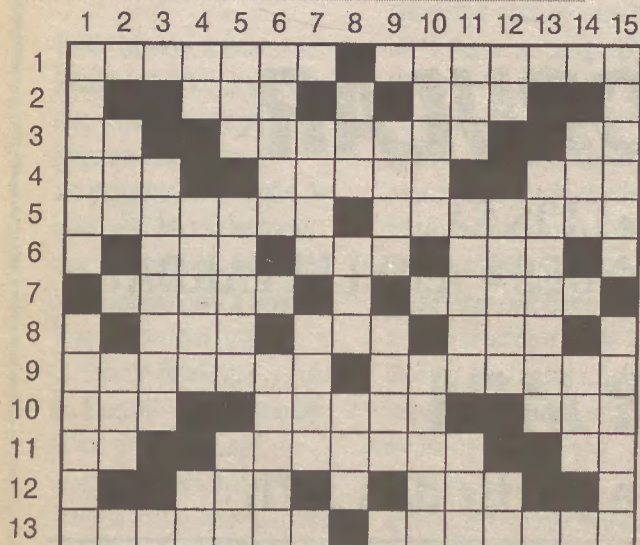
Dia 10, 22h

Rua Sousa Martins, 8
 Lisboa

Festa de
 encerramento da
 Campanha

Convívio musical

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Exprimiam por palavras; encheram até à borda. 2 - Cento e quatro romanos; tinta de pintar. 3 - Amerício (s.q.); desbastaram com a lima; comparecer. 4 - Pano de arrás; vadias; altar cristão. 5 - Amaciara; chorar. 6 - De boa qualidade; curso natural de água; empregue. 7 - Formou rima; empunhara. 8 - A família; que te pertence; nome de mulher. 9 - Completo o par; avermelhadas. 10 - Superfície inferior do pão; sem igual; pref. indicativo de superioridade. 11 - Nesse lugar; atam; Satélite de Júpiter. 12 - Pron. pess.; ofereces. 13 - Examina; Omitiram.

VERTICAIS: 1 - Venderam fiado; apoquentada. 2 - Doença; tomba. 3 - Assobiar. 4 - Actínio (s.q.); adições; artigo antigo. 5 - Desprezível; fruto silvestre; acolá. 6 - Despachar; desbastas. 7 - Gemer (pop); conquista. 8 - Oceano; pau-ferro; quantia que recebe diariamente um soldado. 9 - Cheio até à borda; lavrar. 10 - Ocasão imprevisita; Ermida fora do povoado. 11 - Emissão de voz; lusitanas; calamidade. 12 - Atmosfera; fábrica (bras.); apelido. 13 - Afiada. 14 - Cólera; apelido de poeta português. 15 - Residira; coam.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

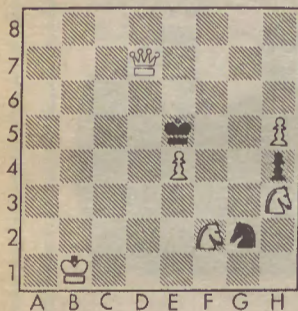
HORIZONTAIS: 1 - Fábula; irisas. 2 - Emaná; arado. 3 - Si; amarelada; ri. 4 - Tal; ora; tia. 5 - Atai; amada; irós. 6 - Escada; arolas. 7 - Café; acém. 8 - Parara; prosas. 9 - Moda; escoá; aram. 10 - Ata; iam; ala. 11 - Sé; avaliavam; ar. 12 - Pioro; revia. 13 - Amassa; Ramada.

VERTICAIS: 1 - Festa; massa. 2 - Iate; pote. 3 - Be; lascada; pá. 4 - Uma; içara; ais. 5 - Lama; afã; avos. 6 - Ana; adere; ara. 7 - Aroma; asilo. 8 - Era; cai. 9 - Alado; pomar. 10 - Ira; arara; ver. 11 - Rada; oco; dava. 12 - Ida; ileasa; mim. 13 - Só; tramara; aa. 14 - Rios; sala. 15 - Saias; marca.

XADREZ

CDLXIV - 9 DE JUNHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X041
Por: JAN DOBRUSKY
Humoristicke Listy, 1875

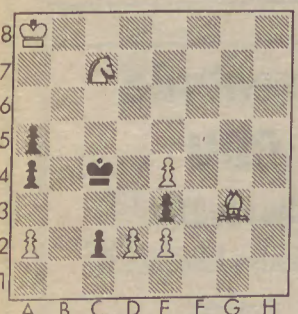
Pr: [3]: Ph4-Cg2-R6s
Br: [6]: Ps.64, h5-Cs.f2, h3-Dg7-Rb1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X042
Por: V. KIVI
3º Prémio Suomen Shakki, 1934

Pr: [5]: Ps.a4, a5, e3-Rc4
Br: [7]: Ps.a2, d2, e3, e5-Cg7-Bg3-Ra8



Branças jogam e ganham

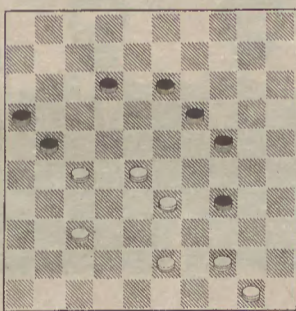
SOLUÇÕES DO Nº CDLXIV
Nº 1994X041 [S.D.]: 1. Rb2!(Ameaça: 2. Rc3), Ce3, 2. Cd3+, R:é4; 3. Cg5++
Se: 2. ... Kf6; 3. e5++
Se: 1. ... Cf4; 2. Cg4+, R:é4; 3. Cg5++
Nº 1994X042 [V.K.]: 1. d3+, Rc5; 2. C6f+, Rb6; 3. Bc7+, Rab; 4. Bf4, c1=D; 5. Cc7+, Rb6; 6. B:é3+, D:é3+, D:é3; 7. Cd5+ e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXIV - 9 DE JUNHO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D041
Por: J. WARMERDAM
1932

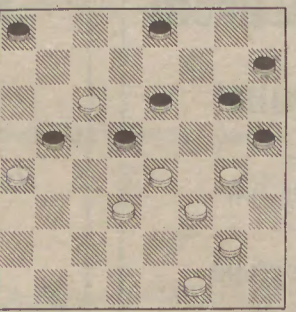
Pr: [7]: 12-13-16-19-21-24-34
Br: [7]: 27-28-33-37-43-44-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D042
GOLPE Nº 72
Por: FERREIRA PINTO
Odivelas, 27-X-1982

1. 11-15, 21-17; 2. 10-14, 25-21; 3. 15-19, 22-15; 4. 12-19, 24-20; 5. 5-10, 20-5; 6. 1-5, 27-22; 7. 7-11, 31-27; 8. 11-20, 23-16; 9. 4-7, 22-15; 10. 7-12, 16-7; 11. 3-19, 28-24; 12. 8-12, 27-22; 13. 19-23, 24-20; 14. 12-16, 22-19; 15. 6-11, 26-22; 16. 9-13, 29-25 DIAGRAMA.



Branças jogam e ganham
[Contra V.D., Partida Sotear/Campeonato Ajax]

SOLUÇÕES DO Nº CDLXIV
Nº 1994D041 [J.W.]: 1. 28-23, (19X48=D); 2. 44-39, (48x44); 3. 50x2, (X); 4. 39-34, (D48X30); 5. 35X2=D+

Nº 1994D042 [F.P.]: 17. 13-18; 22:6; 18. 11:15, 19:1=D; 19. 2:11, 1:28; 20. 15:31=D+

A. de M. M.



**Edições «Avante!»
na Feira do Livro**

As Edições «Avante!» estão presentes na 64.ª edição da Feira do Livro que abriu ao público no Parque Eduardo VII, em Lisboa, no passado dia 20 de Maio. O certame, que está aberto até ao próximo dia 13 de Junho, conta este ano com cerca de 150 pavilhões, estando representados os principais livreiros e editores do mercado. O programa da Feira inclui, para além da venda de livros e sessões de autógrafos, palestras, colóquios e conferências.

TEATRO

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de Acácio de Carvalho, pelo TEP

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. - 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16. **GUERRAS DO ALECRIM E MANJERONA**, de António José da Silva, encenação de João Mota. - **Café-Concerto**: sáb. às 21.30. **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota

FACULDADE DE LETRAS

Lisboa, Alameda da Universidade. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço

GRUPO DESPORTIVO DO BESCL

Lisboa, R. D. Luís I, 27 Tel. 3963303. Sexta e sáb. às 00.30. **E AGORA ALGO TOTALMENTE INESPERADO**, textos de Monty Python, encenação de Humberto Bernardo, pelo Teatro de Aprendizagem (até 18/6)

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Cç. Duque de Lafões. Tel. 8586997. 5ª a sáb, às 21.45. **MÉDICO À FORÇA**, de Molière, encenação de Pedro Wilson, pelo Grupo Cénico de Direito

TEATRO ABC

Lisboa, Parque Mayer. Tel. 3466745. De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e

21.30. **LISBOA, MEU AMOR**, encenação de Francisco Nicholson

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). **CINDELLA Revista à Portuguesa**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa (até fim de Junho)

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, R. Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTE SOLDADO SCHVEIK**, de Jaroslav Hasek, encenação de Jorge Listopad, pela Companhia de Teatro de Almada

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio**. Sábados e domingos às 21.30. **O ENSAIO DE UM SONHO**, de Strindberg/Ingmar Bergman, encenação de Mário Viegas, produção da Companhia Teatral do Chiado

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. **Sala Estúdio**: de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A PARTILHA**, de Miguel Falabella, encenação de António Feio

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431200. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria

O valente soldado
Schveik

Companhia de Teatro de Almada



FILMES

QUINTA, 9

Casem por Engano
«The Heartbreak Kid» (EUA/1972). Real: Elaine May. Int: Charles Grodin, Cybill Shepherd, Jeannie Berlin. Ver Destaque. (14.15, SIC)

Crime e Punição
«Crime and Punishment» (EUA/1935). Real: Josef von Sternberg. Int: Peter Lorre, Edward Arnold, Marian Marsh, Robert Allen. P/B. 86 min. Ver Destaque. (15.25, TV 2)

Sonhos de Bola
«Un Ballon dans la Tête» (Fr./Port/1992). Real: Michaela Watteaux. Int: Dianne Bellego, Gilles Segal, Sarah Bertrand. Cor, 93 min. Ver Destaque. (00.45, Canal 1)

SEXTA, 10

Camões
(Port/1946). Real: Leitão de Barros. Int: António Vilar. P/B, 118 min. Histórico. (14.15, SIC)

Uma Parisiense
«Une Parisienne» (Fr./It./1958). Real: Michel Boisrond. Int: Brigitte Bardot, Henri Vidal, Charles Boyer, André Luguet. Cor, 80 min. Comédia. (15.50, TV 2)

Os Pistoleiros da Noite
«Ride the High Country» (EUA/1962). Real: Sam Peckinpah. Int: Randolph Scott, Joel McCrea, Mariette Hartley. Cor, 97 min. Ver Destaque. (00.00, Quatro)

O Feitiço da Beleza
«The Pit and the Pendulum» (EUA/1991). Real: Stuart Gordon. Int: Lance Eriksson, Roma de Ricci. Cor, 93 min. Horror. (00.20, Canal 1)

Cassandra
«Cassandra» (EUA/1987). Real: Collin Eggleston. Int: Tessa Humphries, Shane Briant, Susan Barling. Cor, 90 min. Drama. (00.50, SIC)

SÁBADO, 11

História Parisiense
«Rue de L'Éstrapade» (Fr./1953). Real: Jacques Becker. Int: Louis Jourdan, Anne Vernon, Daniel Gélin, Jean Servais. P/B, 97 min. Comédia. (12.00, TV 2)

Correspondente de Guerra
«Foreign Correspondent» (EUA/1940). Real: Alfred Hitchcock. Int: Joel McCrea, Laraine Day, Herbert Marshall, George Sanders. P/B, 115 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

O Xerife
«Rooster Cogburn» (EUA/1975). Real: Stuart Millar. Int: John Wayne, Katherine Hepburn, Anthony Zerbe, Richard Jordan. Cor, 107 min. Ver Destaque. (15.50, Canal 1)

O Ministro e Eu
«El Ministro y Yo» (Méx./1975). Real: Miguel Delgado. Int: Mario Moreno (Cantinflas), Célia Castro, Lucia Mendez. Cor, 100 min. Comédia. (17.15, Quatro)

Galileu
«Galileo» (Gr.Br./1973). Real: Joseph Losey. Int: Topol, Edward Fox, Colin Blakeley, Georgia Brown, Clive Revill. Cor, 138 min. Ver Destaque. (23.15, Quatro)

O Príncipe da Pensilvânia
«The Prince of Pennsylvania» (EUA/1988). Real: Ron Nyswaner. Int: Fred Ward, Keanu Reeves, Bonnie Bedelia, Amy Madigan. Cor, 90 min. Comédia. (23.25, Canal 1)

O Julz do Terrorismo
«Le Juge du Terrorisme - L'É Affair JNB» (Fr./1993). Real: Philippe Lefebvre. Int: Jacques Weber, Michel Galabru. Cor, 90 min. «Thriller» Político. (23.30, SIC)

Uma Criança no Inverno
«L'Éenfant de l'Hiver» (Fr./1988). Real: Olivier Assayas. Int: Clotilde de Baysse, Michel Feller, Marie Matheron. Cor, 100 min. Drama. (00.45, TV 2)

«A Walk on the Moon»
(Título português não fornecido) - (EUA/1986). Real: Raphael Silver. Int: Kevin Anderson, Terry Kinney, Laila Robins. Cor, 92 min. Drama. (00.55, Canal 1)

DOMINGO, 12

Colsas da Vida
«Les Choses de la Vie» (Fr./1970). Real: Claude Sautet. Int: Michel Piccoli, Romy Schneider, Léa Massari, Gérard Larigau. Cor, 87 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

A Canção da Saudade

(Port/1963). Real: Henrique Campos. Int: Américo Coimbra, Florbela Queirós, Vítor Gomes, Ismael Merlo. P/B, 95 min. Melodrama. (15.00, Quatro)

Imitação da Vida
«Imitation of Life» (EUA/1959). Real: Douglas Sirk. Int: Lana Turner, John Gavin, Juanita Moore, Susan Kohner. Cor, 120 min. Ver Destaque. (15.50, Canal 1)

F/X - Efeitos Mortais
«FX» (EUA/1986). Real: Robert Mandel. Int: Bryan Brown, Brian Dennehy, Diane Venora, Cliff De Young. Cor, 102 min. Ver Destaque. (22.10, SIC)

Desafio Total
«Total Recall» (EUA/1990). Real: Paul Verhoeven. Int: Arnold Schwarzenegger, Rachel Ticotin, Sharon Stone. Cor, 109 min. Ver Destaque. (23.10, Canal 1)

Yol - Licença Precária
«Yol» (Suíça/Turquia/1982). Real: Serif Goren. Int: Tarik Akan, Halil Ergun, Necmettin Çobanoglu, Serif Sezer. Cor, 110 min. Ver Destaque. (23.20, TV 2)

SEGUNDA, 13

O «Santo» em Acção
«The Fictionmakers» (Gr.Br./1967). Real: Roy Ward Baker. Int: Roger Moore, Sylvia Syms. Cor, 100 min. Aventuras. (14.15, SIC)

O Pátio das Cantigas
(Port/1941). Real: Francisco Ribeiro. Int: Vasco Santana, António Silva, Laura Alves, Ribeirinho, Maria das Neves. P/B, 125 min. Comédia. (15.00, Quatro)

O Mandarim
«The Mikado» (Gr.Br./1939). Real: Victor Schertzinger. Int: Kenny Baker, Martyn Green, Sydney Granville, John Barkay. Cor, 87 min. Ver Destaque. (16.10, TV 2)

Efeitos Mortais 2
«FX 2 - The Deadly Art of Illusion» (EUA/1991). Real: Richard Franklin. Int: Bryan Brown, Brian Dennehy, Rachel Ticotin. Cor, 105 min. «Thriller» / Acção. (22.10, SIC)

Os Três Desejos de Billy Grier
«The Three Wishes of Billy Grier» (EUA/1984). Real: Corey Blechman. Int: Ralph Macchio, Betty Buckley, Season Hubley. Cor, 95 min. Telefilme. (00.40, Canal 1)

TERÇA, 14

Ele, Ela e os Espíritos
«Comment Qu'Élle Est» (Fr./1960). Real: Bernard Borderie. Int: Eddie Constantine, Françoise Brion. P/B, 90 min. Aventuras. (14.15, SIC)

Esta Nobre Raça
«This Happy Breed» (Gr.Br./1944). Real: David Lean. Int: Robert Newton, Celia Johnson, John Mills, Kay Walsh. Cor, 110 min. Ver Destaque. (16.10, TV 2)

Crimes sem Rosto
«The Hillside Stranglers» (EUA/1989). Real: Steven Gethers. Int: Richard Crenna, Dennis Farina, Billy Zane, Tony Plana. Cor, 95 min. Telefilme Policial. (00.20, Canal 1)

QUARTA, 15

A Guerra entre Poícias
«La Guerre des Polices» (Fr./1979). Real: Robin Davis. Int: Claude Brasseur, Claude Rich, Marlène Jobert, François Périer. Cor, 88 min. «Thriller» Policial. (14.15, SIC)

Três Raparigas Modernas
«Shirts Ahoj!» (EUA/1952). Real: Sidney Lanfel. Int: Esther Williams, Joan Evans, Vivian Blaine, Barry Sullivan, Keefe Brasselle. Cor, 107 min. Musical. (16.10, TV 2)

A Jôla do Nilo
«The Jewel of the Nile» (EUA/1985). Real: Lewis Teague. Int: Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny De Vito. Cor, 100 min. Aventuras. (21.30, Quatro)

As Aventuras do Irmão Mais Esperto de Sherlock Holmes
«The Adventure of Sherlock Holmes Smarter Brother» (EUA/1975). Real: Gene Wilder. Int: Gene Wilder, Madeline Kahn, Marty Feldman, Dom DeLouise. Cor, 88 min. Ver Destaque. (21.50, Canal 1)

A Moral de Ruth Halbfass
«Die Moral der Ruth Halbfass» (nenhuma indicação suplementar fornecida). (00.25, Canal 1)
Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 9

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Pé Grande e os Amigos
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
17.00 Edera
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Lotaria Nacional
19.05 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.05 Fera Ferida
22.05 Isto... Só Vídeo

Sexta, 10

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 «The Worst Day of My Life»
09.00 Garfield
09.30 Chuck Jones
10.05 Circo de Moscovo
11.30 Desenhos Animados
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.30 Comemorações do 10 de Junho
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP/Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Campanha Eleitoral para o PE
21.00 Fera Ferida
22.05 Concurso «1, 2, 3»
23.40 24 Horas

Sábado, 11

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.20 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.10 Terra X
14.00 Clube Disney
15.25 Emoções Fortes
15.50 O Xerife
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Beverly Hills 90210
18.20 Made in Portugal
18.50 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Na Paz dos Anjos
21.40 Parabéns
23.25 O Príncipe da Pensilvânia
(ver «Filmes na TV»)
00.55 «A Walk on the Moon»
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 História Parisiense
(ver «Filmes na TV»)
13.45 Tauromaquia
14.15 Musical: «Tina Turner - «What's Love»
15.05 Cabeça nas Nuvens
16.00 TV2 Desporto
21.00 De Lisboa, Com Amor
21.15 José Carreras - Tributo a Mário Lanza
23.15 Bombardeiro
00.10 Sexualidades
00.45 Uma Criança no Inverno
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Melrose
14.30 Correspondente de Guerra
(ver «Filmes na TV»)
16.20 O Passageiro Imprevisto
16.50 Curvas Perigosas
17.40 Uma Mulher dos Diabos
18.30 Gladiadores Americanos
19.20 Nunca Digas Banzai
20.00 Jornal da Noite
20.35 Caça ao Tesouro
22.10 A Balada de Nova Iorque
23.10 Último Jornal
23.30 A Morte é Mulher
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Água na Boca

QUATRO

- 08.00 Animação
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Lassie
11.30 Proezas de Hollywood
12.00 Do Fundo do Coração
12.30 Contra-Ataque
14.00 Top 25
14.35 Estrela
17.40 Cantinflas: O Ministro e Eu
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 O Jogo do Ganso
24.00 Informação
00.40 Galileu
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 00.20 O Feticço da Beleza
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Infantil
12.50 Encontro com as Baleias
13.50 Segredos do Mundo
14.20 Infantil
15.50 Uma Parisiense
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Andebol
19.00 Cortejo Histórico (transm. directa do Porto)
19.45 Médicos Escritores Portugueses
20.10 Antevision do Campeonato Mundial de Futebol
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 RTP/Financial Times
22.20 Musical: Vitorino
23.20 Remate
23.45 Terra Mãe
00.50 Amazônia

SIC

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Camões
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Sete à Sexta
21.15 Mulheres de Areia
22.15 Mini Chuva de Estrelas
23.20 Último Jornal
23.40 Os Donos da Bola
23.50 Playboy
00.50 Cassandra
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 08.00 Animação
12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Cresce e Aparece
13.20 Olá, Cristina!
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.20 Coisas de Família
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.15 Animação
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.20 Feita à Medida
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.40 Luzes da Ribalta
23.00 Informação
23.25 Fora de Jogo
23.40 Os Pistoleiros da Noite
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 12

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Blossom
13.40 Top +
14.40 Dinossauros
15.50 Imitação da Vida
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Eu Tenho Dois Amores
18.25 Joker
19.00 Especial Eleições
22.30 Casa Cheia
23.10 Desafio Total
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.25 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.25 Japão - A Terra que Treme
11.00 Missa
11.55 70 x 7
12.25 Forum Musical
12.50 Regiões
14.30 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
22.30 Artes e Letras: «Henry Fonda»
23.20 Vol - Licença Precária
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Uma Questão de Consciência

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem
14.30 Coisas da Vida
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tudo pelas Notícias
17.15 Obras em Casa
17.45 Bom Domingo
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Trapalhões
21.40 Labirinto
22.10 FX Efeitos Especiais
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.10 Isabella, a Mentirosa
01.30 O Detective Americano
02.00 Fórmula Indy

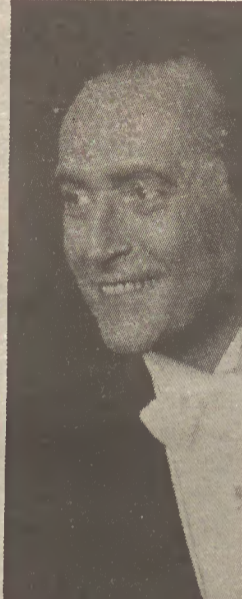
QUATRO

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Informação Religiosa
12.00 Quatro Ventos
12.15 Missa
13.30 Coisas de Família
14.05 Vamos ao Circo
15.00 A Canção da Saudade
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Estrelas de Miami
18.00 Moda
18.30 Especial Eleições
21.30 Marchas de Lisboa
01.00 Especial Eleições

Segunda, 13

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto



José Carreras em «Tributo a Mário Lanza», um concerto realizado recentemente em Londres: sábado à noite na TV2

- 15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.45 Especial Eleições
23.10 As Teias da Lei
24.00 24 Horas
00.40 Os Três Desejos de Billy Grier
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.55 Hotéis
13.45 Dramas Clássicos
14.35 Sobreviver
15.05 Infantil
16.10 O Mandarin
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Sete Dias
19.40 Crimes
20.15 28 Anos Depois
21.30 TV2 Jornal
22.10 Bailado
23.00 Remate
23.10 Um Ano em Grande
00.10 Amazônia
01.00 Magazine «Cinema»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 O Santo em Acção
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Efeitos Mortais II
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.10 Crimes

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.15 Feita à Medida
17.40 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 O Pátio das Cantigas
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Informação
00.45 Desporto
01.00 Estação do Oriente

Terça, 14

CANAL 1

- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.15 Arsène Lupin
17.00 Dempsey & Makepeace
18.05 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.40 Nico d'Obra
22.10 A Filha da Cornéia
23.40 24 Horas
00.20 Crimes sem Rosto
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Para Além do Ano 2000
13.45 Dramas Clássicos
14.30 Dossier Terra
15.05 Infantil
16.10 Esta Nobre Raça
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Sete Vidas
19.45 Magazine «Viver com Saúde»
20.15 Rotações
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Se a Gente Nova Soubesse
22.30 Texasville
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Remate
00.40 O Oitavo Dia da Criação
01.30 Amazônia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Ele, Ela e os Espiões
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso

Quarta, 15

CANAL 1

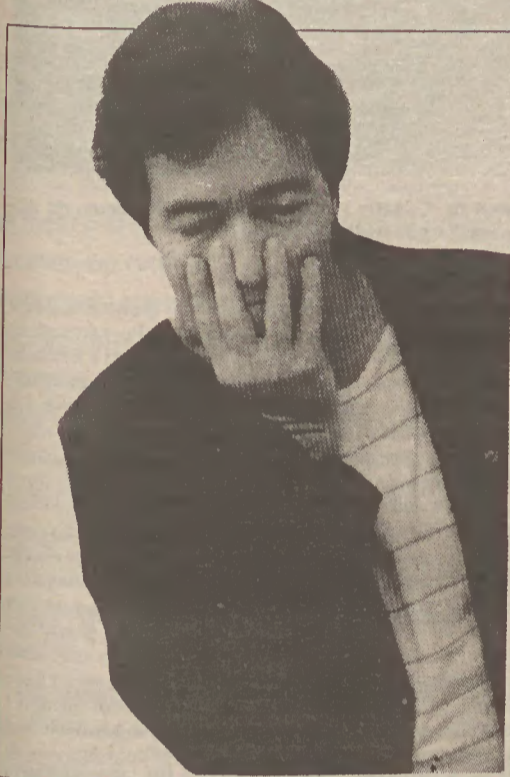
- 08.00 Rua Sésamo
08.30 Informação
08.35 Um Rapaz e o Mundo
09.00 Bom Dia
11.40 Culinária
12.05 Perigosas Peruas
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Viajante no Tempo
14.30 Os Melhores Anos
15.00 Ponto por Ponto
15.45 Vizinhos
16.10 Arsène Lupin
17.00 Dempsey & Makepeace
18.00 Caderno Diário
18.10 Ana Raio e Zé Trovão
19.00 Com a Verdade m' Enganas
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 Fera Ferida
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.50 As Aventuras do Irmão mais Esperto de Sherlock Holmes
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.25 A Moral de Ruth Halbfass
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Histórias de Opera
14.00 Universidade Aberta
14.30 Delantero
15.05 Infantil
16.10 Três Raparigas Modernas
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
18.50 Sete Vidas
19.45 Realce
20.20 Domingo Sangrento
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP/Financial Times
22.10 Grande Noite
23.20 Remate
23.30 Quem Fala Assim
00.25 Amazônia
01.15 Magazine «Ver Artes»

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 A Guerra entre Polícias
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa



Sérgio Godinho é o autor de «Ultimactos», uma série de três curtas-metragens de ficção há dois anos na prateleira da RTP. A primeira é transmitida pela TV2 nesta quinta-feira

- 22.35 Os Inocentes
23.05 Sonhos Desfeitos
24.00 24 Horas
00.45 Sonhos de Bola
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

- 12.00 Infantil
12.50 Os Caminhos da Arte
13.45 Dramas Clássicos
14.30 Aviões Militares
15.25 Punição
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Magazine «Teatro»
17.30 Comemorações do 10 de Junho
18.30 Um, Dó, Lí, Tá
19.20 Sete Vidas
20.15 O Holocausto Desconhecido
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.10 Sinais do Tempo
23.10 Remate
23.20 Ultimactos
23.50 A Fortaleza da Europa
00.45 Amazônia

SIC

- 12.00 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.15 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Case-me Por Engano
(ver «Filmes na TV»)
16.15 E o Resto é Conversa
17.05 Notícias
17.20 Paraíso
19.00 Praça Pública
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Tostões e Milhões
00.55 O Detective Americano

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
13.00 Cresce e Aparece
13.30 Olá, Cristina!
13.40 Dama de Rosa
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Caixa de Perguntas
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.30 A Casa do Tio Carlos
17.15 Feita à Medida
17.35 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.10 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Ficheros Secretos
22.30 Artur Albarán
00.30 Informação
01.00 Fora de Jogo
01.15 Saia do Parlamento



Henry Fonda no «Artes e Letras» desta semana (domingo à noite na TV2)



Tina Turner com o espectáculo «What's Love» sábado à hora do almoço na TV2

- 18.55 Praça Pública
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Cenas de Um Casamento
22.30 20 Anos - 20 Nomes
23.35 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.05 A Família do Senador
00.35 Crimes

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Encontro
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.25 A Casa do Tio Carlos
17.20 Feita à Medida
17.45 Topázio
18.05 Morena Clara
18.30 Estrela
19.25 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.00 Visto Isto
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 Queridos Inimigos
24.00 Especial Eleições
02.00 Fora de Jogo

QUATRO

- 12.00 Esquadrão Classe A
12.50 Já Tocou
13.20 Modas
13.30 Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Animação
15.50 Um Dia a Casa Cai
16.25 A Casa do Tio Carlos
17.15 Feita à Medida
17.45 Topázio
18.05 Morana Clara
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Marés Vivas
21.30 Farmácia de Serviço
22.00 A Jóia do Nilo
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Informação
00.25 Fora de Jogo
00.40 Telemotor

Por isto e por aquilo...

Casei-me por Engano (Quinta, 14.15, SIC)

Há filmes que, partindo do especial talento dos argumentistas, são capazes de transformar histórias do dia-a-dia em situações que, sem escândalo, desconforto ou ameaça de inverosimilhança, podem ser abordadas do ponto de vista da comédia. *Casei-me por Engano* é um desses filmes e para tal contribui o argumento de Neil Simon: um jovem, que acabou de se casar com uma rapariga encantadora mas completamente desajeitada e desprovida de bom-senso, cedo percebe, durante a lua-de-mel, que não será essa união o futuro que almeja no campo do amor - e é, assim, fácil presa das tentações de uma *louraça* com quem se cruza numa estância balnear, enquanto a legítima sofre no quarto do hotel de um forte «escaldão» que, des preocupada face aos rigores do sol, apanhara na véspera. Um filme que faz sorrir, e mesmo rir, até quando as situações são bem penosas...

Crime e Punição (Quinta, 15.25, TV 2)

Tal como o próprio Sternberg veio a reconhecer mais tarde, é patente, nesta adaptação produzida por Hollywood para o conhecido romance de Dostoiévski, que o realizador se desinteressou, quase por completo, do verdadeiro sentido da intriga que a obra original encerra. Bastante inferior à adaptação do cineasta francês Pierre Chenal (realizada curiosamente no mesmo ano de 1935), esta versão apresenta, contudo, um verdadeiro e incontornável trunfo na fabulosa prestação de Peter Lorre (em um dos seus maiores papéis no cinema), na interpretação da paté-

de Bertolt Brecht). Mas as interpretações são um dos maiores trunfos do filme.

Coisas da Vida (Domingo, 14.30, SIC)

Enquanto aguarda assistência após ter sido vítima de um violento acidente de automóvel, um arquitecto de meia-idade recorda-se das «pequenas coisas» que atravessaram a sua vida - as alegrias, mas também as agruras, os encontros e os desencontros de que a sua trajetória foi feita. Um filme em que o absurdo está presente (aspecto que mais nos prende ao seu desenrolar), numa cuidada realização de Claude Sautet e com excelentes diálogos de Jean-Loup Dabadie, a que Michel Piccoli, acima de todos, dá o justo tom.

Imitação da Vida (Domingo, 15.50, Canal 1)

Duas viúvas, mães de filhas únicas, decidem viver em conjunto; mas, ao crescerem, as filhas de



Um fotograma de «Desafio Total», mais um espectáculo de violência «encenado» por Paul Verhoeven

Desafio Total (Domingo, 23.10, Canal 1)

Construído com o fito de render os muitos milhões que servissem para cobrir os 73 milhões de dólares (!) investidos na sua produção - e servindo-se de todos-os-ingredientes-e-mais-um proporcionados pela eficaz e tentacular indústria do «entretenimento» - *Desafio Total*, apenas porque é impressionado em película que corre à velocidade de 24 fotogramas por segundo (ou mesmo 25, como acontece na televisão!) é que pode confundir-se com «cinema». E se a sua «encenação» foi entregue a um especialista nas sequências de acção e manipulação visual, como é Paul Verhoeven, é porque se apostava na mais do que garantida venda do «produto». É assim que *Desafio Total* resulta numa colecção de incongruências narrativas e de absurdos «fantásticos», totalmente desligados entre si, e que pouco têm a ver com a melhor «ficção científica». De facto, aqui, tudo está envolto pela idiotice e violência mais extremas e repelentes e (como é habitual em Verhoeven) por uma misogenia reaccionária sem limites. O que não impede o filme (pudera!) de se reivindicar como um dos espectáculos visuais mais intensos dos últimos anos - chegou a ser nomeado para o Oscar da melhor montagem de som e efeitos especiais - sendo que, na realidade, a sua única curiosidade (e originalidade) é vermos Schwarzenegger, ao pé das sinistras criaturas que povoam todo o filme, comportar-se como uma verdadeira «pomba». Ao pé disto, *Robocop*, do mesmo realizador, é uma «obra-prima»... Quem quiser este, que o compre! O «serviço público» de televisão quis - e passa-o, no seu Canal 1, às 23.30 de Domingo!

Yol - Licença Precária (Domingo, 23.20, TV 2)

Quem dificilmente escreveria ou dirigiria um filme em Hollywood seria Yel-maz Güney, actor e realizador turco, já falecido em meados dos anos 80, e cuja filmografia apenas foi conhecida a partir de 1981, ano em que, tendo fugido ao regime ditatorial do seu país, concorreu ao Festival de Cannes com um filme autobiográfico cujo argumento escreveu - precisamente este *Yol*, realizado quase na clandestinidade por Serif Goren, seu assistente - que, nesse ano, arrebata a *Palma de Ouro*. Güney faz parte de um grupo de cineastas que, em finais dos anos 50, deram origem ao «novo cinema» turco, um cinema empenhado em tratar os problemas do seu povo e em pugnar pela liberdade, a democracia e as transformações sociais - as mesmas preocupações cívicas que o levaram, durante vários anos e em diversas ocasiões, aos cárceres da ditadura.

O Mandarin (Segunda, 16.10, TV 2)

Deliciosa transposição para o cinema de uma conhecida opereta de Gilbert & Sullivan, escrita em 1885, que nos fala de uma história de amor na corte do Imperador do Japão.

Esta Nobre Raça (Segunda, 16.10, TV 2)

Adaptada de uma peça de Noel Coward que retrata a saga de três décadas (1919/1939), plenas de venturas e desventuras, de uma família britânica no bairro operário de Chatham, este filme foi assim caracterizado por Raymond Lefebvre e Roland Lacourbe: «uma crónica que foisonne pequenos pormenores verdadeiros e que se organiza perfeitamente em função da autenticidade das referências sociais, históricas e políticas, minuciosamente reconstituídas.» O argumento e a realização, brilhantes, são de David Lean e a excelente fotografia é assinada por Ronald Neame. A não perder.

As Aventuras do Irmão Mais Esperto de Sherlock Holmes

(Quarta, 21.50, Canal 1)

Uma certa tendência para o desmedido e o pleonástico vem mais uma vez à superfície deste filme em que o talentoso Gene Wilder é, simultaneamente, argumentista, actor principal e, pela primeira vez, realizador. Coisas de mais para a boa eficácia de uma comédia em que Sherlock Holmes vai buscar um seu irmão mais novo, Sigerson, para o ajudar a desvendar um mistério. Só que, numa paródia aos «filmes de mistério», quando o «mistério» não existe, a paródia vai-se e fica a relativa decepção. Atenção, entretanto, para as rábulas de Dom DeLouise, na Ópera...



Randolph Scott e Joel McCrea, em «Os Pistoleiros da Noite», de Sam Peckinpah

tica e dramática figura do jovem estudante Raskolnikov, o assassino da velha usurária. Só por isso, é um filme a não perder.

Sonhos de Bola (Quinta, 00.45, Canal 1)

Com argumento de Carlos Saboga, um dos mais competentes argumentistas portugueses, *Sonhos de Bola* é uma co-produção franco-portuguesa (desconhecida entre nós) e realizada para a televisão em 1992, tendo como pano de fundo a história de um miúdo apaixonado pelo futebol, mas onde são evocadas a ditadura de Salazar e a guerra colonial. A descobrir.

Os Pistoleiros da Noite (Sexta, 00.00, Quatro)

Um velho aventureiro e *sheriff* é encarregado de dar protecção ao transporte de um carregamento de ouro e é auxiliado, nesta empresa, por um velho companheiro de lides, hoje reconvertido em vedeta de espectáculos em que se evocava o lendário Oeste, com o qual o acaso leva a cruzar-se - e ambos estavam longe de suspeitar de que acabam de meter ombros a uma experiência terrível. Exemplar na forma como narra cinematograficamente esta história, este segundo filme de Sam Peckinpah é um dos mais importantes *westerns* dos anos 60, não apenas pela atmosfera elegiaca que dele se desprende mas porque está situado na charneira entre o fim do clacisismo de um género e o começo do seu declínio. E não por acaso, o realizador foi buscar para os principais papéis duas das maiores vedetas do *western* clássico, agora velhos e fatigados como as personagens a que dão corpo. Sem dúvida, o melhor filme da semana.

Correspondente de Guerra (Sábado, 14.30, SIC)

Fazendo parte do lote de filmes antinazis que Hollywood produziu nas vésperas da entrada dos Estados Unidos na II Guerra Mundial, *Correspondente de Guerra* tem, na sua intriga e na realização, a marca de um especialista no género - mestre Hitchcock. Com excelentes interpretações da generalidade dos intérpretes, e para além de conter alguns dos mais brilhantes truques cinematográficos utilizados pelo velho realizador britânico - como a queda do avião ao mar, com os passageiros a tentarem salvar-se sobre uma das asas, em plena tempestade - o filme deixa ver igualmente algumas sequências de antologia, como as que são filmadas no interior e exterior dos moinhos de vento, na Holanda. Mas um dos melhores achados do filme é bem típico de Hitchcock: nesta história de espionagem, com argumento bem intrincado e retorcido, o papel de «mau da fita» é protagonizado por um personagem inglês, enquanto o simpático antinazi é um cidadão alemão...

O Xerife (Sábado, 15.50, Canal 1)

Um *sheriff* em perseguição de um bando que roubou nitroglicerina tem de fazer equipa com a filha de um pastor protestante... Um *western* com duas figuras lendárias do cinema (John Wayne e Katherine Hepburn) mas que apenas se resume a isso - o que é muito pouco para um filme bastante mau, que desilude de ponta a ponta. Donde, a advertência.

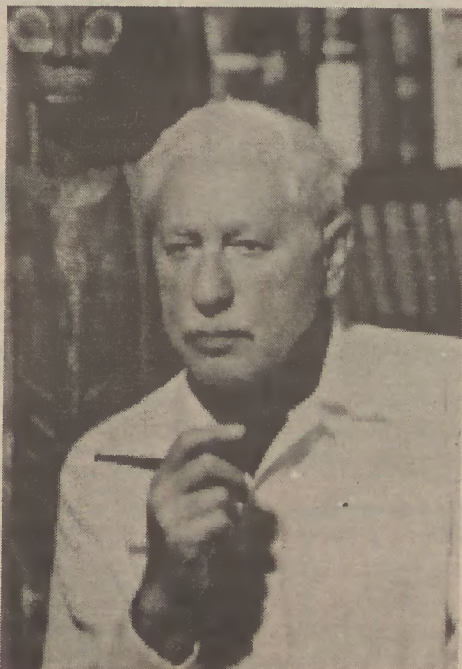
Galileu (Sábado, 23.15, Quatro)

A grande figura da ciência em confronto com as teorias da Igreja - num filme apenas satisfatório de Joseph Losey (que já encenara para o teatro a peça original

ambas vão contribuir para os problemas que as confrontarão irremediavelmente. Última realização em Hollywood de um dos grandes especialistas do *melodrama* - Douglas Sirk - este *Imitação da Vida* ultrapassa largamente, em qualidade, a anterior versão datada de 1934 e realizada por John Stahl, o qual havia dado um tom ultra-sentimental à adaptação desta história original de Fanny Hurst.

F/X - Efeitos Mortais (Domingo, 22.10, SIC)

O argumento do filme é um achado: dois funcionários do Departamento de Justiça contratam um especialista em «efeitos especiais» para o cinema para dar o seu contributo à encenação do assassinato de um chefe da Mafia - a forma mais eficaz de subtrair este à sua liquidação por parte dos rivais, o que, a acontecer, o impediria de depor como testemunha contra eles. Mas o nosso «especialista» cedo acaba por pressentir que está a ser usado como peça fundamental de uma qualquer golpada, embora irresistivelmente se deixe cada vez mais envolver. E as perguntas começam a assaltá-lo, tal como ao espectador. O assassinato do *gangster* foi, de facto, encenado com a ajuda dos seus «efeitos especiais» - ou aconteceu na realidade? E, afinal, quem é que queria eliminá-lo? E fará o nosso «herói» também parte da lista dos homens a abater? Tudo isto contribui para o *suspense* de um filme cuja visão é agradável e que, tendo como premissa os «efeitos especiais», está longe de exclusivamente viver deles. Um conjunto de boas interpretações, de que se destaca a desse grande actor que é Brian Dennehy...



Joseph Sternberg e Peter Lorre, realizador e principal intérprete de «Crime e Punição»

■ Francisco
Costa

Quanto mais debates, menos gosto de ti...



As jogadas-baixas dos «mestres»...

Quanto à TVI, apareceu cronologicamente logo a seguir. Também ela fez por se desdobrar, como era de bom tom, no acompanhamento das caravanas dos principais partidos - mas, quanto a pluralismo, estamos conversados! Não conseguiu disfarçar a tentação de privilegiar do ponto de vista qualitativo e de conteúdo a campanha do CDS e de Manuel Monteiro - como, aliás, se mostrou imensamente conveniente à generalidade da comunicação social.

Mas a TVI esteve bem melhor no modelo que escolheu para os debates e, sobretudo, na sua concretização. Tendencialmente, foi dada aos vários candidatos a oportunidade para explicarem a sua concordância ou desacordo quanto às modalidades praticadas para a integração europeia e para apresentarem as suas propostas no sentido da manutenção reforçada, da reforma envergonhada ou da completa inversão do percurso até agora seguido. E não seria, em geral, justo assacar culpas à estação ou ao moderador de serviço pela actuação dos entrevistadores, por vezes funcionando à margem do previamente estabelecido - sobretudo António Barreto ou Marcelo Rebelo de Sousa, ambos inserindo com frequência em redor das perguntas formuladas juízos de valor ou observações opinativas, que lhes estavam vedadas pelas «regras do jogo», e tendendo para a atitude professoral ou para a postura arrogante que lhe ficarão bem (para quem gosta...) nas variadíssimas oportunidades de que usam e abusam na vária comunicação social que frequentam mas resultaram desadequados na função concreta para a qual porventura foram pagos.

... e um certo sabor a «sangue»

Sabia-se, à partida, dos tratos de polé que os responsáveis da SIC haviam dado à sua fértil imaginação para, mais uma vez, primarem pela «originalidade» em termos de debates televisivos. A

jogada inicial (tão clara que ela era) saiu-lhes mais uma vez frustrada - os candidatos recusaram liminarmente a inconcebível fórmula proposta e a estação de Carnaxide teve de arripiar caminho. E o modelo que acabou por escolher - debates-a-dois com os cabeças de lista dos principais partidos - apresentava, à primeira vista, todas as potencialidades de êxito, não apenas para a estação, o que é compreensível, mas para todos os candidatos participantes, o que é essencial.

Preferindo, entretanto, jogar a velha cartada do «sensacionalismo» e do «cheiro a sangue», a SIC acabou por demitir-se da valorização do próprio modelo que potenciou, castrando o moderador na sua essencial função de dosear democraticamente o debate e optando, assim, por objectivamente dar rédea solta à demagogia, à intolerância, ao oportunismo, à falsidade, ao vazio de ideias - e quantas vezes ao anticomunismo primário - que são o caldo de cultura cívica de políticos que, não fazendo seu compromisso de honra perante o eleitorado a saudável prática da defesa da razão, dos princípios, da objectividade e do rigor, cobardemente se refugiam no espectáculo da diversão insultuosa, agredindo a inteligência do espectador.

Está longe de ser pacífico que um tal caminho venha a render frutos aos provocadores e prevaricadores. E a viragem de 180 graus operada, à última hora, no debate entre Eurico de Melo e Manuel Monteiro - tão cordatos e «cheios de respeito» um pelo outro, como repetidamente fizeram questão de frisar na passada terça-feira - significando por um lado, quanto «toca a reunir», uma claríssima e fundamental convergência de interesses em matéria de fundo dos representantes da grande burguesia, não escondem por outro lado uma dramática (e tardia) tentativa de inversão táctica face à aguda sensibilidade da opinião pública.

É provável que os responsáveis da SIC, como de costume olhando para o seu próprio umbigo, fiquem indiferentes ao resultado objectivo do modelo escolhido, tal como foi concretizado: o de que apenas aflorasse à superfície a maior saraivada de lugares-comuns por minuto e o mais insistente debitar de cassetes ultrapassadas, numa atmosfera de luta de galos (tão inevitável quanto intolerável) em consonância com os costumeiros desabafos - perfidamente conscientes ou tristemente alienados, mas sempre instigados pela mentalidade reaccionária de quem os suscita com a maior desfaçatez - segundo os quais, afinal, «os políticos» ou «os partidos» seriam todos iguais ou «o que eles queriam era ver-se em Bruxelas, a ganhar balúrdios».

É também transparente que a solidariedade corporativa, nuns casos, ou os vasos comunicantes da ideologia burguesa, noutros, mais uma vez procuram gerar a multiplicação dos factos consumados ingloriamente almeçados - como é patente nos delirantes comentários do tipo dos que foram feitos pelos «analistas» do Diário de Notícias ou do Público, por exemplo, a propósito do debate Luís Sá-António Vitorino.

Mas é quase certo que esta estafada estratégia global lhes vai sair, mais uma vez, furada. Mesmo com as enormíssimas distorções apontadas, algo de importante acabou por revelar-se evidente nestes debates: é que são de facto abissais, a todos os títulos, as diferenças entre o PCP e o CDS (isto para apenas referir um tema que a comunicação social com fartura tratou de glosar) enquanto se confirma serem preocupantes as semelhanças entre o PSD e o PS!

O problema para a classe dominante é que as pessoas acabam por perceber que os políticos não são, de facto, todos iguais - ao mesmo que suspeitam daqueles que se apresentam demasiado parecidos uns com os outros. A resposta vai ser dada na continuidade do protesto popular nas ruas, da combatividade nas empresas, da contestação nas escolas, do trabalho e da produção nos campos.

E, para já, também nas urnas. No próximo Domingo.

É sempre assim, quando se aproximam eleições. As televisões fazem os possíveis e impossíveis para transmitir ao espectador a ideia de que, na busca do «modelo» mais ágil e mais brilhante, pertence a cada uma delas o melhor desarrincanço em matéria de colocarem em confronto as candidaturas mais importantes - e, assim, encenam a aparência de uma discussão universalmente livre e pluralista dos vários programas e propostas em presença.

Mas será que, passadas estas semanas de pré-campanha e campanha eleitoral, foram criadas a todos os candidatos as melhores condições que permitam o esclarecimento do eleitor?

Ou será que o que se pretendeu, afinal, é que nada de verdadeiramente importante e decisivo tivesse sido discutido?

Ter-se-á, afinal, contribuído para o aprofundamento empenhado e participativo do direito cívico de votar em consciência - ou para o ampliar de um sentimento de saturação, enfado ou indiferentismo, gerador de uma demissão desse direito?

Uma questão de «modelo»

Comecemos pelo «serviço público» de televisão. Durante tantos anos sozinha no terreno - e absolutamente vesga quanto à obrigatoriedade estatutária de promover o debate dos grandes problemas nacionais -, a RTP acabou por ver-se compelida, com a chegada dos operadores privados, a rapidamente se adaptar aos novos tempos. E desta vez decidiu mesmo adiantar-se à concorrência, escolhendo a fase ainda recuada da pré-campanha eleitoral para as eleições europeias.

De resto, só ilusoriamente pode parecer estranho este aparente passo em falso face à sempre presente «guerra das audiências», deixando espaço livre para as «privadas» brilharem num período mais próximo da hora da verdade. A realidade é que a RTP mais uma vez pretendeu estabelecer, previamente, um modelo de discussão que acabasse por contornar o verdadeiro esclarecimento dos espectadores-eleitores e já percebeu que não defronta, neste terreno, alternativa diversa, credível ou verdadeiramente original.

Significa isto que o modelo ora escolhido pelo Canal 1 era o mais desaconselhável? Em teoria, de forma alguma. Quer a presença em estúdio de representantes dos quatro maiores partidos com representação no PE, quer a ideia de dar a conhecer não apenas os cabeças de lista mas também, pelo menos, os segundos e terceiros elegíveis, quer, ainda, a anunciada intenção de dar aos sucessivos debates um conteúdo temático - tudo isto era potencialmente credível para que os resultados pudessem ter sido positivos. O problema é que a moderadora destes debates só raramente se circunscreveu ao que anunciara como modelo - e rapidamente os debates degeneraram para um terreno que não foi, em geral, o da discussão temática de propostas concretas mas o das disputas artificiais (de preferência, as geradoras de «sangue») sobre as decantadas semelhanças ou diferenças entre os vários partidos.

Mas, pior e mais grave, fez a RTP na fase posterior a estes debates, retornando aos inadmissíveis processos dos piores tempos do «orgulhosamente só»: despachou, com um ar de frete burocrático objectivamente desqualificador do «serviço público», as quotidianas reportagens das caravanas e dos candidatos (no aparente respeito pelo pluralismo exaustivo que pretendeu alardear), para acabar por atenuar as generalizadas e contundentes críticas à política europeia do PSD e do Governo ao incluir em plena Campanha Eleitoral - nas mais variadas oportunidades que criou ou a obrigaram a criar - espaços para a inadmissível intervenção desse mesmo Governo, como foi patente nas artificiais polémicas sobre a estabilidade do escudo (com a audição encomendada das «explicações» ao país, por parte de Cavaco Silva) ou na recente intervenção do ministro da Agricultura sobre o vinho, abusivamente inserida antes do período de transmissão dos «tempos de antena» dos partidos, a que está legalmente obrigada.

de FOICE

Círio Dastalo

O tribuno romano Círio Dastalo passou à pequena história por uma específica razão: a de ter recebido 291 condecorações durante a sua carreira militar. Estava-se na vertigem do Império e a atribuição de honrarias nos círculos do poder tinha, por medida, a carrada.

Vêm de longe, as condecorações que os dicionários definem como "insígnia que o Estado concede aos cidadãos para premiar serviços ou actos relevantes". Os faraós já as usavam, os gregos desprezaram-nas, os romanos abusaram delas até as desqualificarem, os cruzados reabilitaram-nas com carácter corporativo, a Revolução Francesa aboliu-as e Napoleão Bonaparte restabeleceu-as com a criação da Legião de Honra. Até hoje.

Como se vê, a História Ocidental mostra-nos que as condecorações estão longe de apresentar um valor facial indiscutível. À semelhança de tantos simbolismos, têm o significado que os homens e as circunstâncias históricas lhes vão conferindo, ao que se acrescenta uma outra dependência: a do peso específico, sempre relativo no tempo mas nunca aleatório, que equilibra a qualidade da homenagem com o mérito do homenageado.

Ora, a imposição da Ordem da Liberdade, por ocasião do 20º aniversário da Revolução de Abril que este ano se comemora, configura o mais alto galardão hoje atribuível em Portugal, mesmo na estrita definição de "insígnia que o Estado concede aos cidadãos para premiar serviços ou actos relevantes".

Por isso, é conferida pelo Presidente da República, num dia dedicado ao próprio País e assinalando o 20º aniversário do acontecimento nacional mais determinante desta metade do século - o início da Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974.

Só que a lista há dias apresentada pela Presidência da República com os nomes a condecorar a 10 de Junho, nomeadamente com a Ordem da Liberdade, pouco equilíbrio mostra entre a qualidade da homenagem e o mérito dos homenageados.

Na verdade, e como exemplo, não se vislumbra que curriculum explica a homenagem a Jacinto Nunes, para além da sua participação em diversos governos de Salazar e a sua admissível, mas banal, adesão aos ideais democráticos proporcionada pela Revolução.

Em contrapartida, não se percebe como pode esta lista, no justamente realçado 20º aniversário do 25 de Abril, ignorar a generalidade dos antifascistas, tantos e tantos intrépidos lutadores que enfrentaram as prisões salazaristas, a tortura e a morte, e sem os quais o Portugal democrático não triunfaria sobre o fascismo.

O Presidente da República foi mesmo ao ponto de recuar na atribuição da Ordem da Liberdade a Palma Inácio, um correligionário seu com um passado antifascista indiscutível, sob pressão do Marechal Spínola (fantasticamente chanceler das Ordens Militares), "incomodado" com a participação de Palma Inácio no célebre assalto ao banco da Figueira da Foz. Isto da parte dum golpista militante como Spínola, cuja intervenção directa em golpes de Estado contra o regime democrático, no tráfico de armas, na organização de bandos terroristas e acções homicidas, continua impune e sem julgamento.

A abundância, na lista dos condecorados do 20º aniversário da Revolução, vai profusamente para nomes cujo mérito mais visível está nas suas amistosas ligações a Mário Soares e ao Governo, como se a Ordem da Liberdade se houvesse transformado numa espécie de homenagem ao defunto Bloco Central. O excesso é tal, que um insuspeito António Barreto não resiste a escrever: "o que poderia ser, goste-se ou não, um gesto elevado de reconhecimento do mérito (...) transformou-se na nossa Feira do Nastro, ali para os lados de Belém" ...

Uma "Feira" onde, para desvalorizar as condecorações, já nem é preciso concentrá-las num tribuno qualquer. Basta entregá-las à prodigalidade amiga do dr. Mário Soares.

Aliás, é pena que ele e Círio Dastalo não se hajam cruzado na História.

Um a dar e o outro a receber medalhas, seriam uma condecoração viva.

■ HC

CDU apresenta propostas Um Sector Empresarial do Estado ao serviço dos portugueses numa Europa de cooperação

A CDU divulgou, terça-feira à noite, em conferência de imprensa realizada num hotel lisboeta, uma declaração sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE) intitulada «Pelo Progresso de Portugal, Numa Europa de Cooperação». No documento reafirma-se a necessidade de defesa do SEE, «como instrumento privilegiado para dinamizar e impulsionar a actividade produtiva, consciente de que o sector, como qualquer outra realidade, não é imutável». Depois de se ter feito um balanço à destruição e privatização do SEE, levada a cabo pelo PSD, acusa-se o Governo e o PSD de serem os responsáveis pelos efeitos sociais que dessa destruição resultaram, e o PS de ter actuado com duplicidade ao longo desse processo, já que é «co-responsável na revisão constitucional que facilitou processo privatizador» pelo que «subscreeve o fundo da questão, divergindo só na forma».

Entre as propostas avançadas neste documento pela CDU, salientam-se as seguintes:

A suspensão e paragem dos processos de privatização e das cisões anunciadas, particularmente da EDP, e dos desmembramentos dos transportes, designadamente na CP, TAP e ANA-EP.

A concretização de verdadeiras medidas de reestruturação,

modernização e dinamização do SEE, que visem transformá-lo em pólo de desenvolvimento económico, potenciar a sua capacidade concorrencial na Europa, no quadro de uma mais justa divisão internacional do trabalho.

Pleno aproveitamento da capacidade produtiva e tecnológica existente no SEE com a

preservação dos actuais postos de trabalho e mesmo o seu crescimento.

Autonomia da gestão das empresas face ao Governo e Administração Pública e enquadramento dessa gestão numa perspectiva de médio e longo prazo.

Conjugação da autonomia das empresas com uma gestão estratégica coordenada de todo o sector público assente nas seguintes bases:

- Competindo ao Governo definir as grandes linhas de orientação quanto aos objectivos a prosseguir pelas empresas e quanto ao seu desenvolvimento à luz das políticas gerais e sectoriais, que o desenvolvimento dos planos de actividade das empresas seja da competência das mesmas.

- Responsabilização dos gestores, apreciada por critérios de rigorosa racionalidade e eficácia económica.

- Participação e intervenção real e efectiva dos trabalhadores na vida da empresa a todos os níveis, nomeadamente através

dos seus representantes, eleitos e em conformidade com as normas e direitos inscritos na Constituição e nas Leis.

- No plano social, garantir os postos de trabalho e os direitos sociais dos trabalhadores, a liberdade de negociação e contratação, aproximar os salários e os horários do nível dos restantes trabalhadores da União Europeia, respeitar o exercício do direito de greve, a liberdade sindical e os direitos das Comissões de Trabalhadores como factores que potenciam o aumento da produtividade.

- A realização de um grande debate nacional sobre o SEE, envolvendo as instituições democráticas, as organizações dos trabalhadores e os agentes económicos.

O documento termina com um apelo ao voto na CDU no próximo domingo, pois esse «é um voto em defesa de um forte e dinâmico Sector Empresarial do Estado e por uma nova política que aposte no seu desenvolvimento ao serviço da economia nacional e do povo».

Portagem da ponte tem aumento brutal

O aumento em 50 por cento do preço da portagem da Ponte 25 de Abril constitui «uma decisão injustificada e lesiva dos interesses de milhares de utentes e assume contornos de indissolúvel hipocrisia política», considera um comunicado conjunto dos executivos das Direcções

Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP.

Classificando este aumento como «brutal», os comunistas sublinham que «está dado o primeiro passo na escalada de aumentos que o valor das portagens deste atravessamento sofreram, decorrente

dos compromissos e negócios assumidos pelo Governo» na adjudicação da construção da nova ponte Montijo/Moscavide.

O PCP afirma ainda que «após o pomposo e ridículo anúncio da redução em dez tostões do preço da gasolina,

com evidentes objectivos eleitorais, o Governo prepara para o dia após as eleições um aumento significativo e injustificado no preço da portagem que incidirá sobre os cerca de 40 milhões de atravessamentos por ano que actualmente regista».

Saramago recebe Grande Prémio do Teatro

O escritor José Saramago recebeu na passada segunda-feira o «Grande Prémio do Teatro APE/SEC» com que foi distinguido a sua obra «In Nomine Dei».

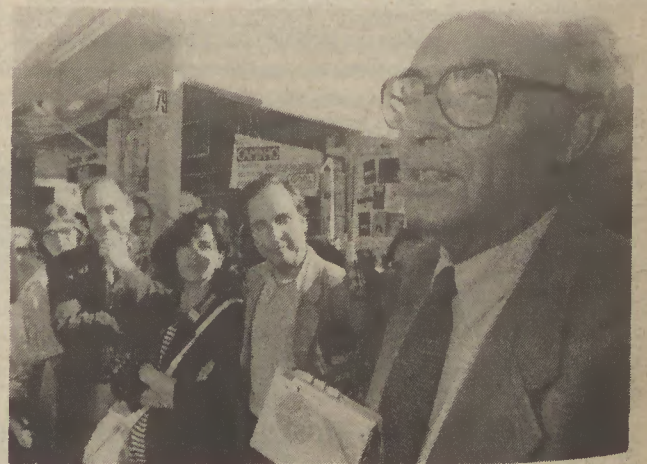
A atribuição da primeira edição deste importante galardão ao autor de «Memorial do Convento» verificou-se por decisão unânime do júri constituído por Carlos Avilez, Maria Eugénia Nasques e Maria Helena Seródio.

A cerimónia realizou-se no Teatro Nacional de D. Maria II e a entrega do prémio esteve a cargo da Dr.ª Maria Isabel Machado de Sousa, Directora do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, que representou a Secretaria de

Estado da Cultura (SEC), patrocinadora integral do galardão.

Abrindo a intervenção que assinalou o acto, o escritor José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores (APE), assinalou «o total empenhamento» da Associação a que preside «em acompanhar na área a que a literatura diz respeito o revigoração da actividade teatral em Portugal».

Seguiu-se Maria Helena Seródio, que falou em nome do júri e fundamentou a preferência dada à obra premiada «em duas alegações: a articulação da obra com a tradição do drama histórico português; a actualidade do tema abordado».



O escritor José Saramago, galardoado com o «Grande Prémio do Teatro APE/SEC», esteve no passado sábado com Carlos Carvalhas na Feira do Livro de Lisboa

Finalmente, José Saramago, referindo-se ao conteúdo da sua obra premiada, salientou que «é a história do nosso tempo: a intolerância, a violência e o abuso do Poder». Mais à frente, depois de lembrar que a peça «In Nomine Dei» deu origem à ópera «Divara», que tem obtido grande êxito na Alemanha e que em breve será apresentada em Itália, Saramago

foi dizer: «estou à espera de ouvir aquilo em português. É no Teatro que a palavra vale aquilo que é, que a palavra se completa. Não me deixem ficar com a palavra no ar».

O Director do Teatro D. Maria II, Carlos Avilez, sentado ao lado do autor (agora candidato da CDU ao Parlamento Europeu), sorria, enigmático...